

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE E AS RESSONÂNCIAS DO
CONCÍLIO VATICANO II, EM SERGIPE (1962-1971)**

Eduardo Augusto Santos Silva

**São Cristóvão
Sergipe - Brasil
2017**

EDUARDO AUGUSTO SANTOS SILVA

**LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE E AS RESSONÂNCIAS DO
CONCÍLIO VATICANO II, EM SERGIPE (1962-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

**SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
2017**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586l Silva, Eduardo Augusto Santos
Luciano José Cabral Duarte e as ressonâncias do Concílio Vaticano II, em Sergipe (1962-1971) / Eduardo Augusto Santos Silva ; orientador Claudefranklin Monteiro Santos. – São Cristóvão, 2017.
140 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. História – Igreja Católica. 2. História eclesiástica. 3. Igreja Católica – Sergipe. 4. Concílio Vaticano (2. 1962-1965). 5. Duarte, Luciano Cabral, 1925-. I. Santos, Claudefranklin Monteiro, orient. II. Título.

CDU 94:27-732.4-675

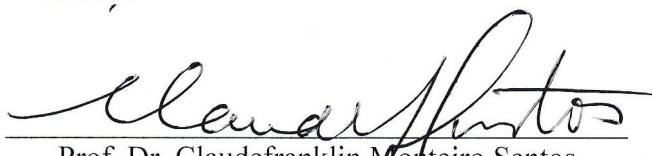
EDUARDO AUGUSTO SANTOS SILVA

**LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE E AS RESSONÂNCIAS DO
CONCÍLIO VATICANO II, EM SERGIPE (1962-1971)**

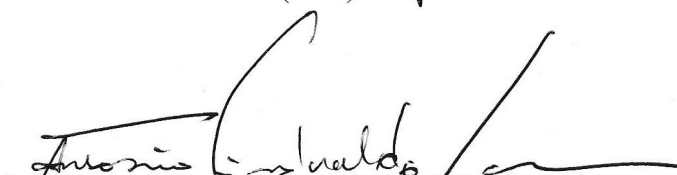
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

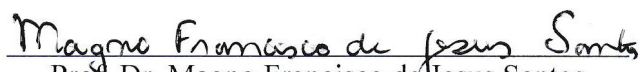
Aprovado em 10 de março de 2017.



Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos
(UFS)



Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa
(UFS)



Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos
(UFRN)

DEDICATÓRIA

A meus queridos pais, José da Silva e Elenilde, e a Gabriela Rezendes por todo o apoio.

“[...] não há realidade alguma verdadeiramente humana
que não encontre eco no seu coração”.

Gaudium et Spes

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, a Jesus Cristo e ao Espírito Santo por terem me dado forças para concluir mais uma etapa em minha formação acadêmica, pois sem fé, certamente, não teria suportado as inúmeras dificuldades que enfrentei ao longo desses dois anos de leituras e escrita, provavelmente, teria desistido antes de tentar a seleção de mestrado. Honestamente, não vejo obstáculos para o diálogo entre fé e razão, desde que se respeite a autonomia de cada área, como também propôs a Constituição *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II. Por isso, reproduzo as palavras do artigo 36 da *Gaudium et Spes*, que me serviram de fonte motivadora em momentos difíceis durante esse mestrado: “[...] *a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus. Antes, quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza é, mesmo quando disso não tem consciência, como que conduzido pela mão de Deus, o qual sustenta todas as coisas e as faz ser o que são*”.

Agradeço a todos os familiares que, de uma forma simples ou de outra mais diligente me auxiliaram a realizar essa pesquisa. Sem a presença e apoio de dois grandes anjos que habitam a terra aos quais chamo de pais, José da Silva e Elenilde da Conceição Santos Silva, tudo teria sido mais penoso. Muito obrigado! Agradeço também as orações a Deus e pedidos de intercessão à Virgem Maria, feitos por minha querida mãe. E, também, expresso minha gratidão a memória de meus avós, especialmente, a memória de meu avô paterno, Hermes da Silva, que faleceu durante o período em que estive cursando esse mestrado acadêmico.

Já que estou agradecendo aos meus pais, aproveito também para estender meus reconhecimentos a Claudete e Antônio Francisco, meus futuros sogros, que demonstraram bastante zelo comigo quando necessitei me isolar, em uma casa próxima a cidade onde vivem, para conseguir me dedicar integralmente a pesquisa de mestrado.

Serei eternamente grato a minha futura esposa e futura mãe dos meus filhos, Gabriela Rezendes, por todo apoio, companheirismo e compreensão nos momentos em que estive ausente, por necessitar me dedicar a pesquisa, e nos que estive presente fisicamente, mas com o pensamento focado nos estudos.

Sou grato também aos professores que auxiliaram nesse processo de pesquisa acadêmica, em especial a meu orientador, Claudefranklin Monteiro Santos, que foi meu

supervisor na monitoria da disciplina “Patrimônio Cultural” durante a graduação em História e, que ainda nos tempos de graduação, incentivou-me a desbravar o universo do Concílio Vaticano II e outros temas ligados a Religião e Religiosidades.

Estendo minha gratidão também ao professor Antônio Lindvaldo Sousa, que permitiu cursar como ouvinte uma disciplina que ofertou no mestrado, quando eu ainda elaborava meu projeto de pesquisa, e também pelo aprendizado e pela documentação que adquiri através do convite que me fez para participar voluntariamente de projeto de pesquisa, como o projeto da Imprensa Cristã: “*Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas...*”: *Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos*. Além disso, agradeço também ao professor Magno Francisco de Jesus Santos, que ao participar de minha banca de qualificação de mestrado e compreender a importância da trajetória de vida de Luciano Duarte para minha pesquisa, gentilmente, presenteou-me com o livro, de sua autoria, *A peregrinação a Divina Pastora*, que me auxiliou a compreender a atuação religiosa de Luciano Duarte em Sergipe.

Além dos professores mencionados, também presto meu reconhecimento aos professores Itamar Freitas, Edna Matos Antonio, Augusto da Silva e Antônio Fernando Sá, que também contribuíram para o andamento dessa pesquisa, desde seus primórdios quando eu participava, como aluno especial de mestrado, de disciplinas isoladas, até a época em que cursei as disciplinas curriculares, já como estudante de mestrado.

Agradeço aos amigos e colegas da UFS que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, desde a época em que estava elaborando o projeto para a seleção de mestrado, em especial a Leonardo, Priscila, Aquilino, Manoel, José Uesele, Nilton. Também aos colegas do Projeto da Imprensa Cristã, como Osvaldo e Diogo.

Agradeço ao Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD), representado por Carmen Duarte, Morgana e Jaqueline pela disponibilização de documentos para essa pesquisa.

Agradeço aos colegas do Colégio Estadual Governador Valadares, pelo apoio, especialmente, a Jeferson (ex-diretor), José Oliveira (diretor), Adilma (coordenadora), Vera Lúcia (coordenadora), Euler (coordenador), e aos professores Luciano Rocha e Rooney.

E, por fim, fora do ambiente acadêmico, agradeço aos padres Manoel Barbosa e José Soares, ao Diácono José Passos e também ao Dentista Marco Antônio pela bibliografia emprestada.

Título: LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE E AS RESSONÂNCIAS DO CONCÍLIO VATICANO II, EM SERGIPE (1962-1971)

Resumo:

A Igreja Católica convoca concílios ecumênicos desde os primórdios do cristianismo. Essas assembleias reúnem os bispos cristãos de todo o mundo com o objetivo de deliberarem sobre aspectos problemáticos para a instituição. No Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), ela oficializou sua mudança de postura com relação aos questionamentos da sociedade moderna do século XX, cada vez mais urbana, industrial e secularizada, que progressivamente renunciava a vivência da moral de origem judaico-cristã. No Brasil e, principalmente, em Sergipe, analisamos o impacto da difusão desses valores modernos, ao longo da primeira metade do século XX, estimulados pelos meios de comunicação de massa, como o rádio. Nesse contexto, a população sergipana recebeu o anúncio de que o papa João XXIII realizaria um novo Concílio Ecumênico no Vaticano, em Roma. O objetivo de João XXIII era promover uma renovação (*aggiornamento*) na Igreja Católica através do diálogo com a modernidade e também buscar uma reaproximação com os grupos cristãos dissidentes do catolicismo romano. O então padre Luciano José Cabral Duarte, embora ainda não fosse bispo, acompanhou aquele evento a sua maneira, enquanto repórter da revista, de circulação nacional, *O Cruzeiro* e do jornal aracajuano, *A Cruzada*. Assim, ele descreveu as principais atividades conciliares e, através de seus textos, grande parte dos brasileiros tiveram acesso às principais discussões do Concílio Vaticano II. Em 1966, Luciano Duarte foi nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju, na administração de Dom José Távora. Ao desempenhar esta função, também coube ao então Dom Luciano ajudar no processo de implantação das orientações conciliares em Sergipe. Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa é discutir o Concílio Vaticano II, como um evento histórico de impacto significativo na sociedade moderna do mundo ocidental e, especificamente, no Brasil durante o século XX. Além disso, investigar os efeitos das orientações conciliares em/e para Sergipe, através do estudo de parte da trajetória de vida de Luciano Duarte, tanto como correspondente jornalístico durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) e enquanto bispo auxiliar da arquidiocese de Aracaju (1966-1971).

Palavras-chave: Igreja Católica - Concílio Ecumênico Vaticano II - Dom Luciano Duarte.

Title: LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE AND THE RESONANCES OF THE SECOND VATICAN COUNCIL, IN SERGIPE (1962-1971)

Abstract:

The Catholic Church summoned ecumenical councils since the early days of Christianity. These assemblies bring together Christian bishops from around the world to discuss problematic issues for the institution. At the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965), it officialized its change of position with regard to the questioning of the modern, increasingly urban, industrial and secularized society of the twentieth century, which progressively renounced living the moral of Judeo-Christian origin. In Brazil, and especially in Sergipe, we analyze the impact of the diffusion of these modern values throughout the first half of the twentieth century, stimulated by the mass media, such as radio. In this context, the Sergipe population received the announcement that Pope John XXIII would hold a new Ecumenical Council in the Vatican in Rome. The purpose of John XXIII was to promote a renewal (*aggiornamento*) in the Catholic Church through dialogue with modernity and also to seek a rapprochement with the dissident Christian groups of Roman Catholicism. The then priest Luciano José Cabral Duarte, although not yet a bishop, followed that event in his own way, as a reporter for the national circulation magazine, *O Cruzeiro* and the newspaper *aracajuano, A Cruzada*. Thus he described the main activities of the Council and through his texts a great number of Brazilians had access to the main discussions of the Second Vatican Council. In 1966, Luciano Duarte was appointed auxiliary bishop of the Archdiocese of Aracaju, in the administration of Dom José Távora. In fulfilling this function, it was also up to the then Don Luciano to help in the process of implementing the conciliar guidelines in Sergipe. Thus, the main objective of this research is to discuss the Second Vatican Council as a historical event of significant impact in the modern society of the Western world and specifically in Brazil during the twentieth century. In addition, to investigate the effects of the conciliar guidelines in / and for Sergipe, through the study of part of the life trajectory of Luciano Duarte, both as journalist correspondent during the Second Vatican Council (1962-1965) and as auxiliary bishop of the archdiocese of Aracaju (1966-1971).

Keywords: Catholic Church - Second Vatican Council - Dom Luciano Duarte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dom Luciano Duarte em fotografia feita em estúdio para sua sagração episcopal.....	17
Figura 2- Dom Luciano Duarte com sua máquina de escrever Olímpia.....	29
Figura 3- Dom Fernando Gomes e padre Luciano Duarte na sede redatorial de <i>A Cruzada</i> ...	40
Figura 4- Procissão de abertura do Concílio Vaticano II.....	45
Figura 5- Papa João XIII.....	49
Figura 6- Papa Paulo VI.....	59
Figura 7- Parte da delegação de bispos brasileiros que viajou à Roma para participar do Concílio Vaticano II.....	93
Figura 8- Bispos brasileiros a caminho de uma aula conciliar, entre os presentes Dom Helder Câmara.....	109
Figura 9- Sagração episcopal de Luciano Duarte na Catedral Metropolitana de Aracaju, entre os presentes Dom Távora.....	112
Figura 10- Dom José Vicente Távora.....	122
Figura 11- Monsenhor Luciano Duarte entrevistando Dom Helder Câmara, durante o Concílio Vaticano II.....	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE: FACES E CONTRAFACES.....	29
Entre cartas e viagens: a trajetória de formação sacerdotal de Luciano Duarte.....	29
Expandindo horizontes: missões para além do campo religioso.....	38
Entre orações e crônicas: o padre e repórter Luciano Duarte que narrou o Vaticano II.....	43
2. O AGGIORNAMENTO DA IGREJA CATÓLICA: O CONCÍLIO VATICANO II.....	45
Os Concílios Ecumênicos ao longo da história.....	46
O Concílio Vaticano II: evento histórico e historiografia.....	49
O Concílio Vaticano II: o amadurecimento de um processo histórico de reconciliação.....	65
O <i>Aggionarmento</i> da Igreja Católica e uma nova Teologia.....	77
3. O BRASIL NO CONCÍLIO VATICANO II.....	93
Os Concílios Ecumênicos e a Igreja Católica do Brasil: de Trento ao Vaticano I.....	94
“Novas ideias nos levam a Roma...”: a Igreja Católica do Brasil e a justiça social.....	97
Reunidos na <i>Domus Mariae</i> : o episcopado brasileiro durante o Concílio Vaticano II.....	105
4. SERGIPE NO E A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II.....	111
Sergipe às vésperas e durante o Concílio Vaticano II.....	112
“Nos bastidores do Concílio Vaticano II”: Luciano Duarte, padre e repórter.....	118
“Ecos do Concílio Vaticano II na <i>Cruzada</i> ”: a implantação conciliar em Sergipe.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
FONTES E REFERÊNCIAS.....	134

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica Apostólica Romana¹, doravante apenas Igreja Católica, é uma instituição religiosa mundialmente conhecida devido à grande influência que sempre teve no mundo ocidental desde quando o cristianismo (niceno), até então sem grandes divisões internas, tornou-se a religião oficial do antigo Império Romano (CURTIS; LANG; PETERSEN, 2003, p. 44).

Sabe-se que essa instituição segue os princípios de seu livro sagrado, a Bíblia, que apresenta a narrativa do evangelho de Jesus Cristo, e também de uma série de normas doutrinárias e dogmáticas, frutos de inúmeras discussões teológicas, que foram estabelecidas ao longo dos séculos por autoridades da hierarquia² dessa instituição, por meio de grandes assembleias conciliares, conhecidas como Concílios Ecumênicos.

Os Concílios Ecumênicos foram convocados desde os primórdios do cristianismo, apresentando natureza e propósitos específicos, conforme exigências históricas. Contudo, no geral, essas grandes assembleias conciliares buscaram representar universalmente a cristandade, e para tanto, deviam convocar todos os bispos cristãos para que, reunidos, em um determinado lugar, pudessem deliberar sobre aspectos problemáticos para o cristianismo.

Durante a Idade Média, na Europa Ocidental, a então Igreja Latina era uma das instituições mais poderosas do mundo e impunha suas normas doutrinárias à sociedade. Contudo, a eclosão da Reforma Protestante, no século XVI, provocou uma grande divisão interna no cristianismo ocidental, daí em diante dividido entre cristãos católicos e protestantes. Nessa época, as pessoas começaram a acolher os novos valores sociais, culturais e políticos – como o individualismo e as liberdades de expressão, de crença religiosa e de

¹ Em uma breve historicização da utilização do conceito de “Igreja Católica” observamos que antes da realização do Concílio de Calcedônia (451) a cristandade já havia perdido parte de sua unidade, pois algumas Igrejas da cristandade oriental romperam com a linha grego-bizantina e, conseqüentemente, não aderiram às decisões daquele Concílio, referimo-nos as denominadas de antigas Igrejas Orientais. Já em 1054 houve a grande ruptura entre a Igreja Cristã Ocidental e Oriental, surgindo no Oriente a Igreja Ortodoxa, nome que se refere a crença de que essa instituição era a guardiã da “correta doutrina” (ortodoxia) cristã, e no Ocidente, até o Concílio de Trento (1545-1563), a atual Igreja Católica era chamada de Igreja Latina, porque ainda não havia ocorrido uma ruptura interna na cristandade Ocidental. Contudo, a partir da Reforma Protestante, no século XVI, houve uma cisão interna na Igreja Latina, então, a atual Igreja Católica passou a ser conhecida como Igreja Romana ou Igreja Católica Apostólica Romana para se diferenciar das Igrejas Protestantes. Ver: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

² O atual Código de Direito Canônico da Igreja Católica, publicado em 1983, define como hierarquia o “conjunto de pessoas que são titulares do poder sagrado enquanto receberam o sacramento da Ordem”. Cf. **Código de Direito Canônico**. Versão Portuguesa, 1983, 4ª Edição, p. 390. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf >. Acesso em 07/05/2016.

pensamento político – defendidos pelo Renascimento Cultural e pela própria Reforma Protestante. Em contrapartida, a atual Igreja Católica se posicionou, durante o Concílio de Trento (1545-1563), contra aqueles nascentes valores modernos que seriam ampliados pela Revolução Científica, iniciada no século XVI, e pelo Iluminismo e as Revoluções Industrial e Francesa no século XVIII.

Constata-se, assim, que apesar dos esforços em favor de um melhor diálogo com a modernidade, iniciados desde o final do século XIX com o surgimento do que chamamos na atualidade de Doutrina Social da Igreja³ e amadurecidos no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)⁴, ainda nos dias de hoje a Igreja Católica enfrenta dificuldades no diálogo com a sociedade contemporânea, sobretudo, porque as perspectivas contemporâneas de valorização e manutenção das conquistas sociais de direitos e liberdades individuais são consideradas irredutíveis a alguns dos princípios, milenares e tradicionais, do catolicismo romano.

Frente ao exposto, fomos instigados a questionar como a Igreja Católica se relaciona e dialoga com a sociedade ocidental na contemporaneidade e os seus valores atuais. E essa busca nos levou à necessidade de analisar o mais recente desses Concílios Ecumênicos, o Concílio Vaticano II, que foi convocado e aberto pelo papa João XXIII (1958-1963).

Ressaltamos que o interesse inicial por esta pesquisa se iniciou quando desenvolvemos entre os anos de 2012 e 2013 uma monografia, intitulada *SERGIPE NO CONCÍLIO VATICANO II (1959-1968)*, como requisito para a conclusão da graduação de licenciatura em História, pela Universidade Federal Sergipe, também sob a orientação do professor Dr. Claudefranklin Monteiro Santos. Naquele estudo nosso objetivo foi analisar a participação do episcopado brasileiro, sobretudo dos bispos sergipanos, no Concílio Vaticano II.

O projeto conciliar de João XXIII era promover o diálogo com a modernidade⁵ no século XX e o *aggiornamento*, palavra italiana que se refere a “atualização”, da Igreja

³ A Doutrina Social da Igreja Católica teve início no século XIX, durante o pontificado do Papa Leão XIII (1878-1903), quando ele publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, alertando sobre o “perigo” que a teoria do materialismo histórico representava para o mundo e ao mesmo tempo lançou as bases desse “corpo doutrinal”, que se desenvolveu ao longo do século XX, cujo objetivo era alcançar uma maior justiça social, diminuindo a miséria e exploração dos seres humanos no mundo moderno. Ver: RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

⁴ O Concílio Vaticano II ocorreu na cidade do Vaticano em Roma, Itália, recebendo o título de “segundo” em função de já haver sido realizado outro Concílio Ecumênico na cidade do Vaticano durante o século XIX, o chamado Concílio Vaticano I (1869-1870).

⁵ Convém esclarecer que “modernidade”, e outras expressões relacionadas como “tempos modernos” ou “sociedade moderna”, são termos utilizados corriqueiramente nos documentos que serviram de base para nossa pesquisa, e, referem-se aquilo que era visto em sintonia com as inovações ou transformações contemporâneas aos sujeitos históricos do período analisado, o século XX.

Católica perante os questionamentos e desafios do mundo do século XX. Ao mesmo tempo, em que buscava uma reaproximação com os grupos cristãos dissidentes do catolicismo romano, em uma perspectiva de restabelecimento da antiga unidade do cristianismo.

Com esses objetivos gerais, no cerne dos debates conciliares, foram aprovados 16 documentos ao longo de todo o Concílio Vaticano II, os quais abriram caminhos para que a Igreja Católica pudesse renovar a sua forma de atuação no mundo, sem renunciar aos princípios bíblicos que compõem a base de suas crenças.

Em uma investigação inicial, observa-se que o Concílio Vaticano II possibilitou uma mudança de postura da Igreja Católica com relação aos questionamentos da sociedade moderna, cada vez mais urbana, industrial e secularizada, que progressivamente renunciava a vivência da moral de origem judaico-cristã. Ao constatar o desenvolvimento desses novos valores morais secularizados, bastante difundidos pelos modernos meios de comunicação – como o rádio, televisão, jornais impressos com fotografias de momentos cotidianos e entre outros (HOBSBAWM, 1995) –, a Igreja Católica ao contrário do que fez no Concílio de Trento, decidiu então dialogar com a modernidade (BEOZZO, 2005).

No Brasil, segundo Riolando Azzi (2008), durante os anos 1950 já era possível notar a crescente secularização dos costumes religiosos de tradição católica e também das relações familiares e sociais, principalmente, no tocante a uma moral sexual de tradição judaico-cristã que ganhava uma nova dimensão articuladamente com o desenvolvimento dos hábitos de vida e das opções de lazer noturnas. No campo político e econômico, esse processo de secularização ganhou forte estímulo com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seu discurso modernizador. Tudo o que era apresentado como novo começava a ganhar bastante espaço na sociedade. Surgiram novos meios de transporte, hábitos de se vestir, tipos de alimentação e esportes estimulados pelas propagandas dos modernos meios de comunicações.

Essa crescente secularização da moral judaico-cristã estimulou parte das elites dominantes brasileiras – grupo com o qual a Igreja Católica vinha se aproximando desde a laicização do país, com a publicação da constituição de 1891 – a começarem a se distanciar da Igreja Católica. Além disso, a crescente miséria da população nordestina levou alguns padres a defenderem uma maior justiça social, conforme os princípios da Doutrina Social da Igreja.

Cada vez mais alguns bispos católicos do Brasil começavam a se interessar pelas causas sociais. Assim, em 1952 fundou-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB). Ressaltamos que esse posicionamento em favor dos grupos populares não era unânime dentro do clero católico brasileiro, mas ganhou notoriedade e também incentivou o desenvolvimento de ações pastorais de leigos, inclusive antes do Vaticano II (CANCIAN, 2011).

Com base na obra *História de Sergipe: República (1889-2000)* de Ibarê Dantas (2004), percebemos o impacto da modernidade em Sergipe, que a seu próprio ritmo acompanhou a tendência nacional, pois o rádio, o cinema, a tevê – recém-chegada ao Brasil nos anos 1950 – e mesmo a circulação de revistas com conteúdo pornográfico passaram a difundir um novo estilo de vida, que cada vez mais contribuía para a secularização da moral tradicional e das relações familiares e sociais.

Nesse contexto, a população sergipana recebeu o anúncio de que o papa João XXIII realizaria um novo Concílio Ecumênico, e antes mesmo das atividades conciliares se iniciarem, a imprensa e outros grupos da sociedade já especulavam acerca das discussões e possíveis orientações que o Vaticano II deveria propor.

Sabemos que todos os bispos católicos do Brasil seriam convocados a participar do Vaticano II. Todavia, destacamos apenas os bispos representantes da Arquidiocese de Aracaju⁶: Dom José Távora (Arcebispo de Aracaju), Dom Nivaldo Monte (Bispo auxiliar de Aracaju), Dom José Bezerra Coutinho (Bispo de Estância) e Dom José Brandão de Castro (Bispo de Propriá), somados ao então padre Luciano Duarte.

Luciano Duarte acompanhou o Concílio Vaticano II à sua maneira, enquanto um correspondente jornalístico da revista de circulação nacional *O Cruzeiro* e do jornal aracajuano *A Cruzada*. Luciano descreveu as principais etapas conciliares, analisou algumas temáticas e entrevistou personalidades ilustres. Assim como a maioria do episcopado brasileiro, ele ficou hospedado na *Domus Mariae* (Casa de Maria), conforme ele mesmo relatou em uma carta: “*Nós estamos tendo, aqui na ‘Domus Mariae’, onde estão hospedados 115 bispos brasileiros, uma magnífica série de conferência, onde os maiores teólogos da Europa têm falado aos nossos Bispos*”⁷. E a partir disso, relatou o cotidiano daqueles bispos no Vaticano II.

⁶ A Arquidiocese de Aracaju tem como jurisdição eclesiástica o território de todo o Estado de Sergipe, desde o período anterior à sua elevação a categoria de “arquidiocese”, quando era apenas a Diocese de Aracaju (1910-1960). (Cf. **Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju**, 1949, p. 25, verso)

⁷ Cf. Carta à Conceição, Roma, 1 de dezembro de 1963. Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte, Cx. 2, Pacotilha 1 – Correspondência expedida da década de 1960.

Através dos textos produzidos por Luciano Duarte, grande parte do Brasil e a população sergipana tiveram acesso às principais discussões que ocorreram naquele XXI Concílio Ecumênico. E também souberam do que certas autoridades do cristianismo pensavam acerca de temáticas, polêmicas para a sociedade da época, que não foram privilegiadas nos debates oficiais do Vaticano II, como o celibato, o controle de nascimentos e a não obrigatoriedade do uso da batina pelos sacerdotes em suas atividades diárias.



Dom Luciano Duarte em fotografia feita em estúdio para sua sagração episcopal.⁸

Em 1966, Luciano Duarte foi nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju. E ao desempenhar a função de bispo auxiliar do arcebispo de Aracaju, Dom José Távora, também coube a Dom Luciano ajudar no processo de implantação das orientações conciliares em Sergipe.

Não obstante, segundo Ibarê Dantas (1997), havia algumas divergências quanto ao comportamento desses dois membros da hierarquia da Igreja Católica. Com base nisso, acreditamos ser relevante analisar os perfis de Luciano Duarte e de José Távora a fim de melhor compreender as opções desses sujeitos, que trabalharam juntos no processo de implantação das orientações conciliares na Arquidiocese de Aracaju, e, assim, entendermos quais as vicissitudes que enfrentaram ao longo desse processo e quais as escolhas que tiveram diante das possibilidades de aplicação dessas orientações.

⁸ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 631.

Por isso constatamos a importância de priorizarmos o estudo da trajetória de vida de Luciano Duarte, buscando entender o universo de pertencimento desse sujeito e sua subjetividade desde o início de sua formação sacerdotal no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Aracaju em 1936 (MORAIS, 2008), quando a então Diocese de Aracaju, chefiada por Dom José Thomaz, tinha como objetivo “*reformatar o perfil do catolicismo local, expurgando os elementos populares*” (ANDRADE, 2010, p. 13), passando por sua formação intelectual, as leituras e as relações humanas que teve em suas várias viagens, até a sua experiência durante o Vaticano II, para compreender o sentido de suas ações.

Com base nisso, também consideramos relevante o estudo de parte da trajetória de vida do então padre sergipano, Luciano Duarte, que acompanhou o episcopado católico brasileiro no Vaticano II, evidentemente, sem direito a voz e voto nas audiências conciliares.

Em face disso, *Luciano José Cabral Duarte e as ressonâncias do Concílio Vaticano II, em Sergipe (1962-1971)* analisou o Concílio Vaticano II (1962-1965) como um evento histórico, bastante significativo na sociedade moderna do mundo ocidental, e, especificamente, no Brasil durante o século XX. Além disso, investigamos as ressonâncias das orientações conciliares em e para a Arquidiocese de Aracaju, através de parte da trajetória de vida de Luciano Duarte, sobretudo, dos trabalhos que ele desenvolveu, tanto enquanto correspondente jornalístico, da revista *O Cruzeiro* e do jornal *A Cruzada*, durante o evento conciliar, quanto como bispo auxiliar da arquidiocese de Aracaju entre os anos 1966 a 1971.

É razoável nos atentarmos para essa temática, porque há discussões sobre o diálogo da Igreja Católica com a cultura de nossa sociedade contemporânea. Recordamo-nos, após poucos anos, da eleição de Jorge Bergoglio, como Papa Francisco, por cardeais reunidos no conclave do dia 13 de março de 2013⁹, do interesse desse pontífice romano em realizar mudanças na Igreja Católica¹⁰.

Na atualidade, enquanto parte do mundo especula se o catolicismo romano revisará algumas de suas concepções tradicionais, voltamos nosso olhar sobre o Concílio Vaticano II, evento histórico que oficializou um processo de mudanças que incluiu, por exemplo, a

⁹ PAPPON, Thomas. **Conclave surpreende e elege argentino como 1º papa latino-americano**. BBC Brasil, 13/03/2013. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130313_fumaca_branca_tp.shtml >. Acesso em 27/04/2014.

¹⁰ Ver: PRESSE, France. **Papa forma grupo de cardeais para estudar uma reforma da Igreja**. G1, 13/04/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/papa-forma-grupo-de-cardeais-para-estudar-uma-reforma-da-igreja.html> >. Acesso em 27/04/2014.

possibilidade de alteração nos ritos litúrgicos¹¹ do latim para os idiomas vernáculos (nacionais), e esperamos com esse estudo analisar quais caminhos essa instituição religiosa escolheu trilhar a partir de então no diálogo com a sociedade e os valores do nosso mundo contemporâneo.

Com base nessas considerações, percebemos que nosso objeto de pesquisa está dividido entre o campo da História das Religiões e Religiosidades, no tocante a análise do Concílio Vaticano II como um evento histórico, e os Domínios da Biografia, no que se refere a análise de parte da trajetória de vida de Luciano José Cabral Duarte.

Esta pesquisa objetiva contribuir com o campo da História das Religiões e Religiosidades no Brasil, especialmente, em Sergipe. Nesse campo que começou a se especificar, definindo seu objeto e metodologia, durante o século XIX, recebendo grandes contribuições com os estudos de Émile Durkheim, Max Weber e Mircea Eliade sobre o fenômeno religioso, até então pautadas na busca da *“origem das religiões, de um lado, e a essência da vida e do homem religioso, do outro”* (HERMANN, 1997, p. 335).

Desde as últimas décadas do século XX os estudos sobre História das Religiões e das Religiosidades vêm ganhado forma e força e aos poucos conquistam cada vez mais espaço e visibilidade na contemporaneidade, sobretudo no Brasil.

Para Sérgio da Mata (2010), com o aumento das pesquisas sobre Religiões e Religiosidades no Brasil, surgem novos desafios para os historiadores. Há muito tempo que não se pode mais considerar a palavra “religião” como sinônimo de cristianismo e sabemos também que a religião ou fenômeno religioso é um conhecimento possível de ser estudado pela História e outras ciências, mas se, atualmente, nenhum historiador dessas áreas precisa se preocupar com a legitimidade de suas pesquisas, entretanto, há divergências entre quais os critérios devem ser usados pelos historiadores pra tornar inteligíveis as mais variadas manifestações do fenômeno religioso, tendo em vista as várias noções de História existentes e a pluralidade religiosa em nossa sociedade, quanto a esse último caso nos alertou Sérgio da Mata:

[...] a variedade dos fenômenos que o historiador da religião tem diante de si é muito mais ampla do que normalmente se admite. Daí que o conceito de “religião” aqui adotado seja assumidamente flexível e plural. A razão para isso não é apenas teórica [...], é igualmente de ordem prática: um conceito

¹¹ A exemplo, têm-se as missas e a administração de sacramentos, como o batismo e o matrimônio.

demasiado estreito de “religião” não é compatível com a lógica que rege uma sociedade pluralista (MATA, 2010, p. 16).

Um dos pioneiros nos estudos sobre religião foi Thales de Azevedo (2002) que desenvolveu uma pesquisa sobre a chamada “sociologia do catolicismo” em sua obra *O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*, que embora não seja um trabalho de História, mas do que seria hoje a Sociologia, serve-nos, dentre várias razões, por suas contribuições metodológicas para a pesquisa científica sobre o religioso, pois inovou ao decidir estudar práticas religiosas em vez da relação entre a Igreja e o Estado brasileiro.

Sérgio da Mata (2010) argumenta que se no passado a antiga História das Religiões, ou História Eclesiástica, assumia nitidamente um caráter apologético de seu objeto de estudo, no tempo presente a chamada nova História das Religiões busca “*compreender e explicar geneticamente a religião nas suas relações com a cultura e a sociedade*” (MATA, 2010, p. 17). Embora, constataremos isso não seja suficiente para nos propormos a estudar o fenômeno religioso na História, ao fazê-lo já damos um grande passo. Afinal, entende-se que o religioso pode ser captado por meio das relações sociais e culturais estabelecidas entre os seres humanos¹².

Nesse sentido, Michel de Certeau (2007) também contribuiu para estabelecermos critérios de análise do fenômeno religioso na História através do tecido social humano. Assim, optamos por conceber a História através do que Certeau propôs, a saber, uma combinação de práticas sociais que conferem um sentido a realidade quando produzem um discurso ou operação historiográfica, sempre com base em um local social que o autoriza, e em procedimentos científicos, que legitimam essa escrita. A partir disso, o fenômeno religioso seria o resultado de uma prática social, de gestos concretos que formam uma realidade específica.

Na historiografia brasileira predominaram os estudos sobre a religiosidade popular – a exemplo, *O diabo e a Terra de Santa Cruz* de Laura de Mello e Souza (2009) – em detrimento das pesquisas acerca das instituições e/ou doutrinas religiosas. Contudo, destacamos estudos relevantes sobre a História das Religiões, que dialogam com a nossa

¹² Como exemplos disso, citamos algumas das problemáticas abordadas pelo já citado Thales de Azevedo em seu estudo da “sociologia do catolicismo” no Brasil, na qual fez uso de dados obtidos em pesquisas do IBGE e outros levantamentos ao abordar desde a influência/mistura de práticas de outras religiões no catolicismo brasileiro, ao número de comunhões recebidas pelos brasileiros em 1947 e também a questão dos casamentos religiosos após o avanço das uniões civis e a “esterilidade” para as vocações sacerdotais. Nesses exemplos, nota-se que o fenômeno religioso foi analisado através do ser humano e de suas práticas sociais e culturais. Ver: AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social**. Salvador: Edufba, 2002.

pesquisa a respeito do Concílio Vaticano II, como os de Riolando Azzi (2008), Riolando Azzi e Klaus van der Grijp (2008), José Beozzo (2005), Péricles Andrade (2010), Renato Cancian (2011), Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (2012) e Scott Mainwaring (2004).

Ao observamos as discussões de Roger Chartier (1990), Vavy Borges (2010), Carlos Bacellar (2010), Tania Regina de Luca (2010) e de outros autores de nossa bibliografia, analisamos o crescimento de novas tendências na recente historiografia mundial, sobretudo a partir dos anos 1980 – mesmo período em que essas tendências começaram a marcar presença no Brasil –, como reação à suposta crise dos paradigmas estruturalistas e marxistas.

Desde então, grande parte dos historiadores centrou seu esforço em pesquisas de caráter monográfico, em oposição às grandes sínteses, e, também cresceu bastante o interesse pelos estudos de História Cultural, os quais privilegiaram temas mais recentes da História, a exemplo a análise do período republicano brasileiro em vez do colonial ou imperial, incluindo também o uso de fontes anteriormente muito criticadas como fontes orais, audiovisuais, iconográficas, correspondências pessoais e outras.

Concomitantemente, áreas e metodologias da História, que perderam espaço durante parte do século XX devido à hegemonia dos já citados paradigmas ou modelos de explicação globalizantes, tiveram suas contribuições reavaliadas. Dentre essas áreas, destacamos neste trabalho o campo da Biografia que reapareceu com novas propostas, a exemplo das apresentadas por François Dosse (2009) que demonstrou a importância da associação entre história e o gênero biográfico para a compreensão de singularidades, e também recuperou as formulações de pensadores do século XIX, como Wilhelm Dilthey (1992).

Uma das principais contribuições da revisão das formulações de Dilthey para o campo da Biografia em História, segundo Avelar (2002), foi a valorização de trajetórias de vida individuais, seja de homens comuns ou não, para a compreensão histórica. Com base nessas reflexões de Dilthey, consideramos o sujeito enquanto alguém que vê o mundo ao seu redor e age perante o mundo através de sua subjetividade, sendo capaz de reproduzi-lo, ou não, a depender das relações sociais que estabelece ao longo de vida.

Ante o exposto, esse estudo também pretende acrescentar outra possibilidade de análise da trajetória de Luciano Duarte. Buscamos compreendê-lo a partir de seu mundo de pertencimento, de sua cultura e da relação com a sociedade na qual agiu, pois, “*o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações [...]*” (BORGES, 2004, p. 304). Evitando enquadrá-lo em categorias de juízo polarizante, como conservador – em oposição a um grupo

progressista –, que ao cabo reduzem e generalizam quaisquer ações humanas, direcionando-as para esquemas mecânicos, pautados em paradigmas estruturalistas e/ou marxistas, que por fim, condicionam as ações humanas a se converterem em uma série de acontecimentos, coerentes e orientados, que levam a trajetória humana para um destino ou objetivo final, relacionado a categoria em que esse sujeito foi enquadrado, e não nos permite compreender a complexidade de sua trajetória de vida, pois:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações subjetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2006, p. 190)

Dosse (2009) também nos auxiliou no processo de compreensão da trajetória de vida de Luciano Duarte. Pois, ao apresentar e problematizar as variadas formas que o gênero biográfico encarnou, a depender das circunstâncias históricas, demonstrou-nos a relevância do uso de uma hermenêutica que busque compreender as complexidades e singularidades da trajetória de vida dos sujeitos, que podem apresentar múltiplas interpretações, em vez de se propor a expor a realidade vivida, diluindo o sujeito a um modelo de personagem com sentido determinado.

Assim, percebemos que não se pode negar as individualidades e a complexidade de relações que o sujeito estabelece ao longo de sua trajetória vida. Negar a importância da análise do tecido social que o indivíduo construiu ao longo de sua trajetória de vida seria um equívoco, pois as dimensões sociais, políticas, econômicas e religiosas são irreduzíveis entre si e complementam-se umas às outras. Por isso, consideramos que os modelos de explicação lógica da história não dão conta do entendimento da complexidade inerente aos sujeitos, que têm no dia a dia a oportunidade, ainda que mínima, de expressar sua criatividade e tomar decisões, baseando-se nas opções então disponíveis, pois “os *atores históricos (nós todos!)* não são modelos de coerência, continuidade, racionalidade; as tensões entre o vivido e o imaginado e desejado são fundamentais” (BORGES, 2004, p. 306).

Na historiografia sergipana vem se firmando uma tradição de estudos sobre trajetórias de vida, a exemplo citamos a obra *O eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a*

romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917), do historiador Antônio Lindvaldo Sousa (2008), e também a obra *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*, do historiador Ibarê Dantas (2009).

Após um levantamento bibliográfico, constatamos a existência de estudos que ao dissertarem sobre Dom Luciano e/ou outros bispos sergipanos também dedicaram espaço à análise das relações desses bispos com o Vaticano II, como os produzidos por FRANÇA (2004); NASCIMENTO FILHO (2008); MORAIS (2008); SANTANA (2011). Não obstante, nenhuma dessas produções têm como objetivo específico investigar as contribuições da participação de Luciano Duarte no Vaticano II para o Brasil e Sergipe.

A partir dessas discussões, consideramos ser válido o recorte temporal selecionado em nossa pesquisa, entre 1962 e 1971. Pois, com base em Julio Aróstegui (2006) identificamos um espaço de inteligibilidade, que nos permite observar como esse período se relaciona com a nossa temática de estudo, o qual dividimos em dois momentos. A princípio, temos o período de 1962 até 1965 que compreende o tempo de duração do Concílio Vaticano II, o qual acreditamos se iniciar com uma grande ruptura em relação ao posicionamento que a Igreja Católica tinha de negação para com a modernidade desde o Concílio de Trento (1545-1563) e que foi continuado no Concílio Vaticano I (1869-1870). Assim, iniciou-se uma recorrência entre 1962 e 1965 que foi o período conciliar.

No entanto, buscamos investigar se dentro desse período inicial de 1962 a 1965, pode-se falar que houve uma ruptura com a morte do papa João XXIII que foi sucedido por Paulo VI, porque não seria estranho se ocorresse alguma mudança na direção que o Concílio seguiu após a transição dos papas, será que é possível observar o Vaticano II como um grande acontecimento marcado por dois eventos, um para cada pontificado?

No segundo momento do nosso recorte temporal, que se inicia com uma ruptura (ARÓSTEGUI, 2006) na trajetória de vida de Luciano Duarte, sua sagração a bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju em 1966, e se estende durante todo o período em que ele permaneceu enquanto bispo auxiliar, consideramos essencial perceber como esse sujeito contribuiu para a implantação das orientações do Vaticano II em Sergipe, ao dividir essa responsabilidade com o Arcebispo Dom Távora. Assim, temos um período de recorrência no qual Dom Luciano foi bispo auxiliar (1966-1971), o qual se encerra em 1971 quando após a morte de Dom Távora, Dom Luciano foi escolhido para ser o novo arcebispo de Aracaju e

passou a ser a autoridade máxima dentro dos limites de jurisdição do clero católico sergipano.

Destacamos abaixo conceitos e ferramentas teóricas essenciais a nossa pesquisa.

Ao propormos a análise do Concílio Vaticano II enquanto um evento histórico consideramos fundamental apresentarmos, brevemente, alguns dos conceitos de “Igreja”. Segundo Arns (1981, p. 8), o termo “Igreja” que remota aos termos *Ecclesia*, do latim, e *qahal* ou *qahal*, do hebraico, que expressa a reunião de uma comunidade, no caso, da Igreja Católica a “Igreja” seria a reunião de todos os fiéis que receberam o batismo. Não podemos nos esquecer que o termo “Igreja” também pode se referir a um território, por exemplo quando nos referimos a “Igreja do Brasil” ou “Igreja de Sergipe” pensamos nos fiéis católicos dessas áreas geográficas e/ou nos sacerdotes e bispos que atuam nessas “Igreja Particulares” (ARNS, 1981, pp. 8-9). Ademais, segundo Arns (1981, p.11-16), quando se pensar na noção de “Igreja” se encontram vários conceitos que ao funcionarem como imagens e metáforas, complementares entre si, auxiliam-nos no seu entendimento, tais como: Povo de Deus; Corpo de Cristo; Reino de Deus; Sociedade, no sentido de uma “[...] *associação moral e segura de muitas pessoas, para realizarem uma finalidade pela ação comum*” (ARNS, 1981, p. 14); Esposa de Cristo; Templo de Deus; Cidade; Vinha; Casa e Rebanho; e Mistério.

Contudo, de forma semelhante ao proposto por Scott Mainwaring (2004) e outros, optamos por compreender a Igreja Católica como uma instituição social – por consideramos que essa noção se encontra em maior sintonia com nossa proposta de estudo –, a qual, enquanto tal sempre visou encontrar, ou mesmo abrir, caminhos para a sua própria preservação, questionando as mudanças nas práticas culturais da sociedade que estava vinculada e elaborando propostas, como as feitas pelo Concílio Vaticano II.

Diante dessas constatações, indagamo-nos o que naquela instituição religiosa seria realmente um movimento de mudança (ARÓSTEGUI, 2006) a partir do Vaticano II, em termos de comportamento ou adesão de práticas, e o que já havia sido esboçado anteriormente, enquanto apelo ao futuro (KOSELLECK, 2006b) antes, e que apenas foi legitimado naquele Concílio pela hierarquia do clero?

A partir do Vaticano II também buscamos perceber as mudanças da Igreja Católica no processo histórico de diálogo com a sociedade contemporânea, levando em consideração que as concepções adotadas no Concílio de Trento continuaram como longas permanências,

embora com algumas pequenas mudanças que, a grosso modo, serviram para permitir sua manutenção, e somente foram deslegitimadas no Concílio Vaticano II (ARÓSTEGUI, 2006).

De forma semelhante ao exposto sobre o entendimento de História como combinação de práticas sociais por Michel de Certeau (2007), Roger Chartier (1990) argumentou que as representações são expressas por discursos, resultantes de práticas sociais, que moldam durante certo período a maneira de um grupo social apreender a realidade. Assim, diferentes grupos sociais podem ser identificados por práticas singulares em uma sociedade plural. Lembrando que nem sempre há uma associação entre crença (subjetiva) e práticas (objetivas).

Segundo Reinhart Koselleck (2006a), o tempo histórico pode ser deduzido da tensão, ou diferença que se tem no tempo presente, entre as categorias “espaço de experiência” (passado) e “horizonte de expectativa” (futuro). Considerando que ambas têm que existirem juntas – diferentes, por exemplo, de guerra e paz que implicam oposição – pretendemos aplicá-las ao estudar a Igreja Católica, enquanto instituição social, a fim de analisar como as mudanças em seu “espaço de experiência” no século XX repercutiram para a adoção de novas práticas sociais a partir do Vaticano II.

Com efeito, também nos serviremos das contribuições de Koselleck (2006a) para discutir a categoria “modernidade” como um momento em que temos rupturas (por exemplo no setor tecnológico) ocorrendo mais rápidas entre o passado e o presente que antes, e convivendo com diversas permanências em diferentes camadas temporais.

Observamos também que, tanto Pierre Bourdieu (2005) quanto Michel de Certeau (2007) analisaram a figura de um sacerdote como um funcionário ou administrador dos bens de salvação de uma instituição religiosa. E demonstraram que embora dois membros do clero ocupem o mesmo corpo institucional as suas falas podem se originar de “locais” variados.

Assim, sujeitos como Dom Luciano e Dom Távora poderiam se expressar diferentemente a depender de qual dos lugares possíveis ocuparam na Igreja Católica. Lembramos que ambos receberam formação religiosa na primeira metade do século XX, época que podemos ver o movimento histórico de transição entre os ideais de condenação da modernidade vigentes desde o Concílio de Trento e a proposta de diálogo com a modernidade apresentada no Vaticano II, e, podemos questionar como eles vivenciaram essas mudanças, e principalmente, se já era possível perceber na trajetória de vida pessoal e religiosa de Dom Luciano elementos (ideias ou conceitos) que expressavam o que Reinhart Koselleck (2006b) denominou de apelo ao futuro.

Logo, questionamo-nos se antes do Concílio Vaticano II esses representantes do clero católico sergipano seguiram as diretrizes para os sacerdotes da época ou aderiram a valores que traziam um apelo de futuro em direção às ideias do Vaticano II.

A partir das categorias “espaço de experiência” (passado) e “horizonte de expectativa” (futuro) de Reinhart Koselleck (2006a), propomos que o Concílio Ecumênico Vaticano II inaugurou para a Igreja Católica um novo “horizonte de expectativas”. Nesse caso a tensão ante o fechamento da Igreja Católica para com o nascente mundo moderno durante o Concílio de Trento, que teve como resultado uma experiência contrária ao que pretendia, possibilitou um distanciamento maior entre as experiências passadas, que mudaram perante as inovações tecnológicas e o processo de secularização da moral judaico-cristã no século XX, e expectativas futuras. Isso desatrelou o presente da instituição, que ainda era vinculada aos princípios condenatórios de Trento, para uma fase de aceitação e diálogo com a modernidade.

Pensamos que apesar do rótulo de conservador atribuído ao Dom Luciano, o pensamento deste sujeito é coerente com sua trajetória de vida e com o grupo da Igreja Católica no qual teve sua formação sacerdotal. Ele buscou desenvolver os princípios da justiça social, como um administrador (intermediário) dos bens da Igreja Católica, através da Doutrina Social da Igreja e dos ensinamentos pastorais do Concílio Vaticano II, sem, contudo, aderir a uma opção preferencial pelos pobres, que devido à conjuntura política da ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil foi associada ao comunismo.

Com o propósito de desenvolver esse estudo realizamos um levantamento de bibliografia na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS), no Programa de Documentação e Pesquisa em História (PDPH) do Departamento de História da UFS, nos arquivos pessoais do prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, e também na *internet*, nos quais encontramos livros, monografias, dissertações de mestrado e documentos digitalizados, que se encontram referenciados em nossa bibliografia. Também buscamos fontes em instituições como o Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD), onde tivemos acesso à correspondência de Luciano Duarte dos anos 1960; o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), no qual adquirimos digitalizados o jornal *A Cruzada*; a Cúria Metropolitana de Aracaju, na qual consultamos os livros de tombos da antiga Diocese de Aracaju e da atual Arquidiocese de Aracaju; a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), em cuja hemeroteca examinamos o boletim *A Semente*, na condição de membros voluntários de um projeto de pesquisa histórica sobre a Imprensa Cristã em Sergipe, intitulado “*Escrevendo em nome da fé*”

e diante das vicissitudes históricas...”: Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos, organizado e coordenado pelo prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa.

Após descrevermos as etapas de nosso estudo, constatamos a predominância de alguns tipos de fontes que agrupamos em dois tipos a fim de problematizarmos as metodologias que usaremos para os seus tratamentos. Temos fontes arquivistas e/ou oficiais, como encíclicas papais, documentos do Vaticano II e os documentos obtidos no IDLD e fontes periódicas, como jornais e os artigos publicados por Luciano Duarte na revista *O Cruzeiro*, obtidos através da publicação de DUARTE (1999).

Para analisarmos as fontes arquivistas e/ou “oficiais” nos servimos tanto das considerações de Antoine Prost (2012), sobre a crítica externa e interna ao documento¹³, quanto das orientações de Carlos Bacellar (2010) que observou a necessidade de contextualizar o documento com o pensamento dos grupos sociais com os quais o autor do texto interagiu. Pois, “[...] *ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos*” (BACELLAR, 2010, p. 64).

Com relação à metodologia de exame dos periódicos também empregaremos as orientações de Prost (2012) e Bacellar (2010). Além disso, seguimos as recomendações de Tania Luca (2010) acerca da importância de se caracterizar os responsáveis pela publicação do periódico, identificar os principais colaboradores (escritores), patrocinadores (se houver) e o público ao qual se visa atingir. Verificando o local em que a notícia foi divulgada, se na capa ou em páginas internas, nesse último caso averiguar a relação da matéria com a seção indicada, pois não é possível divulgar notícias de forma neutra, já que os periódicos são “*empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos [...] por agregarem pessoas em torno de idéias [sic], crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita*” (LUCA, 2010, p. 140). Torna-se essencial considerarmos também a possibilidade de censura ou silenciamento de informações no material que analisamos devido à parte do nosso objeto de estudo compreender o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Postas todas as questões acima, dividimos nosso trabalho em quatro momentos.

¹³ “[...] *de onde vem o documento? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seu testemunho? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas? Ou implicaria o uso de algum expediente?*” Cf. PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 59.

Na primeira seção, *Luciano José Cabral Duarte: faces e contrafaces*, a fim de analisar parte da trajetória de vida de Luciano Duarte examinamos os trabalhos de ANDRADE (2010), BARRETO (2012), MORAIS (2008) e SANTOS, M. (2015) e SANTOS, C. (2015) mais os documentos disponíveis no acervo de correspondência da década de 1960 do IDLD.

Na segunda seção, *O aggiornamento da Igreja Católica: o Concílio Vaticano II*, almejamos compreender o Concílio Vaticano II enquanto um evento histórico, investigando seu legado na história dos Concílios Ecumênicos, sua natureza e propostas teológicas e, também, produzir uma discussão historiográfica que incorpore o evento conciliar como um objeto de pesquisa histórica. Para tanto, priorizaremos as produções bibliográficas de ALBERIGO (1995a), BEOZZO (2005), RIVAS GUTIERREZ (1995), HOBBSBAWM (1995), PHAN (2013), SILVA (2004), SOUZA (2004), SOUZA e GONÇALVES (2013) e THEOBALD (2015) somadas a alguns documentos oficiais da Igreja Católica de acesso público – disponíveis tanto em livros/compêndios quanto na página oficial do Vaticano em português na *internet* – como a Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (Papa João XXIII, 1961) e também dois discursos de abertura do Vaticano II: *Gaudet Mater Ecclesia* (Papa João XXIII, 1962) e *Salvete Fratres in Christo* (Papa Paulo VI, 1963).

Além do exposto, usamos também nessa segunda seção parte dos documentos gerados pelo Concílio Vaticano II – Constituições, Decretos e Declarações – através de dois compêndios que os reúnem, em nosso idioma, como os de VIER (1983) e COSTA (1997).

Na terceira seção, *O Brasil no Concílio Vaticano II*, realizamos uma análise da experiência do catolicismo romano no Brasil, durante o Concílio Vaticano II, de forma a situá-lo, historicamente, no diálogo com a sociedade moderna ocidental. Com esse intuito, usamos principalmente as produções bibliográficas de AZZI (2008), AZZI e GRIJP (2008), BEOZZO (2005), CANCIAN (2011), MAINWARING (2004), NAPOLITANO (2008) e TRINDADE (2013).

Na quarta seção, *Sergipe no e a partir do Concílio Vaticano II*, refletimos sobre as ressonâncias das orientações teológicas do evento conciliar do Vaticano II em e para Sergipe, tendo como mote a trajetória de vida de Luciano Duarte, durante e depois, no Concílio Vaticano II. Para tanto, analisamos os artigos e crônicas escritas pelo então padre Luciano Duarte na revista *O Cruzeiro*, que foram publicados na obra de DUARTE (1999), as obras de DANTAS (1997) (2004) e NASCIMENTO FILHO (2008). Além disso, também usamos alguns periódicos sergipanos, como o jornal *A Cruzada* e o boletim *A Semente*.

I

LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE: FACES E CONTRAFACES

De todos as personagens da História Contemporânea da Igreja Católica em Sergipe, sem sombra de dúvidas, Dom Luciano José Cabral Duarte está entre as mais controversas. As representações em torno de seu nome pendulam entre a endemonização e o endeusamento¹⁴. Em razão disso, nas próximas linhas tentamos compreender esse sujeito a partir do seu lugar, de seu tempo e de suas vicissitudes.

Entre cartas e viagens: a trajetória de formação sacerdotal de Luciano Duarte



Dom Luciano Duarte com sua máquina de escrever Olímpia.¹⁵

“*Prezada Conceição: Paz em Jesus Cristo*”¹⁶, com essa saudação inicial Luciano Duarte datilografaria uma carta, durante sua permanência na cidade de Roma, no início de dezembro de 1963, destinada à sua terra natal, Aracaju, a capital do Estado brasileiro de Sergipe. Ele costumava se comunicar com seus entes queridos através de cartas sempre que se encontrava afastado de seu local de origem.

¹⁴ Ver: SANTOS, Gilvan Rodrigues dos. **Dom Luciano Duarte: nem “hagiografia” nem “demonografia”**. Jornal da Cidade.Net, 29/04/2011. Disponível em: < <http://www.jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/5884/dom-luciano-duarte-nem-hagiografia-nem-demonografia.html#.V98HWhBrjIU> >. Acesso em 18/09/2016.

¹⁵ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 639.

¹⁶ Cf. Carta à Conceição, Roma, 1 de dezembro de 1963. Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte, Cx. 2, Pacotilha 1 – Correspondência expedida da década de 1960.

Quando redigiu a carta à Conceição, Luciano Duarte participava como observador da segunda sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), mas sendo a participação em Concílios Ecumênicos restrita aos bispos da Igreja Católica o que justificaria a presença dele ali, pois embora possuísse o título de monsenhor¹⁷, não era um representante do episcopado brasileiro. Conforme já mencionamos na introdução deste trabalho, a finalidade da viagem de Luciano Duarte a Roma durante o Concílio Vaticano II era jornalística.

Luciano Duarte, conjuntamente com o então Arcebispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, recebeu um convite da revista *O Cruzeiro* para trabalhar como repórter naquele evento católico. E, portando credenciais de repórter, conseguiu o privilégio de acompanhar de perto os trabalhos conciliares, desde a cerimônia de abertura em 1962, conforme carta encaminhada a sua tia Zizi¹⁸, “[...] o Concílio começou, com uma solenidade de uma impressionante beleza, [...] assisti à cerimônia no interior da Basílica, graças à carteira de jornalista. [...] Mande o texto do discurso do Papa para ‘O Cruzeiro’. Espero que o publicarão”¹⁹.

O Cruzeiro foi uma revista brasileira de circulação nacional entre 1928 e 1975, certamente um periódico tão popular e influente não escolheria aleatoriamente qualquer pessoa para tal missão. Cientes disso, fomos instigados a explorar a trajetória de vida de Luciano Duarte, a fim de compreender quem ele era, quais as relações sociais que teceu até então e o porquê de ter sido convidado a narrar o Concílio Vaticano II para leitores de todo o Brasil, para tanto retornamos a análise da já mencionada carta enviada à Conceição em 1963.

A destinatária da carta era Maria da Conceição Luduvise, que colaborava na administração da capela ou igreja de São Salvador, em Aracaju, na qual o padre Luciano Duarte era capelão. Segundo Moraes (2008), naquela mesma igreja, que fora a primeira construída em Aracaju e inaugurada em 1857, Luciano Duarte havia recebido sua primeira comunhão, e posteriormente, após a sua ordenação sacerdotal em 1948, o jovem padre iniciaria sua carreira sacerdotal como capelão de São Salvador.

Nessa carta, o padre Luciano Duarte agradecia a significativa colaboração e eficiência de Conceição, seu “braço direito” na administração da igreja de São Salvador enquanto estava

¹⁷ Título honorífico concedido aos sacerdotes por terem prestado serviços relevantes à Igreja Católica.

¹⁸ As cartas que Luciano Duarte enviou a sua tia Zizi não se encontraram disponíveis no acervo do Instituto Dom Luciano Duarte para consulta e considerando o encerramento das atividades desse instituto em 25 de agosto de 2016 somente tivemos acesso as transcrições dessas cartas presentes em Biografia escrita por Gizelda Moraes.

¹⁹ Cf. Carta à tia Zizi, Roma, 17 de outubro de 1962. Disponível em MORAIS, Gizelda. **Dom Luciano José Cabral Duarte: Relato biográfico**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008, p. 155.

em Roma e, em seguida, comentou sobre a relevância da atuação de mulheres como ela para o desenvolvimento dos trabalhos da Igreja Católica: “*vê-se que também hoje, como em todos os tempos da história da Igreja, as piedosas mulheres, que acompanhavam Jesus e o serviam discretamente, têm continuadoras...*”²⁰. Com efeito, além de vários leigos que colaboraram em suas atividades sacerdotais, Luciano Duarte também foi acompanhado ao longo de sua trajetória de vida por duas mulheres, que muito o ajudaram em sua formação sacerdotal, sua mãe, Célia Cabral, e sua tia e madrinha de batismo, Maria Cabral, a tia Zizi.

Através da obra “Dom Luciano José Cabral Duarte: Relato biográfico” escrita por Gizelda Moraes (2008), conseguimos algumas informações sobre a família de Luciano Duarte. Célia Cabral, aracajuana, nascida em 22 de agosto de 1896, era filha de Francisco Felix Cabral e de Adelaide Passos Cabral, estudou na Escola Normal de Sergipe, diplomando-se em 1917 para ser professora, todavia, não exerceu a profissão. Por sua vez, sua irmã Maria Cabral também se formou na Escola Normal de Sergipe, exercendo a docência. Ambas desempenharam um papel importante na trajetória de vida de Luciano Duarte, apoiando-o e demonstrando companheirismo e afeto, expresso nas visitas que sua mãe o fazia no seminário de Aracaju e nas frequentes cartas, que elas trocavam com ele, sempre que ele esteve fora de sua cidade natal, desde a época em que era seminarista em Olinda (PE) e São Leopoldo (RS), quando contou bastante com o apoio financeiro de sua tia Zizi.

Segundo Moraes (2008, pp. 40-41), Luciano Duarte afirmou não ter sido influenciado diretamente por seus familiares a seguir a vida sacerdotal, tendo optado por vocação própria. Não obstante, declarou que sua mãe e sua tia eram fiéis católicas, assíduas frequentadoras de missas, além de ter tido em sua família maternal parentes que seguiram a vida religiosa ou sacerdotal. Isso sugere que, embora ele tenha decidido seguir a carreira sacerdotal por escolha própria, o fato de ter uma tradição católica, em sua família materna, o possibilitou crescer num ambiente propício ao livre reconhecimento de sua vocação sacerdotal, tanto que pode iniciar seus estudos no Seminário de Aracaju com apenas 11 anos.

Da família materna de Luciano Duarte, surgiram alguns literatos sergipanos, como os seus tios João Passos, poeta, e Alfredo Cabral, escritor. Também José de Góes Duarte, pai de Luciano Duarte, era um poeta e telegrafista, ainda que por opção própria não tenha publicado nenhuma obra em vida. Além de Luciano Duarte, o casal José de Góes Duarte e Célia Cabral tiveram mais dois filhos, o primogênito Carlos José Cabral Duarte e a caçula Carmen Dolores

²⁰ Cf. Carta à Conceição, Roma, 1 de dezembro de 1963. Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte, Cx. 2, Pacotilha 1 – Correspondência expedida da década de 1960.

Cabral Duarte. José de Góes Duarte era filho do dramaturgo romântico sergipano Cypriano Corrêa Duarte e de Leonilla de Góes Duarte.

Não dispomos de fontes para ousar afirmar que Luciano Duarte tenha recebido influência direta desses literatos, contudo, é provável que tenha tido algum contato com o mundo das letras ainda em sua infância, através de seu pai ou de algum desses outros parentes próximos. Em todo o caso, em sua trajetória de vida, ele também desenvolveu um viés poético e literário, tanto em suas homilias quanto em seus textos jornalísticos e/ou relatos das inúmeras viagens que realizou, esse “artista da palavra” (SANTOS, C., 2015) chegaria a se tornar membro da Academia Sergipana de Letras em 1971.

Com o intuito de se tornar um sacerdote, Luciano Duarte ingressou em 1936 no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju. Não obstante, aquele seminário que havia sido fundado em 1913, encontrava-se, desde 1933, com o funcionamento restrito apenas aos estudos preparatórios no Seminário Menor (BARRETO, 2012, p. 82), o que tornaria necessário que os seminaristas, após a conclusão dessa etapa inicial, dirigissem-se para um Seminário Maior, a fim de cursar Filosofia e Teologia. Embora, o seminarista Luciano Duarte não pudesse concluir seus estudos no Seminário de Aracaju, ali aprenderia valores religiosos e um estilo de ser padre, que carregaria ao longo de toda a sua trajetória de vida sacerdotal.

O Seminário de Aracaju transmitia uma formação que correspondia aos projetos da então recém-criada diocese de Aracaju. Conforme o historiador Antônio Lindvaldo Sousa (2008, p. 142), a diocese de Aracaju foi fundada em 3 de janeiro de 1910, por meio da Bula *Divina Disponente Clemencia* do papa Pio X, tendo como primeiro bispo Dom José Thomaz (1911-1948). Na época em que foi criada a Diocese de Aracaju, a Igreja Católica do Brasil passava por mudanças. Após a proclamação da República em 1889 e, conseqüentemente, o fim do antigo regime do Padroado, no qual o imperador do Brasil exercia a função de chefe da Igreja nacional, a Igreja ganhou autonomia e maior liberdade para atuar na sociedade brasileira, assim, pode se aproximar das orientações papais, já que não estava mais sob o controle do poder político local, esse processo ficou conhecido como “romanização”. Para Antônio Lindvaldo Sousa (2008), o termo “romanização” se refere “[...] ao processo de uniformização do catolicismo brasileiro em conformidade com os interesses da Cúria romana” (SOUSA, 2008, p.127).

A partir das obras de Antônio Lindvaldo Sousa (2008), Claudfranklin Monteiro Santos (2016) e Péricles Andrade (2010), observamos que a fundação da diocese de Aracaju em 1910 estava de acordo com os planos do clero de promover a “romanização” do catolicismo brasileiro, com a adoção de novas posturas e comportamentos. Logo, buscou-se retomar os valores tidos por oficiais do catolicismo romano e eliminar todas as crenças e práticas consideradas “supersticiosas”, que estavam ligadas ao chamado catolicismo popular. Percebemos que a “romanização” deveria salvaguardar o catolicismo na sociedade brasileira que, após a proclamação da República e algumas mudanças políticas, começava a experimentar uma secularização da moral cristã e, ao mesmo tempo, uma crescente concorrência religiosa do protestantismo, do espiritismo e da maçonaria.

Era preciso levar ao conhecimento da população a doutrina católica tida como verdadeira e, para tanto, utilizaram-se alguns instrumentos como “[...] *a criação do seminário diocesano, os retiros espirituais e as conferências eclesiais*” (ANDRADE, 2010, p. 104). Além disso, criou-se o jornal diocesano *A Cruzada* em 1918, com o objetivo de auxiliar o clero na consolidação do projeto de “romanização” em Sergipe. Assim, buscava-se aumentar o quantitativo de padres na jurisdição da diocese de Aracaju, cuja abrangência era todo o território de Sergipe, a fim de que fosse suprida a ausência de padres nas paróquias da diocese, principalmente, nas localizadas no interior do Estado. Esse propósito pode ser visto em uma edição de *A Cruzada* de 1926, que mostrava aos fiéis a importância de ter ao menos um sacerdote dentre os familiares:

São abençoadas por Deus as famílias em que se guardam fielmente os preceitos do decálogo [sic], [...] aquelas [sic], sobretudo, que sollicitam [sic] a honra de contar um padre entre seus membros. A família torna-se mais unida mais respeitável. Possui [sic] um centro de fé e piedade que irradia sobre os seus membros ainda os mais afastados. [...]. Quem não observou ainda, entre as mães que tem filhos padres [...] uma elevação de sentimentos, uma fé e uma energia que são em sua alma como que um raio da graça do sacerdócio de seus filhos?²¹

Segundo a historiadora Raylane Barreto (2012, p. 71) o Seminário de Aracaju buscava formar um novo perfil de sacerdote, almejando um clero disciplinado, com boa reputação social, sem vícios e, para tanto, era essencial que os candidatos apresentassem uma real vocação para a vida sacerdotal. Outra preocupação relevante da formação sacerdotal do

²¹ Cf. *A Cruzada*, 24.03.1926, p.1.

Seminário de Aracaju era possibilitar a ampliação dos domínios da Igreja Católica em outros campos de atuação, para além do religioso, assim, o seminarista receberia uma formação que lhe proporcionaria vir a ser um erudito e, sobretudo, um intelectual ativo no meio social, era-lhe transmitido, “ [...] *embora com as restrições impostas pela Igreja, um constructo teórico que lhe favorecia tanto na participação da vida sacerdotal quanto no campo educacional e intelectual*” (BARRETO, 2012, p. 121). Esse projeto de renovação do clero não ocorreu exclusivamente em Sergipe, conforme explicou o historiador Claudefranklin Monteiro Santos (2015, p. 122):

Entre meados do século XIX e pelas décadas do século seguinte, a Igreja Católica passou a investir mais e melhor na preparação de seus padres, cultivando neles o gosto pela erudição. Seja por meio de ações próprias de seus membros, com vistas a uma reinvenção de seu papel institucional, seja por meio da provocação racional de intelectuais, também a Igreja, por meio de seus agentes religiosos, sobretudo os clérigos, passou a dar vãs ao conhecimento e ao estudo, formando uma plêiade de padres capacitados, intelectualizados. Viram-se, gradativamente, com algumas resistências, mudanças nas condutas, modos e posturas de ser padre. Mudaram-se os procedimentos educativos dos seminários e os próprios seminários foram mudando com eles. Esteve em questão a restauração da imagem do clérigo, no sentido de formá-lo melhor, tanto ao nível da ética e da moral, como ao nível acadêmico.

Não obstante, torna-se imprescindível mencionar que Luciano Duarte estudou no Seminário entre 1936 e 1942 e, portanto, não foi um representante da primeira geração que ali recebeu uma formação sacerdotal completa, dentre os quais, parte significativa “[...] *teve uma alta representação não só no campo religioso, mas também nos campos educacional, cultural, social e político*” (BARRETO, 2012 p. 153). Assim, Luciano Duarte teve que concluir o restante de seus estudos, como já mencionamos anteriormente, nos Seminários de Olinda e São Leopoldo, o que sem dúvidas lhe agregou muitas novas experiências positivas em sua trajetória de vida sacerdotal, sem, entretanto, cortar a “raiz” sacerdotal de disciplina e obediência que desenvolveria no Seminário de Aracaju. Dessa forma, ele “[...] *encarnou muito bem a postura pastoral do primeiro Bispo de Aracaju, assumindo, mais tarde, o perfil de clérigo intelectualizado e erudito [...]*” (SANTOS, C., 2015, p. 123).

Luciano Duarte, ao destacar-se como um bom estudante no Seminário de Aracaju, possivelmente, construía um tecido de relações sociais positivas com uma parcela significativa de seus colegas e professores. Em 1942, aos 17 anos, quando da conclusão de

seus estudos iniciais, ele começaria a expansão de seu tecido social, através de sua primeira grande viagem para fora de Sergipe. Seu destino era Pernambuco, seu objetivo era estudar Filosofia e Teologia no Seminário de Olinda.

Segundo Moraes (2008, pp. 48-49), no Seminário de Olinda, Luciano Duarte também foi considerado um dos melhores alunos de Filosofia e de Latim, e, a partir daí ele se notabilizaria entre seus professores e colegas, ao ponto de influenciar alguns desses últimos a seguirem, com ele para outro local, a fim de concluírem os já iniciados estudos de Teologia.

Retornando uma vez mais a carta à Conceição, em outro trecho o padre Luciano Duarte afirmou que “*vir a Roma é uma grande graça*”²², demonstrando estar feliz pela oportunidade de encontrar-se lá e até mesmo ter o privilégio de celebrar missas ali. Aquela viagem a Roma, em 1963, não foi a sua primeira vez na “Cidade Eterna”, que conhecia desde 1957. Entretanto, a vontade de Luciano Duarte de visitar Roma, quando ainda era seminarista, em 1945, para concluir seus estudos de Teologia, não pode ser realizada devido a inviabilidade de se viajar ao continente europeu durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Restou ao seminarista escolher um local que lhe agradasse, dentro do próprio território brasileiro, para concluir seus estudos.

A partir de Moraes (2008, pp. 49-51), observamos que o curso de Teologia do Seminário de São Leopoldo, administrado por padres jesuítas, era considerado um dos melhores do Brasil, e Luciano Duarte, ao considerar a impossibilidade de estudar Teologia em Roma, decidiu que, para obter a melhor formação sacerdotal possível no momento, o mais viável a fazer era concluir seus estudos no Rio Grande do Sul, e para lá partiu aos seus 20 anos. No Seminário de São Leopoldo, Luciano Duarte veio a concluir seu curso de Teologia em 1947, obtendo, conforme atesta a transcrição de seus boletins (MORAIS, 2008, p. 56), excelentes notas em todas as disciplinas.

Como se evidenciou ao observarmos um pouco da trajetória de formação sacerdotal de Luciano Duarte, ele ampliou seu tecido social por conhecer seminaristas, padres e professores de locais variados e, possivelmente, porque também soube desenvolver uma reputação considerada como boa por vários membros daquela nova geração do clero brasileiro, sobretudo, em função de seu bom desempenho nos estudos. Encerrados seus estudos de seminarista, Luciano Duarte retornou a Aracaju para ser ordenado padre.

²² Cf. Carta à Conceição, Roma, 1 de dezembro de 1963. Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte, Cx. 2, Pacotilha 1 – Correspondência expedida da década de 1960.

Sob a direção do cônego João Moreira Lima – outro sacerdote que também havia concluído grande parte de seus estudos no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus em Aracaju e também se destacou no campo social e no campo dos meios de comunicação (BARRETO, 2012, p.154) – *A Cruzada* anunciaria em sua primeira página, embora não sendo a manchete, o retorno do então diácono Luciano Duarte a Aracaju, com o título “Diácono Luciano Cabral Duarte”, e a sua ordenação sacerdotal que ocorreria na manhã do dia 18 de janeiro de 1948: “[...] fomos surpreendidos com a auspiciosa notícia [sic] de que sua ordenação sacerdotal seria amanhã; às oito e meia, na Catedral Diocesana”²³.

Contudo, desde meados de 1947, o então bispo da Diocese de Aracaju, Dom José Thomaz, encontrava-se “gravemente enfermo”²⁴, em razão disso, o diácono Luciano Duarte receberia o sacramento da ordem através de um bispo convidado de outra diocese. Assim, “para presidir e officiar a impotente e comovedora cerimônia [sic] virá a esta cidade o exmo. sr. D. Fernando Gomes, Bispo da vizinha Diocese de Penedo”²⁵.

No *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju* (1949) encontramos uma nota sobre a ordenação sacerdotal de Luciano Duarte, intitulada “Padre Luciano Duarte”:

No dia 18 de janeiro de 1948 celebrou-se na Santa Igreja Catedral de Aracaju a solene cerimonia [sic] da ordenação sacerdotal do Padre Luciano José Cabral Duarte pelo Sr. Bispo de Penedo, D. Fernando Gomes, especialmente convidado e autorizado pelo Sr. Bispo Diocesano. O Padre Luciano nasceu nesta Capital aos 21 de janeiro de 1925. [...]. Aos 11 anos, em 1936, ingressou em nosso Seminário, onde concluiu os preparatórios. Transferiu-se para Olinda e de lá para S. Leopoldo (R. Gr. do Sul), fazendo com brilhantismo todos os cursos. Celebrou a primeira Missa aos 19 de janeiro de 1948, na igreja de São Salvador.²⁶

Em edição seguinte, *A Cruzada* novamente destacaria, em sua primeira página, a ordenação sacerdotal de Luciano Duarte, com o título “Padre Luciano Cabral Duarte”:

[...] Bispo de Penedo veio a esta Capital especialmente para conferir a sagrada ordenação Sacerdotal ao Diacono [sic] Luciano Cabral Duarte. O fato constituiu por si só um importante acontecimento para a vida da Diocese que conta assim com mais um padre, mais um sacerdote para as arduas [sic] tarefas do apostolado em terras sergipanas. A empolgante cerimonia [sic] realizou-se na catedral diocesana [...]. Pessoas [sic] de todas as classes ali se

²³ Cf. *A Cruzada*, 17.01.1948, p.1.

²⁴ Cf. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 03 de junho de 1949, folha 126.

²⁵ Cf. *A Cruzada*, 17.01.1948, p.1.

²⁶ Cf. *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*. Aracaju, n. 1, 03 de junho de 1949, folha 127 verso.

encontravam, notando-se a presença do sr. Governador e outras altas autoridades. [...]. Terminadas as cerimônias [sic], todo povo, em eloquente demonstração de piedade e respeito, beijou as mãos recém-ungidas [sic] do novo sacerdote.²⁷

Conforme observamos na matéria de *A Cruzada* e também no registro no *Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju*, a Diocese de Aracaju destacou a ordenação sacerdotal de Luciano Duarte, antes mesmo dele obter algum prestígio social em Aracaju, como um evento bastante relevante, pois um novo padre ajudaria a reduzir a carência sacerdotal no território diocesano. Além disso, ressaltou-se o bom desempenho de Luciano Duarte, durante seus estudos de seminarista, e também se enfatizou o caráter legal do convite feito a Dom Fernando, então bispo da Diocese de Penedo (Alagoas), para presidir aquela cerimônia de ordenação sacerdotal.

O recém ordenado padre Luciano Duarte, ainda em 1948, foi nomeado capelão da igreja de São Salvador, localizada no centro comercial de Aracaju, e segundo Moraes (2008), a partir das missas e atividades pastorais que desenvolveria ali se tornou conhecido como um padre didático e também um incentivador do apostolado leigo, o que expandiria ainda mais seu tecido social, não apenas em Aracaju, mas também em várias regiões sergipanas.

Observamos a partir de Moraes (2008, pp. 64-66) que, já no início de sua “carreira” sacerdotal, o padre Luciano Duarte ganhou notoriedade em Aracaju por ser visto como um orador didático em suas homilias proferidas na igreja de São Salvador, provavelmente, devido ao esforço desse jovem sacerdote para se expressar numa linguagem clara e acessível aos mais variados grupos sociais aracajuanos. Logo, esse padre resolveu transmitir suas missas dominicais via rádio para todo o território diocesano de Aracaju, possibilitando àqueles que não podiam frequentar as missas na igreja de São Salvador ouvi-lo, além disso, naquele mesmo ano de 1948, já iniciaria a colaborar com o jornal diocesano *A Cruzada*²⁸, demonstrando possuir também uma boa redação, com um viés metafórico e poético. Destarte, isso contribuiu para que aos pouco seu nome viesse a se tornar mais conhecido em Sergipe.

Segundo Moraes (2008), o jovem sacerdote Luciano Duarte também buscou incentivar e motivar as pessoas que trabalhavam ou residiam nas adjacências do centro comercial de Aracaju a participarem de suas missas dominicais e a colaborarem em eventos e atividades religiosas, a exemplo de seus colaboradores leigos, destacamos Conceição Luduvise, a

²⁷ Cf. *A Cruzada*, 24.01.1948, p.1.

²⁸ Ver: *A Cruzada*, 30.11.1948, p.9.

destinatária da carta através da qual iniciamos a primeira seção desta dissertação. Assim, tornou-se admissível pensarmos que a contribuição de leigos e leigas foi uma constante na trajetória sacerdotal de Luciano Duarte, aos quais demonstrava gratidão e afeto, tanto que ao encerrar a mencionada carta à Conceição não os esqueceu: “*Adeus. Lembranças aos amigos e amigas de S. Salvador [...]*”²⁹.

Expandindo horizontes: missões para além do campo religioso

Segundo o historiador Magno Francisco de Jesus Santos (2015a, p. 67), após sua ordenação sacerdotal, o então padre Luciano Duarte se converteria na principal novidade do clero sergipano, e “*a partir daquele momento, assistiu-se a uma carreira avassaladora, pois de imediato ele tornou-se capelão da igreja de São Salvador, diretor espiritual do Seminário Menor de Aracaju e assistente eclesiástico da Ação Católica*” (SANTOS, M., 2015a, p. 67).

O padre Luciano Duarte logo seria designado diretor espiritual do então Seminário Menor de Aracaju e, por ter se destacado nos estudos de línguas clássicas em sua época de seminarista, também ali iniciaria sua carreira de docente em 1948, como professor de Latim e Grego dos menoristas. Com efeito, ainda nos primórdios de sua trajetória de vida sacerdotal ele passou a tecer relações sociais com grande parte do futuro clero sergipano, dentre seus ex-alunos destacamos o atual Monsenhor José Carvalho de Souza. (MORAIS, 2008, p. 67)

De acordo com Moraes (2008, pp.180-182), o padre Luciano Duarte também seria nomeado assistente eclesiástico da Ação Católica em Sergipe. Esse movimento que atuava, por meio de grupos da Juventude Católica, em vários setores sociais, a saber o Agrário, o Estudantil, o Operário, o Independente e o Universitário, ganharia impulso em Sergipe, a partir do decênio de 1950, sob o comando do padre Luciano Duarte, que se destacaria na ação com os jovens universitários, através da Juventude Universitária Católica (JUC) de Sergipe. Dessa forma, o padre Luciano também expandiria seu tecido social ao tecer relações sociais com a juventude católica sergipana nos anos 1950, sobretudo, os estudantes universitários.

Como se pode perceber até o momento, ao longo de sua trajetória de vida, Luciano Duarte além de iniciar uma “carreira” sacerdotal, também desenvolveria, paralelamente, uma “carreira” jornalística, docente e de engajamento em movimentos sociais e culturais católicos. Assim, ele estabeleceria vínculos com parcela significativa da população católica em Sergipe,

²⁹ Cf. Carta à Conceição, Roma, 1 de dezembro de 1963. Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte, Cx. 2, Pacotilha 1 – Correspondência expedida da década de 1960.

principalmente, com a juventude católica sergipana no final da década de 1940, especificamente a partir de 1948, e nas décadas de 1950 e 1960. Logo, esse jovem sacerdote “[...] tornou-se o principal elo de comunicação entre a Igreja e os jovens” (SANTOS, M., 2015a, p. 67).

Após o falecimento de Dom José Thomaz, na madrugada de 31 de outubro de 1948³⁰, Dom Fernando Gomes seria nomeado, pelo papa Pio XII (1939-1958), bispo da Diocese de Aracaju, em 25 de fevereiro de 1949³¹, vindo a tomar posse da Diocese de Aracaju na tarde de domingo de 15 de maio de 1949³².

Pouco mais de um ano após a ordenação sacerdotal de Luciano Duarte, Dom Fernando Gomes, agora como bispo da Diocese de Aracaju, delegaria aquele padre vários encargos que o levaria, partindo do campo religioso, a ampliar seu diálogo com outros campos de atuação, a saber: “[...] a direção do jornal semanário *A Cruzada*, a criação de uma *Faculdade Católica de Filosofia e a assistência aos universitários, iniciando efetivamente o movimento da Juventude Universitária Católica (JUC) em Sergipe*” (MORAIS, 2008, p. 68).

Com essas novas tarefas, o padre Luciano Duarte recebia outra grande oportunidade de buscar demonstrar o estilo de ser sacerdote, disciplinado e obediente, que lhe foi transmitido, inicialmente, no Seminário de Aracaju, dando continuidade a uma “carreira” sacerdotal engajada em múltiplas tarefas e também desenvolvendo uma ascese voltada para atividades práticas no mundo, expressa em atividades sociais, culturais e educacionais.

O padre Luciano Duarte assumiu a direção do jornal diocesano *A Cruzada* em 1949, sucedendo o antigo diretor o cônego João Moreira Lima, que havia sido nomeado vigário da paróquia Nossa Senhora de Lourdes no bairro Siqueira Campos em Aracaju³³. Vejamos como *A Cruzada* noticiou a mudança de diretor, através das palavras do então bispo da Diocese de Aracaju Dom Fernando Gomes, na manchete “NOVO DIRETOR DA ‘CRUZADA’”:

Ninguém hoje em dia desconhece a importância e a influência decisiva da Imprensa na vida e nos costumes da sociedade. O jornal entra no programa da vida do homem moderno com a força [sic] imperiosa das exigências do nosso ser social. Poucos são os que sabem discernir entre o bem e o mal, entre o verdadeiro e o falso, entre o justo e o iníquo [sic], que a imprensa divulga com o mesmo destaque e com os mesmos direitos, quando não dá o primeiro lugar ao falso, ao escandaloso, ao deshonesto [sic] na ânsia

³⁰ Cf. *A Cruzada*, 07.11.1948, p.1.

³¹ Cf. *A Cruzada*, 27.02.1949, p.1.

³² Cf. *A Cruzada*, 22.05.1949, pp.1-2.

³³ Cf. *A Cruzada*, 26.06.1949, p.1.

incontida de sensação ou de lucro, sem medir as consequências em detrimento da ordem, segurança e equilíbrio moral da vida dos indivíduos, das famílias e das instituições. E levar a Imprensa e transformá-la em fatos de formação intelectual, moral, cívica, profissional e religiosa, tem sido sempre o empenho da Igreja, como de todos os homens de consciência reta. Acima de tudo, é preciso que a Imprensa respeite, como causa sagrada, a dignidade humana, seja qual fôr [sic] o homem, sejam quais forem os seus defeitos. [...]. É preciso não prestigiar o erro ou o crime. É preciso estimular a virtude e abrir os caminhos da verdade. [...]. De nossa parte, faremos o que estiver em nossas fôrças [sic] no sentido de dar à Diocese um jornal cada vez mais à altura dos tempos, capaz de orientar a opinião publica [sic] para os nobres ideais cristãos. A Cruzada conta com uma admirável folha de serviços prestados à comunidade sergipana. É nosso dever fazê-la prosseguir a sua marcha, até atingir os recantos mais escondidos da Diocese. O lema da família católica no que se refere a Imprensa, deve ser este: Nenhum lar católico sem jornal católico: nenhuma família sergipana sem o jornal Diocesano. Com estes propósitos, [...] resolvemos nomear Diretor o Revmo. Padre Luciano Duarte.³⁴



Dom Fernando Gomes e padre Luciano Duarte na sede redatorial de *A Cruzada*.³⁵

Como se pode perceber, tornou-se claro que a Diocese de Aracaju reconheceu a função essencial da imprensa para a sociedade e demonstrou interesse em aprimorar sua influência nos meios de comunicação de massa visando levar as pessoas informações que não atentassem contra a moral e os bons costumes, valorizando as virtudes cristãs e buscando expandir o alcance do público leitor do jornal aos confins do território sergipano. Com esse desafio de transmitir informações de acordo com as virtudes cristãs e popularizar o periódico, o padre Luciano assumiria sua direção, permanecendo naquele posto até 1954, quando

³⁴ Cf. *A Cruzada*, 26.06.1949, p.1.

³⁵ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 720.

necessitaria se afastar para estudar na Europa. Contudo, durante esses 5 anos em que esteve à frente do jornal diocesano deixou sua marca, empenhando em realizar tais ideais, e ao passo que se expandiria o público leitor do jornal também se tornaria cada vez mais conhecido o seu novo diretor.

Inicialmente, Luciano Duarte buscou novos colaboradores, principalmente leigos, que contribuiriam com poesias, crônicas culturais e notícias esportivas. No tocante as poesias, ele se empenhou em promover esse tipo de publicação sempre que possível, prestigiando poetas sergipanos e, algumas vez, literatos de outras regiões do Brasil. (MORAIS, 2008, p. 70)

Outra tarefa confiada por Dom Fernando Gomes ao padre Luciano Duarte foi a criação de uma Faculdade de Filosofia em Aracaju. Segundo Dantas (2004, p. 158) a partir de 1948 surgiram as primeiras faculdades estaduais em Sergipe, durante o governo de José Rollemberg Leite (1947-1951). Não obstante, a Igreja Católica também buscou ampliar sua influência na formação superior sergipana e, em parceria com o governo estadual de Sergipe, criou em 1951 a Faculdade de Filosofia (FAFI) e em 1954 a Faculdade de Serviço Social.

Segundo Moraes (2008, pp. 77-79), o governador José Rollemberg Leite propôs a Dom Fernando Gomes que criasse uma Faculdade de Filosofia, a qual o governo Estadual daria apoio financeiro. E, para por tal projeto em execução, Dom Fernando Gomes confiou os preparativos ao padre Luciano Duarte, que por volta de maio de 1950 já viajaria a Recife para se informar sobre o funcionamento de uma Faculdade de Filosofia da região e, assim, conseguir organizar a nova Faculdade de Filosofia em Sergipe.

Em 1951, a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) entraria em funcionamento, tendo como diretor e também como membro do corpo docente o padre Luciano Duarte. Contudo, para iniciar as atividades foi necessário que Luciano Duarte estabelecesse contato com diversos intelectuais sergipanos, inclusive agnósticos, que se tornariam professores dos cursos ofertadas na instituição. Observamos assim, que esse padre também teceria relações com parte da elite intelectual de docentes sergipanos e com parte das primeiras gerações de acadêmicos formados na FAFI, que apesar de ter o nome “católica” aceitava alunos de outras crenças ou agnósticos.

Almejando dar continuidade aos seus estudos, a nível superior e melhor se qualificar para a vida acadêmica em Sergipe, o padre Luciano Duarte viajaria à Europa, a fim de validar a sua licenciatura, e também de obter um doutorado, em Filosofia na Sorbonne em Paris. Segundo Moraes (2008, p. 101), Luciano Duarte preferiu Paris à Roma, onde poderia ter

estudado na Universidade Gregoriana que era dirigida por jesuítas, para evitar as possíveis críticas que um padre costumava receber de seus pares no meio acadêmico quando havia concluído seus estudos em instituições de ensino ligadas à Igreja Católica.

Durante sua vivência no Velho Mundo, escreveu várias crônicas relatando suas impressões sobre os vários locais que visitou, aproveitando-se dos períodos de férias dos estudos, sobretudo, das facilidades em conseguir um alojamento em casas de padres, para viajar e participar de atividades culturais, como teatro, e peregrinações a grandes santuários católicos, como os de Fátima e de Chartres. Essas crônicas foram publicadas em *A Cruzada*.

Segundo Morais (2008, p. 111), em 30 de novembro de 1957, Luciano Duarte concluiu seu doutoramento em Filosofia, na Sorbonne, ao defender a tese “A natureza da inteligência do tomismo e da filosofia de Hume”, em uma banca na qual participou o historiador Paul Ricoeur, e obteve a menção máxima (*Très Honorable*).

Ao retornar ao Brasil, o padre Luciano Duarte reassumiria os encargos que havia recebido anteriormente por meio de Dom Fernando Gomes, vindo a desenvolver mais atividades com a JUC em Sergipe. Nesse aspecto, destacou-se quando, em 1958, criou uma peregrinação com os jovens universitários para a cidade de Divina Pastora em Sergipe, com base na experiência que adquiriu em peregrinações universitárias à Catedral de Chartres, na França. Para o historiador Magno Francisco de Jesus Santos (2015a, p. 70):

A proposta de Luciano Duarte era intensificar a evangelização dos universitários, propondo-lhes uma nova perspectiva de expressão de religiosidade, que consistia em uma caminhada sem imagens de santo, debatendo-se as questões atinentes à fé. O fulcro dos debates era sempre o Deus cristão e, acima de tudo, na perspectiva católica, envolvendo temas como o amor, a família e a solidariedade.

Um tempo depois, por iniciativa da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS) (MORAIS, 2008, pp. 119-122) foram reunidas as crônicas que Luciano Duarte escreveu enquanto esteve na Europa, anteriormente disponibilizadas em *A Cruzada*, e publicou-se em 1960 o livro *Europa, Ver e Olhar* pela Livraria Regina. O sucesso desse livro em Sergipe, motivou a Editora Flamboyant a republicá-lo, em nova edição em 1961, e distribuí-lo nacionalmente com um novo título: *Europa e Europeus*. No ano seguinte à publicação dessa nova edição de seu livro, o padre Luciano Duarte, receberia o convite da revista *O Cruzeiro* para realizar a cobertura jornalística do Concílio Ecumênico Vaticano II em Roma.

Entre orações e crônicas: o padre e repórter Luciano Duarte que narrou o Vaticano II

A análise da trajetória de vida sacerdotal de Luciano Duarte nos sugere que esse sujeito representou os ideais do Seminário de Aracaju, durante o bispado de Dom José Thomaz, não apenas por ter se destacado bastante em um campo específico, como o campo religioso em Sergipe, mas, sobretudo, por ter conseguido aglutinar em sua trajetória de vida sacerdotal o diálogo do campo religioso com vários outros campos como o educacional, social e jornalístico, para os quais logrou êxito em transferir a influência e o prestígio que conquistaria no primeiro.

Ainda que outros sacerdotes que estudaram no Seminário de Aracaju e atuaram em Sergipe, entre os anos 1940 e o início dos anos 1960, tenham se destacado bastante em algum campo específico, como o já mencionado cônego João Moreira Lima, Luciano Duarte foi um dos mais eficazes no diálogo triangular entre Religião, Educação e Comunicação social. Assim, além de um sacerdote, também representou a “elite” intelectual sergipana da época, seja como professor, repórter, acadêmico, orador e incentivador de movimentos socioculturais.

Luciano Duarte projetou-se socialmente como um sujeito de distintas faces, notabilizando-se em muitas delas, embora permaneça alvo de inúmeras críticas relacionada a sua postura declaradamente anticomunista e contrária a Teologia da Libertação de viés marxista (ANDRADE, 2015). De fato, ele teve uma atuação significativa como um sacerdote educador, numa época de efervescência cultural no Brasil dos anos 1950 e 1960. Antes mesmo do Concílio Vaticano II enfatizar e oficializar a importância da contribuição dos leigos na Igreja, Luciano Duarte já a incentivou, não por estar à frente de seu tempo, mas por estar em plena sintonia com as vicissitudes do catolicismo brasileiro daquele período – que conforme abordamos nas seções seguintes também já estava inclusive autorizado pelo papa Pio XI (1922-1939) a incentivar o trabalho de leigos visando reduzir os efeitos da escassez de vocações sacerdotais no país (BEOZZO, 2004) – e promovendo “o novo”, sem, contudo, desrespeitar a tradição e a hierarquia eclesiástica da Igreja em suas ações, conforme afirmou o sociológico Péricles Andrade: *“está evidente que a defesa da hierarquia e da obediência é basilar para Dom Luciano enquanto condição de pertencimento ao campo católico.”* (ANDRADE, 2015, p. 140)

Portanto, evidenciou-se que Luciano Duarte conseguiu transitar satisfatoriamente bem entre os campos religioso, educacional, social e cultural em Sergipe porque construiu ao longo de sua trajetória de vida relações sociais eficazes e sólidas, que lhe possibilitaram essa grande capacidade de “mobilidade” e influência positiva. E, isso somou-se à sua diligência e zelo dedicados aos seus afazeres cotidianos, nas várias áreas em que atuou, e nos seus estudos fora de Sergipe, o possibilitando expandir seu tecido de relações sociais a um nível nacional, sobretudo, com a publicação a nível nacional de seu livro *Europa e Europeus* em 1961 pela editora Flamboyant, ao ponto de fazê-lo se notabilizar, por sua boa redação e percepção dos acontecimentos descritos em suas crônicas sobre a Europa, e atrair a atenção da revista de circulação nacional *O Cruzeiro*, que viria a convidá-lo como repórter brasileiro encarregado de redigir crônicas e artigos sobre o Concílio Vaticano II.

Não obstante, cabe-nos mencionar um fato que examinamos como relevante. Em uma das cartas enviadas por Luciano Duarte a sua mãe, em setembro de 1964 – cerca de um ano antes do encerramento do Concílio Vaticano II –, a qual somente tivemos acesso através da obra de MORAIS (2008, pp. 158-159), percebemos que um irmão de Dom José Vicente Távora trabalhou na direção da revista *O Cruzeiro*:

Durante a semana estive todos os dias no “O Cruzeiro”. Há uma série de providências a tomar, no meu caso, e eles [sic] são morosos, e assim os dias vão passando. Mas no fim tudo dá certo. O irmão de D. Távora está, interinamente, na direção da revista.³⁶

Não identificamos o nome desse irmão de Dom Távora e tampouco o período em que esteve na direção interina de *O Cruzeiro*. Entretanto, como historiadores atentos, o simples fato de um parente de um dos dois convidados pela revista, para serem correspondentes jornalísticos, pode nos levar a questionar se esse parentesco influenciou no convite que foi feito a ambos por *O Cruzeiro*, tal questionamento não conseguimos responder. Mesmo assim, a partir do que discutimos nesta seção, percebemos que, ainda que consideremos a hipótese de uma possível recomendação do irmão de Dom Távora, isso de nada invalidaria os méritos que monsenhor Luciano Duarte teve por vir a ser escolhido pela revista, pois é razoável considerar que uma revista prestigiada, a nível nacional, não escolheria uma pessoa despreparada para representá-la num evento de repercussão mundial a nível de um Concílio Ecumênico.

³⁶ Cf. Carta à mãe de Luciano Duarte, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1964 *apud* MORAIS, 2008, p. 159.

II

O AGGIORNAMENTO DA IGREJA CATÓLICA: O CONCÍLIO VATICANO II



Procissão de abertura do Concílio Vaticano II.³⁷

Ao abrirem-se os Portões de Bronze do Vaticano, as 8 horas e 30 minutos da manhã de 11 de outubro de 1962 se iniciaria um grande cortejo com cerca de 2000 bispos católicos, vestindo batinas roxas e usando capas e mitras brancas, em direção a Basílica de São Pedro, onde se realizaria a abertura de um novo Concílio Ecumênico. Nas imediações daquele local se encontrava o sacerdote Luciano Duarte que, conforme vimos na seção anterior, foi incumbido pela revista *O Cruzeiro* de realizar a cobertura jornalística do Concílio Vaticano II. Esse padre, e então repórter, aracajuano observou aquele cortejo em direção à Praça de São Pedro e à Basílica de São Pedro, local onde foi organizada a imensa Sala Conciliar, na qual ocorreria a cerimônia de abertura daquele XXI Concílio Ecumênico³⁸.

Se considerarmos a existência de 20 grandes assembleias conciliares anteriores ao Concílio Vaticano II, evidenciou-se a relevância de compreendermos o significado e trajetória

³⁷ Imagem disponível em: < <https://comunioscj.files.wordpress.com/2012/09/vaticano-ii-procissc3a3o.jpg> > Acesso em 07/02/2017 às 19 horas e 54 minutos.

³⁸ Para descrevermos esse momento inicial da abertura oficial do Concílio Vaticano II, baseamo-nos na Crônica: DUARTE, Luciano. Concílio Ecumênico. In: Revista *O Cruzeiro*. 3/11/1962. Disponível em: DUARTE, Carmen Dolores Cabral. (org.). **Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 1999, pp. 35-44.

histórica dos Concílios Ecumênicos para que pudéssemos situar o Concílio Vaticano II nesse longo processo e, assim, analisar o seu legado enquanto acontecimento histórico.

Os Concílios Ecumênicos ao longo da história

A partir do anúncio da realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1959, pelo papa João XXIII, houve um aumento no interesse em pesquisas sobre a História dos Concílios Ecumênicos, tratou-se da intitulada “ [...] *nova era de interesse pelos concílios que se abriria nos anos sessenta, em seguida ao anúncio da celebração de um novo concílio no seio da Igreja Católica*” (ALBERIGO, 1995b, p. 9). Embora, mesmo antes disso, houvesse grandes produções acerca dessa temática, como *Histoire des Conciles*, de 16 volumes, escritos entre 1907 e 1921 por Hefele-Leclercq, que infelizmente não tivemos acesso.

Com relação as produções posteriores ao anúncio e celebração do Vaticano II, destacamos a síntese organizada pelo historiador italiano Giuseppe Alberigo, *História dos Concílios Ecumênicos* (1995a), a qual, conjuntamente, com outras produções nos guiou nessa breve análise a respeito da História dos Concílios Ecumênicos.

Os Concílios Ecumênicos, além de outros sínodos regionais, foram convocados desde os alvares do cristianismo. Mas, por causa de circunstâncias históricas de divisões internas na cristandade – que detalharemos mais adiante –, a Igreja Católica considera ecumênicos apenas os 21 concílios que a autoridade do bispo de Roma, o papa, fez-se presente ou representada (ALBERIGO, 1995b).

Em contrapartida, a Igreja Ortodoxa Grega e as Igrejas Orientais³⁹ não consideram válido o caráter ecumênico de todos os concílios que a Igreja Católica organizou. Para ALBERIGO (1995b, p. 8), o caráter ecumênico ou a “ecumenicidade” – nos termos do próprio autor – de um concílio se refere “[...] *a extensão universal de representatividade de uma assembléia [sic] e, conseqüentemente [sic], a extensão da normatividade canônica das suas decisões*”.

Nesse sentido, poderíamos questionar a validade da ecumenicidade da maioria dos concílios organizados pela Igreja Católica, contudo, basta-nos verificar que o Vaticano II, cujo estudo é nosso foco, encontra-se em sintonia com essa representação universal, pois,

³⁹ Rever a explicação da nota 1.

ainda que com certas restrições, dele participaram observadores representantes de várias Igrejas, tanto do mundo cristão ocidental quanto do mundo cristão oriental (BEOZZO, 2005).

No esforço de melhor compreensão dos Concílios Ecumênicos, podemos, a partir de Alberigo (1995b), traduzi-los como reuniões ou assembleias, inspiradas no Sinédrio hebraico e no Senado romano, formadas por autoridades sacerdotais, que deveriam representar universalmente a cristandade, com a intenção de refletir sobre aspectos doutrinários e/ou disciplinares. Entretanto, conforme o teólogo Christoph Theobald (2015), torna-se razoável considerarmos também o que o Código de Direito Canônico (*Codex iuris canonici*) de 1917⁴⁰ – que era o estatuto eclesiástico católico em vigência durante a convocação do Concílio Vaticano II – precisou a respeito da definição de um Concílio Ecumênico. Nele, um Concílio foi definido como uma “[...] *reunião de todos os que, na Igreja, participam do ‘poder supremo de jurisdição’ para exercê-lo junto com o papa e sob sua autoridade em matéria doutrinal e disciplinar*” (Código de Direito Canônico, 1917 apud THEOBALD, 2015, p. 47).

Os concílios receberam o nome da cidade onde se realizaram, e não eram convocados ao acaso, mas por necessidades específicas de cada momento do cristianismo, apesar de suas cronologias serem descontínuas, apresentando durações singulares e oscilando entre curtos ou longos intervalos temporais entre dois Concílios Ecumênicos.

A fisionomia geral dos Concílios Ecumênicos é complexa e flexível (ALBERIGO, 1995b), havendo uma diversidade de modelos conciliares (THEOBALD, 2015). A maioria dessas grandes assembleias conciliares foi convocada para debater aspectos doutrinários ou disciplinares, além de servirem para condenar desvios doutrinários, através de anátemas; a exceção foi o Vaticano II, cujo foco não foi reagir a desvios ou proferir condenações, mas o *aggiornamento* da Igreja Católica no século XX.

Em princípio, os Concílios Ecumênicos não podiam ser convocados por um papa, mas exclusivamente pelo Imperador romano. Somente a partir do nono concílio é que a Igreja Latina conquistou uma maior autonomia em relação ao poder temporal⁴¹ e, daí em diante, as assembleias conciliares seguintes foram convocadas por um Papa. Assim, os oito primeiros concílios foram convocados por imperadores romanos. Um exemplo disso foi o Concílio de

⁴⁰ Consultamos as informações sobre o Código de Direito Canônico de 1917 através de Christoph Theobald (2015) por não termos encontrado esse documento, até o momento de conclusão deste trabalho, para análise.

⁴¹ É importante mencionar que apesar disso, os poderes políticos, a exemplo de reis ou imperadores cristãos, somente deixaram de influenciar ou participar dos eventos conciliares a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870). Ver: ALBERIGO, Giuseppe (pref.). Os concílios ecumênicos na história. In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 5-10.

Nicéia, no ano de 325, que foi convocado pelo imperador Constantino, para resolver uma disputa entre Alexandre e Ário, acerca da natureza de Jesus Cristo ser divina ou humana:

[...] o imperador Constantino não podia se dar ao luxo de ver o episódio simplesmente como uma “questão religiosa”. Essa “questão religiosa” ameaçava a segurança de seu império. Assim, para lidar com o problema, Constantino convocou um concílio que abrangia todo o império, a ser realizado na cidade de Nicéia, na Ásia Menor. Vestido com roupas cheias de pedras incrustadas e multicoloridas Constantino abriu o concílio. Ele disse aos mais de trezentos bispos que compareceram àquela reunião que deveriam resolver o impasse. A divisão da igreja, disse, era pior do que uma guerra, porque esse assunto envolvia a alma eterna (CURTIS; LANG; PETERSEN, 2003, pp. 39-40).

No caso dos concílios considerados ecumênicos pela Igreja Católica podem ser convocados a participar a título pleno, com direito de voz e votação nas aulas conciliares, os membros da hierarquia sacerdotal⁴² católica a partir do grau episcopal⁴³, ou seja, de bispo. No total foram vinte e um Concílios Ecumênicos, a saber: Nicéia I (325), Constantinopla I (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553), Constantinopla III (680-681), Nicéia II (786-787), Constantinopla IV (869-870), Latrão I (1123), Latrão II (1139), Latrão III (1179), Latrão IV (1215), Lião I (1245), Lião II (1274), Viena (1311-1312), Constança (1414-1418), Ferrara e Florença (1438-1445), Latrão V (1512-1517), Trento (1545-1563), Vaticano I (1869-1870) e Vaticano II (1962-1965).

Com relação a aceitação da ecumenicidade desses 21 concílios, percebemos que as antigas Igrejas Orientais consideram apenas as três primeiras assembleias conciliares como ecumênicas, a saber Nicéia I, Constantinopla I e Éfeso; isso porque elas se separaram da cristandade oriental, de tradição grego-bizantina, antes da realização do Concílio de Calcedônia⁴⁴. Já a Igreja Ortodoxa considera ecumênicas somente as oito primeiras assembleias conciliares, a saber Nicéia I, Constantinopla I, Éfeso, Calcedônia, Constantinopla

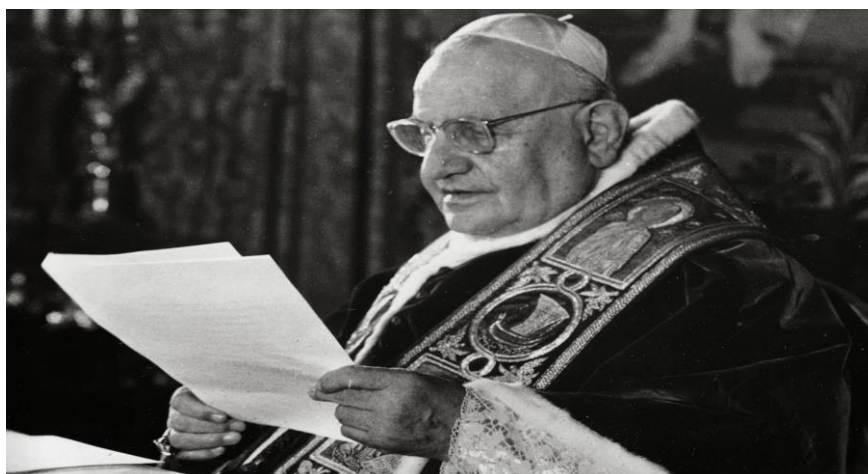
⁴² Podemos compreender a hierarquia sacerdotal da Igreja Católica, simplificada, na respectiva sequência ascendente: os Diáconos, os Presbíteros (Padres), os Bispos, os Arcebispos, os Cardeais (embora, nem todos sejam bispos, porque é permitida a nomeação de diáconos e presbíteros ao cardinalato) e o Papa (bispo de Roma).

⁴³ O sacramento da ordem, ou do ministério apostólico, da Igreja Católica compreende três graus, em sequência ascendente: o diaconado (ou diaconato), o presbiterado e o episcopado. Ver: **Catecismo da Igreja Católica**. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html >. Acesso em 07/05/2016.

⁴⁴ No Concílio de Calcedônia (451) houve a condenação da teoria do monofisismo de Jesus Cristo, e passou-se a vê-lo com duas naturezas, a divina e a humana, e também como oriundo da mesma substância que Deus, ou seja, “consustancial ao Pai”. Ver: PERRONE, Lorenzo. De Nicéia (325) a Calcedônia (451). In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 11-119.

II, Constantinopla III, Nicéia II e Constantinopla IV, embora não acolha as decisões desse último concílio, isso porque durante ele o crescente desentendimento entre a autoridade romana e a dos patriarcados orientais resultou na deposição do Patriarca Fócio de Constantinopla e, a partir daí, ocorreu à grande separação entre a cristandade ocidental e oriental, da qual surgiu a Igreja Latina, que com divisões internas subsequentes originaria a Igreja Católica Romana, e também a Igreja Ortodoxa Grega. Com efeito, a partir de Latrão I a maioria dos demais concílios organizados pela Igreja Católica não contou com a participação da cristandade oriental, como vimos a grande exceção, ainda que com restrições, foi o Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II: evento histórico e historiografia



Papa João XXIII.⁴⁵

No dia 25 de janeiro de 1959, em uma manhã de inverno no hemisfério norte, no Mosteiro Beneditino, nas adjacências da Basílica de São Paulo fora dos Muros, após o encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, o papa João XXIII (1958-1963) anunciava seu desejo de realizar na cidade do Vaticano aquilo que seria um novo Concílio Ecumênico para a Igreja universal, com orientação pastoral que buscasse promover um *aggiornamento*, o que causou as mais diversas reações e inquietações no mundo cristão.

Os cardeais que presenciaram o anúncio do novo Concílio reagiram com um impactante silêncio, já os demais cardeais foram informados através de cartas enviadas pelo

⁴⁵ Imagem disponível em: < <http://diocesedeuruacu.com.br/wp-content/uploads/2014/10/johnxxiii.jpg> > Acesso em 07/02/2017 às 20 horas e 02 minutos.

cardeal Domenico Tardini, então Secretário de Estado do Vaticano. Nessas correspondências solicitavam-se aos cardeais que se manifestassem sobre o anúncio do novo Concílio e também fizessem sugestões para o seu êxito. As reações foram diversas, houve quem ficasse perplexo, quem acolhesse com entusiasmo a ideia, e também foram apresentadas várias dúvidas. Segundo Beozzo, pode-se afirmar que “*as reações dependeram dos ambientes culturais, civis e eclesiásticos em que a notícia foi difundida [...]*” (2005, p. 70).

Como já se demonstrou antes, aquela não era a primeira vez na história que um pontífice romano anunciava uma nova assembleia conciliar. Não obstante, em virtude das decisões do Concílio Vaticano I, quanto ao primado de jurisdição do pontífice romano sobre toda a Igreja⁴⁶ e ao dogma da infalibilidade do magistério papal *ex cathedra*⁴⁷, acreditava-se que se havia “[...] *sepultado para sempre o hábito de se realizar concílios, tornando obsoleta a hipótese de novas convocações*” (ALBERIGO, 1995d, p. 393).

A partir disso, é válido nos questionarmos o que representou o Vaticano II em termos históricos e também o que fez daquele Concílio um evento tão singular em meio ao conturbado século XX, de tantas guerras, de tantas “luzes e sombras” (SILVA, 2004), ao ponto de atrair os olhares de bispos cristãos não católicos, representantes de outras religiões não-cristãs, como os islâmicos, ou ainda da imprensa em geral, religiosa ou leiga, tanto em países capitalistas quanto comunistas, para as discussões que a Igreja Católica se propunha a colocar em pauta? (BEOZZO, 2005, p. 70).

Acreditamos que reduzir a importância da realização do Vaticano II, como um mero reflexo da amplitude da influência da instituição religiosa que o organizou, soa-nos algo precipitado, pois mesmo considerando esse mais recente Concílio Ecumênico como aquele no

⁴⁶ O primado de jurisdição papal se baseia na prerrogativa de que Jesus Cristo teria concedido o primado de jurisdição diretamente a Pedro, e não à Igreja. Em virtude disso, esse primado de jurisdição seria perpetuado em todos os papas, enquanto sucessores de Pedro. Assim, a função de pontífice romano se fortaleceria, em relação aos poderes dos demais bispos, e também se converteria, verdadeiramente, em “[...] *supremo juiz de qualquer controvérsia eclesiástica, enquanto ele, por sua vez, não pode ser julgado por ninguém, nem mesmo pelo concílio ecumênico*”. Cf. ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe. (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 384.

⁴⁷ O dogma do magistério infalível do pontífice romano, visando manter o “depósito da fé” transmitido pelos apóstolos e a unidade da Igreja, proclamava que as decisões eclesiásticas papais gozariam de infalibilidade quando atendessem a determinadas condições e desde que não divergissem das definições dos primeiros concílios ecumênicos. Com efeito, “[...] *o exercício da infalibilidade submetia-se a uma série orgânica de condições: a solenidade (ex cathedra) – que impede a atribuição de infalibilidade a todo pronunciamento papal –, a plena consciência subjetiva de exercer a ‘suprema autoridade apostólica’, a delimitação do objetivo a assuntos relativos à fé e aos costumes e relevantes para toda a Igreja, excluídas, pois, as questões políticas e os problemas relativos ao poder temporal*”. Cf. ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe. (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 384-385.

qual os modernos meios de comunicação de massa⁴⁸ estavam mais desenvolvidos que em todos os anteriores, e, por conseguinte, pode-se ter uma ampla cobertura jornalística, esse evento representou uma verdadeira inovação para o catolicismo, através da qual a Igreja Católica deu grandes passos em direção ao diálogo com a sociedade moderna no século XX.

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA, 2004) ao analisar o século XX argumentou que esse período foi um “tempo sombrio”, não por ausência das luzes, mas porque embora essas luzes brilhassem e sempre existissem enquanto possibilidade de alcance real, foram negligenciadas pela humanidade, que presenciava uma época de grande violência. Nesse período, as desilusões humanas cresceram, sobretudo, por causa da frustração de encarar os avanços científicos, que antes prometiam trazer grande prosperidade, como meios de destruição e extermínio. Metaforicamente, as luzes, compreendidas como a esperança de um futuro melhor para os seres humanos, foram obscurecidas pelas fumaças das bombas, que estouraram em diversas guerras ao longo do século XX, e tornaram a concórdia ou a tolerância às diferenças possibilidades cada vez mais remotas, mas felizmente ainda possíveis.

Com efeito, a iniciativa de João XXIII de realizar um novo Concílio Ecumênico, quando a humanidade presenciava tempos de Guerra Fria, após ter experimentado os horrores de duas Guerras Mundiais e tantos extermínios, foi um dos raros momentos no século XX em que “as luzes venceram as sombras”, em que deu-se preferência ao diálogo com os diferentes em vez da violência ou condenação, que a própria Igreja Católica adotara em outras épocas para com os cristãos dissidentes do catolicismo romano. Assim, embora, não seja um consenso, o historiador Ney de Souza (2013, p. 65) afirma que “*o evento conciliar é o símbolo máximo do diálogo no século XX*”.

A fim de compreender a proposta de diálogo da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, optamos por contrapor o convite do catolicismo romano aos seus dissidentes nos dois Concílios Ecumênicos mais recentes. Desta feita, tornou-se evidente que o Vaticano II realmente lançou bases para um diálogo com esses grupos, pois ao convidá-los a participarem da assembleia conciliar, a Igreja Católica não mais estabelecera como condição prévia que os não-católicos reconhecessem estarem seguindo um caminho desvirtuado e, que, portanto, era imprescindível o arrependimento para poderem retornar à comunhão com o pontífice romano

⁴⁸ Como o rádio, a televisão, os jornais impressos com fotos de momentos cotidianos e outros. Ver: HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

e celebrarem juntos um novo Concílio Ecumênico, como o fizera na época do Vaticano I, quando:

[...] Pio IX dirigiu (no início de setembro de 1868) aos ortodoxos orientais um apelo para que voltassem ao seio da Igreja católica e pudessem, assim, participar do concílio; mais genericamente, fez um apelo também aos protestantes e aos crentes de outras religiões. A reação foi claramente negativa, inclusive por causa de certas formalidades, alimentando mais desconfiança do que simpatia em relação ao próximo concílio (ALBERIGO, 1995c, pp. 369-370).

Já na época do Concílio Vaticano II, o convite, aos dissidentes da Igreja Católica, adquiriu um novo tom de respeito aos grupos separados, que simbolizou uma oportunidade para iniciar um diálogo – embora ainda com restrições, ressaltando que os convidados não possuiriam direito a voto nas sessões conciliares –, na qual permitiu-se que os cristãos separados do catolicismo romano acompanhassem partes do evento conciliar enquanto “observadores”. De fato, no Concílio Ecumênico do século XX:

[...] As igrejas não unidas a Roma foram convidadas como irmãs, com quem a Igreja estava ligada, em virtude de sua fé em Cristo e em seu Evangelho. Houve respeito pelo próprio ser dessas igrejas e por sua maneira de viver. O que aproximava todas era o desejo comum de maior unidade [...]. Viriam como hóspedes do papa e não como pecadores arrependidos que deveriam retornar ao seio materno. O sucesso foi grande. No início do Concílio 17 igrejas ou organizações eclesiais estavam representadas (SOUZA, 2013, p. 74).

Para compreendermos satisfatoriamente esse projeto de diálogo conciliar do Vaticano II, resta-nos ainda examinar um elemento crucial, o sujeito que idealizou, planejou e iniciou essa grande assembleia conciliar, referimo-nos ao papa João XXIII (1958-1963).

Após o falecimento do papa Pio XII, em 1958, os cardeais reunidos em um conclave escolheram o então cardeal, de origem italiana, Ângelo Roncalli, de 77 anos, para ser o novo bispo de Roma. Roncalli logo adotou o nome de papa João XXIII, e ainda que tivesse sido eleito para ser uma espécie de Papa de transição – segundo Souza (2013, p. 71) talvez por falta de consenso entre os cardeais sobre um outro candidato mais preparado – ele demonstrou ser jovem de espírito, apesar de ter uma idade avançada, e ousou anunciar, cerca de 3 meses depois de sua eleição, seu propósito de realizar um novo Concílio Ecumênico com o intuito de

renovar a Igreja Católica perante os “sinais dos tempos”, gesto que “surpreendeu a humanidade”.

A única matéria jornalística da época do anúncio do Concílio Vaticano II que tivemos acesso foi a publicada na *Folha da Manhã* (1ª edição das Folhas de São Paulo) em 27 de janeiro de 1959. A matéria intitulada “*Anuncia o papa a convocação de concilio [sic] para reunificação de todas as religiões cristãs*” foi publicada na primeira página dessa edição do jornal, o que a destacou embora não fosse a manchete principal. De acordo com essa matéria, o objetivo do Concílio Ecumênico seria “[...] *contribuir para a edificação do povo cristão, mas também [sic] incitar as comunidades cristãs separadas de Roma a procurarem juntas as bases do retorno à unidade*”⁴⁹. Como se pode perceber, já desde seu título, para essa matéria o foco do novo Concílio Ecumênico seria a retomada da unidade dos cristãos, contudo não houve menção a renovação ou *aggiornamento* da Igreja Católica, ainda que mais adiante a matéria cite a proposta de revisão do Código de Direito Canônico.

A referida matéria da Folha da Manhã, possui uma pequena divisão em que aborda a repercussão do anúncio do Vaticano II em Paris, através da qual observamos que o anúncio da de um novo Concílio Ecumênico surpreendeu a muitos fiéis católicos, aos membros do clero católicos e também a padres da Igreja Ortodoxa e a pastores protestantes na França:

O anuncio [sic] pelo papa de sua decisão de convocar um concilio [sic] ecumenico [sic] provocou profunda impressão nos circulos [sic] cristãos de Paris. E isso ocorreu justamente no fim da Semana da Unidade em que numerosos padres catolicos [sic] e ortodoxos e pastores protestantes, reuniram-se para procurar tudo o que existe de comum entre eles e para orar coletivamente. O efeito de surpresa, todavia, foi total. As altas autoridades catolicas [sic] não souberam da noticia [sic] senão pelos despachos de agencias [sic]. Se, na ausencia [sic] de precisões oficiais aguardadas do Vaticano, persiste a mais absoluta discrição, não se esconde que a iniciativa do Santo Padre é acolhida com alegria e atende às esperanças de todos. O pastor Boegner, presidente da Federação Protestante da França, interrogado a esse respeito, embora sublinhando o interesse da noticia [sic], respondeu não poder fazer declarações até que tenha obtido informações mais precisas, em particular sobre o proprio [sic] objetivo do Concilio [sic].⁵⁰

O historiador francês Jean Delumeau (2000) enfatizou que o anúncio do Concílio Vaticano II surpreendeu tanto a Igreja quanto ao mundo todo. “*Foi uma enorme surpresa no*

⁴⁹ Cf. Folha da Manhã (1ª edição das Folhas de São Paulo – 6 horas), 27.01.1959, p. 1. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1959/01/27/1/> >. Acesso em 25/11/2016.

⁵⁰ Cf. Folha da Manhã (1ª edição das Folhas de São Paulo – 6 horas), 27.01.1959, p. 1. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1959/01/27/1/> >. Acesso em 25/11/2016.

mundo e na própria Igreja Católica quando João XXIII, em 25 de janeiro de 1959, anunciou a convocação de um novo concílio – o Vaticano II”. (DELUMEAU, 2000, p. 273)

O historiador Ney de Souza (2013), também defendeu que o anúncio do Concílio Vaticano II foi algo realmente inesperado. Entretanto, o próprio Ney de Souza (2013), ao dissertar a respeito dos pontificados anteriores ao de Ângelo Roncalli, mencionou que o Papa Pio XII (1939-1959), que antecedeu João XXIII, já havia esboçado a realização de um Concílio Ecumênico, inclusive tentou organizar alguns preparativos, que ficaram mais restritos ao ambiente interno da Igreja Católica. Mas, não pode dar continuidade aos preparativos devido ao agravamento do seu mau estado de saúde.

Sobre a possível intenção de Pio XII de convocar um Concílio Ecumênico não encontramos mais nenhum outro pesquisador, além do já citado Ney de Souza, que discutisse isso com mais detalhes. Porém, é interessante nos atentarmos para o conteúdo de uma nota explicativa publicada, abaixo de uma foto de Pio XII, no jornal *A Folha de São Paulo*, Caderno *Folha Ilustrada*, em 11 de outubro de 1962, o dia da abertura do Vaticano II. A nota trouxe o seguinte comentário: “*A II Grande Guerra teria impedido a realização de Concílio [sic] Ecumenico [sic], sob o pontificado de Pio XII*”⁵¹. Essa nota explicativa de certa forma dialoga com a informação de Ney Souza, pois dá-se a entender que de alguma maneira Pio XII planejou convocar um Concílio Ecumênico, mas não o pode fazer, independente do motivo em específico. Não obstante, como a maior parte do conteúdo da matéria vinculada a foto de Pio XII está ilegível não pudemos analisar se o jornal aprofundou esse argumento, ou se por um acaso esse comentário não passou de especulação jornalística.

Assim, questionamo-nos acerca de o quão inesperado realmente foi o Vaticano II, ressaltando que estamos conscientes das limitações e armadilhas que Julio Aróstegui (2006) explicou sobre o estudo de uma situação do passado quando se conhece seu desfecho futuro, pois, “*o historiador conhece o futuro das situações que descreve e comumente tenta explicá-las a partir desse futuro no qual necessariamente se encontra, a partir do que ele sabe já ter ocorrido*” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 353). E, afim de evitá-las focaremos nossa análise nos motivos que as pessoas da época poderiam ter para estranhar a decisão de João XXIII.

Talvez o Concílio Ecumênico que Pio XII pretendesse realizar, para discutir os assuntos da modernidade, não tivesse os mesmos ideais que os propostos por seu sucessor, entretanto, ante as discussões levantadas avaliamos como pertinente indagarmos o porquê das

⁵¹ Cf. Folha de São Paulo, Caderno Folha Ilustrada, 11.10.1962, p. 1. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1962/10/11/21/> >. Acesso em 25/11/2016.

pessoas, que vivenciaram aquela época, estranharem tanto a atitude de João XXIII, de convocar um novo Concílio, se o seu antecessor já teria dado alguns passos rumo a um objetivo semelhante?

O caminho que elaboramos para analisar esse questionamento passa pela observação de dois fatores. O primeiro foi o que já discutimos a respeito das orientações do Vaticano I, aparentemente, tornarem desnecessárias as realizações de novos Concílios Ecumênicos. E o segundo foram as expectativas com relação ao pontificado de João XXIII. Nesse último caso, podemos compreender melhor a convocação do Vaticano II como algo realmente inesperado ao mudarmos o foco da pergunta do evento conciliar para aquele que o convocou, desse jeito, observarmos que a surpresa maior não foi a convocação do Concílio em si, ao menos para uma parte da hierarquia católica, mas o fato específico de João XXIII tê-lo feito.

Embora, frente ao exposto, houvesse desconfiança das habilidades de João XXIII para empreender as mudanças que a modernidade cobrava da Igreja Católica, pode-se afirmar que Ângelo Roncalli respondeu a esse desafio com vitalidade e coragem (SOUZA, 2013), convertendo-se no primeiro pontífice romano que abraçou com entusiasmo os valores da sociedade moderna no século XX:

Entre estes cite-se o avanço tecnológico e o pluralismo cultural, ideológico e religioso. Seu profundo respeito à pessoa levou-o a reconhecer e proclamar como direito humano fundamental o de render culto a Deus segundo o ditame da reta consciência individual. O seu amor pelas diferentes confissões cristãs se cristalizou na criação do Secretariado para a Unidade dos Cristãos (RIVAS GUTIERREZ, 1995, p. 47).

Não obstante, convém observarmos que, apesar dos inúmeros avanços, nem tudo no pontificado de João XXIII caminhou no sentido da inovação:

Seria uma grande ingenuidade histórica concluir que todo o seu pontificado foi inovador. Em diversos âmbitos permanecia restrito a questões conservadoras. O que é necessário observar é que as possibilidades colocadas nesse pontificado foram agarradas e transformadas num grande diálogo com a modernidade (SOUZA, 2013, p. 73).

O Concílio Vaticano II se desenvolveu em três fases: a fase ante preparatória (1959-1960), a fase preparatória (1960-1962) e, por fim, a fase conciliar (1962-1965), na qual ocorreram as quatro sessões ou períodos conciliares. Todavia, lembramos que após o Concílio

foi necessário um longo período de recepção das orientações conciliares nas comunidades católicas espalhadas pelo mundo.

O Concílio Vaticano II foi convocado oficialmente por meio da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, em 25 de dezembro de 1961, e aberto, em 11 de outubro de 1962, ambos pelo Papa João XXIII, com seu famoso discurso *Gaudet Mater Ecclesia*.

Na Constituição Apostólica *Humanae Salutis*⁵², João XXIII exprimiu-se com esperança, em relação ao futuro da humanidade, porque mesmo com todos os obstáculos que a modernidade trazia para a Igreja, continuar com sua missão de evangelização, ele mostrou-se confiante que de viriam tempos melhores, já que as últimas experiências amargas, como os massacres e guerras enfrentadas do século XX, teriam deixado valiosos ensinamentos da relevância da colaboração e mútua integração entre os seres humanos.

Também, recordou-se dos ensinamentos de Jesus Cristo aos apóstolos, acerca da missão de sair pelo mundo e evangelizar a todos os povos, e considerando as obrigações advindas da modernidade, afirmar a necessidade de uma reação da Igreja Católica em função da grave crise moral que se alastrava pelo mundo naquela época:

Trata-se, na verdade, de pôr em contacto [sic] com as energias vivificadoras e perenes do evangelho o mundo moderno: mundo que se exalta por suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências [sic] de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral.⁵³

Para João XXIII, a Igreja Católica tinha condições de ajudar a solucionar os problemas dos tempos modernos, pois não era uma espectadora inerte dos problemas da humanidade, e se o momento era propício, para que ela contribuísse positivamente com a humanidade, não havia razão para se conter mais. Desse modo, o papa justificava a urgente necessidade e importância da convocação de um novo Concílio Ecumênico, que tinha por objetivo levar o catolicismo romano a buscar meios de reaproximar o evangelho de Jesus Cristo da sociedade moderna:

⁵² Cf. Papa João XXIII. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*: convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 1961.

⁵³ Ibid.

(...) sentimos logo o urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna. (...) julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecumênico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão.⁵⁴

O Vaticano II seria uma grande oportunidade para a Igreja Católica se permitir uma renovação, sem abandonar os preceitos bíblicos. Além de promover a unidade dos cristãos. Dessa forma, João XXIII encerrava sua mensagem convidando a todos os homens a orarem pelo bom andamento do Concílio, dedicando atenção especial aos cristãos não-católicos:

(...) A este coro de orações convidamos também os cristãos das Igrejas separadas de Roma, pois também a eles o concílio trará frutos. Sabemos que muitos destes filhos estão ansiosos por um retorno à unidade e à paz, segundo o ensinamento e a prece de Cristo ao Pai. Sabemos, também, que o anúncio do concílio não só foi por eles acolhido com alegria, mas não poucos já prometeram oferecer suas orações para seu feliz êxito, e esperam enviar representantes de suas comunidades para seguirem de perto os trabalhos.⁵⁵

Já no discurso de abertura do Concílio Vaticano II, *Gaudet Mater Ecclesia*⁵⁶, observamos que João XXIII fez questão de reafirmar que à iniciativa de realização desse Concílio Ecumênico floresceu, imprevisionavelmente, em seu coração e lábios, sem que ninguém o tivesse lhe sugerido:

3.1. No que diz respeito à iniciativa do grande acontecimento que agora se realiza, baste, a simples título de documentação histórica, reafirmar nosso testemunho humilde e pessoal do primeiro e imprevisto florescer em nosso coração e nossos lábios da simples palavra “Concílio Ecumênico”. [...] Foi algo de inesperado: uma irradiação de luz sobrenatural, uma grande suavidade nos olhos e no coração. E, ao mesmo tempo, um fervor, um grande fervor que se despertou, de repente, em todo o mundo, na expectativa da celebração do concílio.⁵⁷

João XXIII também enfatizou o esforço da Igreja Católica, durante a preparação conciliar, na qual se questionou profundamente as condições modernas de fé e de práticas

⁵⁴ Cf. Papa João XXIII. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*: convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 1961.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Cf. Papa João XXIII. *Gaudet Mater Ecclesia*: discurso de João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II. 1962. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 29-40

⁵⁷ Ibid., p. 31.

religiosas, objetivando trazer a força de novas energias para dentro da Igreja Católica, e, por conseguinte, desenvolver atualizações oportunas no que fosse viável:

3.4. Iluminada pela luz deste concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais.⁵⁸

Em seguida, outro ponto relevante é a preocupação do papa João XXIII de que a Igreja Católica apresentasse o conteúdo de sua doutrina de uma forma mais compreensível para as necessidades da época. Assim, a finalidade principal do Concílio Vaticano II deveria ser a renovação no ensino da doutrina católica, descomplicando o seu entendimento para a sociedade moderna, sem, contudo, propor a negação de qualquer ponto dessa tradição doutrinal; mas ao mesmo tempo, buscando aperfeiçoá-la de acordo com as novas condições daquele tempo, ao cabo, trocar-se-ia a forma de exposição doutrinal sem mudar o conteúdo:

5.1. O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz.

6.2 O XXI Concílio Ecumênico [...] quer transmitir pura e íntegra a doutrina, sem atenuações nem subterfúgios, que por vinte séculos, apesar das dificuldades e das oposições, tornou-se patrimônio comum dos homens.

6.4 A finalidade principal desse Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos padres e teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar a nosso espírito.

6.5 Para isto, não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensino da Igreja, em sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até o Vaticano I [...]; é necessário que essa doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências de nosso tempo. Uma coisa é a substância do “depositum fidei”, isto é, as verdades contidas em nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência, em sua elaboração [...].⁵⁹

⁵⁸ Cf. Papa João XXIII. *Gaudet Mater Ecclesia*: discurso de João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II. 1962. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 34-36.

⁵⁹ Ibid., pp. 35-36.

Por fim, ressaltamos que João XXIII anunciou que, a partir do Concílio Vaticano II, a preferência da Igreja Católica seria evitar a condenação e promover o diálogo, adequado para as exigências daquele tempo:

7.2 [...] Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia ao da severidade. Julga satisfazer melhor as necessidades de hoje, mostrando a validade de sua doutrina do que renovando condenações. [...].

7.3 Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados.⁶⁰

O impacto do discurso *Gaudet Mater Ecclesia* de João XXIII foi tanto, que segundo Kloppenburg (1983) findou por influenciar na elaboração de todos os 16 documentos conciliares. Todavia, é relevante mencionarmos que apenas o primeiro desses documentos, a *Sacrosanctum Concilium*, foi aprovado enquanto o papa João XXIII ainda estava vivo.

Após o falecimento de João XXIII em 1963, o Concílio Vaticano II foi continuado pelo novo pontífice romano, João Batista Montini, o Papa Paulo VI (1963-1978). Ao nos indagarmos se houve mudanças nos rumos do Concílio a partir da mudança de pontificado, comparamos as ideias presentes nos principais discursos de ambos os papas.



Papa Paulo VI.⁶¹

⁶⁰ Cf. Papa João XXIII. *Gaudet Mater Ecclesia*: discurso de João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II. 1962. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 36-37.

⁶¹ Imagem disponível em: < <http://diocesedeuruacu.com.br/wp-content/uploads/2014/10/johnxxiii.jpg> > Acesso em 07/02/2017 às 20 horas e 02 minutos.

Paulo VI reabriu as discussões conciliares com o discurso *Salvete Fratres in Christo* (PAPA PAULO VI, 2013), em 29 de setembro de 1963, no qual homenageou o papa João XXIII e seu discurso de abertura do Concílio Vaticano II, *Gaudet Mater Ecclesia*, reforçando o posicionamento da Igreja de preferir a misericórdia à condenação:

2.2 Não podemos recordar esse acontecimento sem pensar em nosso predecessor de feliz e imortal memória, que tanto amávamos, João XXIII. [...] a figura amável e sacerdotal, quando abria, no dia 11 de outubro do ano passado, a primeira sessão deste Concílio Ecumênico Vaticano II, e pronunciou aquele discurso, que pareceu à Igreja e ao mundo voz profética para nosso tempo. Aquele discurso ainda ressoa em nossa memória e em nossa consciência, para indicar ao concílio o caminho a percorrer [...]. [...] Confirmastes a opinião que [...] a autoridade da Igreja não deve consistir exclusivamente em coadunar [sic] os erros que a deturpam, mas devem também promulgar documentos positivos e construtivos, dos quais ela é fecunda.⁶²

Paulo VI confirmou a manutenção dos principais objetivos conciliares, traçados por João XXIII, afirmando que “[...] *a segunda parte que celebramos do Concílio Ecumênico, por ti convocado e iniciado, siga fielmente a via por ti assinalada e possa alcançar – que Deus nos ajude – aqueles fins que tão ardentemente desejaste*”⁶³. Ele também indicou quatro pontos essenciais para se compreender a finalidade principal do Concílio Vaticano II, a saber: “*a noção, ou se se preferir, a consciência da Igreja; sua renovação; a restauração da unidade de todos os cristãos; e o diálogo da Igreja com a humanidade de nossos dias*”⁶⁴.

Sobre o 1º ponto, Paulo VI afirmou a necessidade do Concílio Vaticano II apresentar uma definição mais aprofundada da Igreja Católica “[...] *por meio de declarações do magistério ordinário, mais explícito e autorizado, que digam à Igreja o que ela pensa de si mesma*”⁶⁵.

Acerca do 2º ponto, Paulo VI comparou aquele Concílio Ecumênico com uma nova primavera para a Igreja, através da qual viria a se reformar, negando qualquer ideia de ruptura com a tradição católica a partir daí ou que a própria Igreja estivesse sendo infiel ao pensamento de Jesus Cristo, pois para ele a renovação da Igreja significaria uma retomada das

⁶² Papa Paulo VI. *Salvete Fratres in Christo*: Discurso de Paulo VI na continuação no Concílio Vaticano II. 1963. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 44-45.

⁶³ Ibid., p. 46.

⁶⁴ Ibid., p. 48.

⁶⁵ Ibid., p. 50.

origens cristãs, na busca da imitação da figura de Cristo, e na correção das imperfeições oriundas de fraquezas humanas:

5.5 [...] o Concílio Ecumênico pode ser considerado uma nova primavera que desperta imensas energias espirituais e morais, como latentes no seio da Igreja. [...] o Concílio tende a dar à Igreja, ou a lhe aumentar, aquela beleza de perfeição e santidade que só a imitação de Cristo e a união mística com Ele no Espírito Santo lhe podem conferir.

5.6 Sem dúvida o Concílio tende a uma maior renovação da Igreja. Porém é preciso estar atento que, com essas palavras e com a expressão desses desejos, não dizemos que a Igreja Católica de hoje possa ser acusada de infidelidade substancial ao pensamento de seu divino Fundador. Antes, o reconhecimento mais profundo de sua fidelidade substancial a enche de gratidão e humildade e infunde-lhe coragem para corrigir aquelas imperfeições que são próprias da fraqueza humana. Portanto, a reforma que pretende o Concílio não é uma subversão da vida presente da Igreja, ou uma ruptura com suas tradições no que estas têm de essencial e venerável, mas antes no respeito a suas tradições, purificando-as de formas ultrapassadas e defeituosas, para torna-las mais autênticas e fecundas.⁶⁶

Com relação ao 3º ponto, Paulo VI demonstrou ser a restauração da unidade dos cristãos o ponto espiritual mais importante do Concílio Vaticano II, chegando a pedir “perdão” aos cristãos separados ao afirmar que “[...] *se alguma culpa nos pudesse ser imputada por tal separação, nós pedimos humildemente perdão a Deus, e pedimos também perdão aos irmãos que porventura se julgassem ofendidos*”⁶⁷. E, embora, afirmando estar consciente de que no momento ainda não se encontravam reunidas condições para se resolver rapidamente a divisão entre os cristãos demonstrou esperança e confiança que no futuro esse problema viria a ser solucionado, buscando dar o devido respeito ao patrimônio religioso dos demais cristãos e também os convidando a melhor conhecerem a tradição católica:

6.11. Considerando, pois, com o devido respeito, como é justo, o patrimônio religioso, herdado dos antigos e comum a todos, que os Irmãos separados conservaram e em parte até o desenvolveram. Vemos com agrado o estudo daqueles que procuram honestamente colocar em evidência e em lugar de honra os tesouros de verdade e de vida espiritual autênticos que os mesmos Irmãos separados possuem; procuram assim melhorar nossas relações com eles. Esperamos que também estes, movidos de igual boa vontade, queiram estudar melhor nossa doutrina e sua derivação lógica do depósito da

⁶⁶ Papa Paulo VI. *Salvete Fratres in Christo: Discurso de Paulo VI na continuação no Concílio Vaticano II*. 1963. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p. 52.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 55.

revelação divina, e conhecer também melhor nossa história e nossa vida religiosa.⁶⁸

E, por fim, a respeito do 4º ponto, Paulo VI enfatizou a relevância da Igreja Católica construir pontes para um melhor diálogo com o seu mundo contemporâneo, reafirmando a vocação missionária que deve ter no amor o ânimo para enfrentar a realidade da sociedade moderna, como perseguições religiosas aos católicos em alguns países e o ateísmo, além das “tristes condições do homem moderno” que experimentava o progresso científico e tecnológico, mas ao mesmo tempo provava também um vazio de Deus no coração. Segundo Paulo VI, as janelas do Concílio Vaticano II estariam abertas para que a Igreja Católica olhasse para o mundo todo e pudesse oferecer uma mensagem de conforto e salvação, em vez de condenação, sobretudo, para os mais necessitados e trabalhadores, não obstante, sem esquecer dos estudiosos, cientistas, artistas, governantes e inclusive dos fiéis de outras religiões que buscam um Deus único. Sobre esse grupo, Paulo VI ainda declarou:

7.14 É certo que nessas religiões a Igreja Católica descobre, não sem sofrimento, lacunas, insuficiências e erros, mas não pode deixar de dirigir, também a elas, seu pensamento, para lhes recordar que, por tudo o que tem de verdadeiro, de bom e de humano, ela lhes tem o merecido apreço, e para recordar que, enquanto defende valorosamente – como pedem a exigência do dever de civilidade – o direito de Deus sobre a humanidade, a Igreja está na linha de frente para defender entre os homens de nosso tempo o senso religioso e o culto a Deus.⁶⁹

Mesmo após o encerramento e promulgação dos documentos do Concílio Vaticano II, Paulo VI afirmou que a missão daquele Concílio não havia terminado ali, porque os documentos conciliares eram somente o ponto de partida de ideias que, como sementes, precisariam amadurecer através do trabalho, principalmente pastoral, da própria Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II foi encerrado por Paulo VI em 8 de dezembro de 1965, após quatro sessões conciliares, e seus 2217 discursos proferidos, que renderam 16 documentos, elaborados por 11 comissões diferentes⁷⁰, divididos em três categorias: as Constituições

⁶⁸ Papa Paulo VI. *Salvete Fratres in Christo: Discurso de Paulo VI na continuação no Concílio Vaticano II*. 1963. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, p. 56.

⁶⁹ Ibid., p. 60.

⁷⁰ Cada documento foi elaborado por uma comissão específica, representada por homens singulares, então, embora todos os textos tenham sido redigidos pensando em apresentar igualmente um caráter ecumênico,

(dogmáticas ou pastorais) cuja finalidade era apresentar verdades doutrinárias, os Decretos cujo objetivo era abordar prescrições disciplinares e as Declarações que deveriam elucidar um parecer acerca de um estado de coisas ou sobre algum problema concreto. (KLOPPENBURG, 1983).

As constituições desenvolvidas pelo Concílio Vaticano II foram as seguintes: a constituição dogmática *Lumen Gentium*, que versou sobre a Igreja e sua missão; a constituição dogmática *Dei Verbum*, que abordou como Deus se revela ao mundo; a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, que tratou do diálogo da Igreja com o mundo; e a constituição *Sacrosanctum Concilium*, que promoveu uma reforma e incremento na Liturgia.

Os decretos elaborados durante o Concílio Vaticano II foram os seguintes: o decreto *Unitatis Redintegratio*, que discutiu e propôs caminhos para a restauração da unidade da Igreja; o decreto *Orientalium Ecclesiarum*, que trouxe propostas para a missão das Igrejas Católicas Orientais; o decreto *Ad Gentes*, que debateu sobre a atividade missionária; o decreto *Christus Dominus*, que analisou o Múnus pastoral dos Bispos⁷¹; o decreto *Presbyterorum Ordinis*, que falou sobre os Presbíteros; o decreto *Perfectae Caritatis*, que apresentou normas para uma atualização da vida nos institutos religiosos; o decreto *Optatam Totius*, que trabalhou os aspectos fundamentais da formação sacerdotal; o decreto *Apostolicam Actuositatem*, que orientou a prática dos trabalhos pastorais desenvolvidos pelos leigos; e o decreto *Inter Mirifica*, que mostrou a relação da Igreja com os meios de comunicações modernos.

As declarações aprovadas pelos padres conciliares⁷² no Vaticano II foram as seguintes: a declaração *Gravissimum Educationis*, que comentou os princípios da educação dos cristãos; a declaração *Dignitatis Humanae*, que expôs a problemática da liberdade religiosa; e a declaração *Nostra Aetate*, que problematizou a relação entre a Igreja Católica e as religiões não-cristãs a fim de promover a unidade e a caridade entre os povos.

A fim de melhor compreender a “caminhada” da Igreja Católica nesse processo de diálogo, com o mundo moderno no século XX, através do Concílio Vaticano II, elaboramos

percebe-se diferenças de mentalidade em suas elaborações, em decorrência das muitas visões de mundo de seus redatores. Além disso, há certa ambiguidade na nomenclatura de alguns, pois, documentos com finalidades iguais às vezes estão em categoriais (Constituições, Decretos e Declarações) diferentes. Ver: KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Introdução Geral aos Documentos do Concílio. In: VIER, Frei Frederico (org.). **Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983. 16ª Edição.

⁷¹ O múnus de um bispo é um dever ou encargo que é próprio de um bispo, no exercício de suas funções. O “múnus pastoral dos bispos” representa as tarefas obrigatórios que os bispos devem ter para com as atividades pastorais.

⁷² Expressão usada para se referir a todos os bispos que participam de um Concílio Ecumênico.

uma breve reflexão historiográfica a partir da seleção das contribuições de quatro autores, que consideramos fundamentais para a continuidade de nossa pesquisa. Os autores em destaque foram os historiadores Giuseppe Alberigo, José Oscar Beozzo e Ney de Souza, além do sociólogo Exequiel Rivas Gutierrez.

No texto *O Concílio Vaticano II (1962-1965)*, Giuseppe Alberigo (1995a), um historiador italiano, trouxe-nos uma profunda análise sobre todo o Vaticano II enquanto um evento histórico, descrevendo e analisando, a partir de uma farta documentação, os acontecimentos e as problemáticas ocorridas em cada uma das fases conciliares, inclusive as vicissitudes no processo de aprovação de cada um de seus 16 documentos. De fato, podemos considerar essa obra uma referência clássica para quem estuda o Concílio Vaticano II.

Na obra *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*, cuja origem remete a tese de doutoramento em História de José Oscar Beozzo (2005), um dos mais respeitados estudiosos brasileiros sobre o Vaticano II, observamos um estudo com foco na participação do episcopado brasileiro durante o Concílio Vaticano II. Sua obra foi publicada em circunstâncias pertinentes para uma avaliação do legado da geração episcopal brasileira que participou daquele Concílio Ecumênico, isso porque no lançamento de sua obra, em 2005, segundo o próprio autor, não havia mais bispos que participaram do Vaticano II chefiando dioceses no Brasil.

Munido de uma vastíssima documentação, como as atas conciliares do Vaticano II e correspondências pontifícias, José Beozzo desenvolveu sua análise através da hipótese central de que o Vaticano II possibilitou ao bastante diversificado episcopado brasileiro uma oportunidade ímpar para elaborar uma identidade própria e coesa, além de possibilitar a articulação de um Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), rompendo assim com o até então característico isolamento das dioceses brasileiras, que mesmo com os esforços da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, ainda persistiam.

O historiador Ney de Souza (2013) em seu artigo *Antecedentes e evento histórico* analisou o Concílio Vaticano II tanto como um evento quanto como um processo histórico, um verdadeiro divisor de águas na História da Igreja Católica. Ney de Souza guiou-nos na busca pela origem e desenvolvimento desse processo histórico que, segundo ele, remete ao pontificado do papa Pio X (1903-1914), época em que houve uma tentativa de renovação interna na própria Igreja Católica, iniciando-se uma reforma litúrgica, e o surgimento de pesquisas sobre a História dos Concílios Ecumênicos.

Na obra *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*, o sociólogo chileno Exequiel Rivas Gutierrez (1995) desenvolveu uma abordagem não especificamente sobre o Concílio Vaticano II enquanto evento histórico. Não obstante, estudou o desenvolvimento histórico da Doutrina Social da Igreja⁷³, com a publicação da encíclica⁷⁴ *Rerum Novarum*, em 15 de maio de 1891, do Papa Leão XIII (1878-1903), defendendo a tese que a partir daí iniciou-se um processo histórico de reconciliação, progressiva e irreversível, da Igreja Católica com o mundo moderno, cujo ápice foi a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II durante o pontificado de João XXIII.

O Concílio Vaticano II: o amadurecimento de um processo histórico de reconciliação

Buscamos analisar o Concílio Vaticano II como um fruto desse quase secular processo de reconciliação da Igreja Católica com a modernidade, e que veio para ampliar e legitimar esse “corpo de doutrina social”.

Abrir-se ao diálogo com os valores do mundo moderno no século XX, mais do que uma questão de escolha para a Igreja Católica, revelou-se uma necessidade tendo em vista, que como já argumentara Eric Hobsbawm (1995), durante o século XX, principalmente, a partir da difusão dos modernos meios de comunicação de massa, a chamada cultura ocidental clássica ou tradicional entrou em decadência, tratou-se nas palavras do próprio Hobsbawm do “[...] colapso da civilização (ocidental) do século XIX” (1995, p. 16), e, baseando-se nisso, buscamos, a princípio, demonstrar como essas transformações na cultura ocidental clássica afetou inúmeras “instituições” tradicionais no mundo ocidental, e não exclusivamente a tradição do catolicismo romano, para em seguida examinar o Concílio Vaticano II como um fruto desse longo processo de reconciliação da Igreja com o mundo moderno.

Para Hobsbawm (1995), desde o início do século XX, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), já eram divulgados novos estilos artísticos na Europa, as artes de vanguardas se espalhavam pelo Velho Mundo e aos poucos alguns chegavam ao restante do mundo. Concomitantemente a essas inovações nas artes, o “modernismo” – aqui, entendido como movimento artístico e cultura – também trazia mudanças na cultura, grosso modo, podemos afirmar que no decorrer dos anos essas mudanças possibilitaram o

⁷³ Rever a explicação da nota 3.

⁷⁴ Uma encíclica, no geral, é uma carta papal aberta aos fiéis.

surgimento do que foi chamado de Revolução Cultural, no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Essas tendências do movimento modernista, amparadas pelos benefícios do desenvolvimento tecnológico, influenciavam o homem em diversos aspectos, seja na maneira de se pensar um filme, de compor uma música, de escrever um romance ou poesia, de registrar um momento em fotografia, chegando a influenciar nas atividades da vida cotidiana.

O período do Concílio Vaticano II teve um grande diferencial em relação a todos os Concílios anteriores, que foi à grande cobertura da imprensa laica. Pois, nem mesmo o seu antecessor, o Concílio Vaticano I, que ocorreu no final do século XIX, presenciou um mundo em que os meios de comunicação de massa se encontravam fortes e amplamente desenvolvidos.

Tanto jornais impressos, quanto programas de rádios e até reportagens exibidas pela TV não tardaram a divulgar o anúncio do novo Concílio Ecumênico. Em muitas localidades, as primeiras informações sobre o anúncio do Concílio chegaram antes mesmo das cartas enviadas pelo Vaticano para os cardeais.

Evidenciava-se que a Igreja Católica não podia simplesmente ignorar o papel da imprensa laica, era preciso confrontá-la através de uma melhor cobertura da imprensa religiosa a respeito do Concílio Ecumênico. Ou seja, cada vez mais se tornava essencial que a Igreja trabalhasse sua doutrina a partir da realidade do mundo da época, e não mais através de valores contrários à modernidade, como fizera no Concílio Trento. Beozzo (2005) nos mostrou o que o Cardeal Urbani, de Veneza, comentou menos de um mês depois do anúncio do Concílio Vaticano II e, em seguida, acrescentou seu comentário. Para o Cardeal Urbani:

[...] o tema havia sido colhido com presteza pela imprensa laica, cuja importância ele ressalta como novo poder ao qual o Concílio teria de confrontar-se. Dá a entender que estava sendo pouca a cobertura pelo órgão da própria Santa Sé, o *Osservatore Romano*, e pela imprensa católica [...] (BEOZZO, 2005, p. 72).

Já no início do século XX, os avanços tecnológicos possibilitaram que a câmera fotográfica tivesse uma significativa redução de tamanho, o que permitiu que cada vez mais se registrasse imagens de momentos cotidianos e que fossem divulgadas em jornais impressos. A crescente introdução de imagens chamava bastante atenção do público, tanto que mesmo analfabetos compravam jornais para observar as fotografias. (HOBSBAWM, 1995, p. 193).

Se por um lado o jornal restringia as suas informações ao público que soubesse ler, o cinema, principalmente, com a introdução de som no final dos anos 1920, permitiu uma maior massificação de informações para todos os públicos. Vale ressaltar que mesmo existindo filmes com áudio para se ter acesso a maioria dos filmes era preciso dominar a língua inglesa, já que *Hollywood* dominava as produções cinematográficas ocidentais, impondo o inglês como idioma padrão em suas produções. Além dos filmes, houve quem se aproveitasse do cinema para propagandas e documentários. Segundo Hobsbawm (1995, p. 191), naquela época se acreditava que uma câmera não mentia, ou seja, que as imagens representavam a mais pura realidade. Através do cinema, novos hábitos foram cada vez mais apresentados ao público que não tardou a imitá-los no cotidiano. “*O impacto da vanguarda no cinema comercial já sugere que o ‘modernismo’ começava a deixar sua marca na vida diária*” (HOBBSAWM, 1995, p. 184).

O surgimento e popularização do rádio davam ao homem daquela época a oportunidade de ter contato com informações diversas de maneira simultânea, coisa até então nunca vista. É evidente que, mesmo com a introdução de fotografias, os jornais impressos começaram a perder espaço para o cinema e para o rádio. Ao mesmo tempo em que o rádio transmitia informações também influenciavam nos hábitos dos homens – apesar de não alterar a maneira dos seres humanos perceberem a realidade como o cinema fazia –, pois, além das propagandas de incentivo ao consumo e outras, esse meio de comunicação criou novas necessidades para o homem “moderno”, que a partir dali deveria programar sua vida em função da grade de programas de uma rádio:

É difícil reconhecer as inovações da cultura do rádio, pois muito daquilo que ele iniciou tornou-se parte da vida cotidiana diária – o comentário esportivo, o noticiário, o programa de entrevistas com celebridades, a novela, e também todos os tipos de seriados. A mais profunda mudança que ele trouxe foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer (HOBBSAWM, 1995, p. 195).

O crescimento do mercado musical acompanhou o desenvolvimento dos rádios. As músicas, mais que simples canções, transmitiam um estilo de vida que também passou a ser incorporada pelas pessoas. O desenvolvimento dos gramofones e dos aparelhos que lhe sucederam trouxe discos em proporções menores e, assim, facilitou-se a divulgação de álbuns musicais, principalmente, entre o crescente público jovem. “*O surgimento do adolescente*

como ator consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido, entusiasticamente, pelos fabricantes de bens de consumo [...]” (HOBSEBWM, 1995, p. 318). Destacamos aqui o papel do Jazz e do *Rock’ n’roll* e até mesmo do *blue jeans*, outro ícone relevante da cultura jovem, que pretendia se distanciar das calças sociais usadas pelas gerações anteriores. A música, principalmente, o *rock*, tornou-se a grande voz de expressão de uma cultura jovem que começou a ganhar notável força nos 1950:

A novidade da década de 1950 foi que os jovens das classes alta e média, pelo menos, no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou que tomavam por tais, como seu modelo. O *rock* foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos de “Raça” ou “Rhythm and blues” das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, e notadamente dos jovens *brancos* (HOBSEBWM, 1995, p. 324)

Nesse mundo bombardeado por informações dos meios de comunicações de massa tudo aquilo que era tradicional começou a perder espaço. A moral, principalmente, religiosa – e no caso do mundo ocidental, notadamente católica – começava a receber golpes cada vez menos sutis em sua estrutura, a exemplo, temos a nova dimensão com que a sexualidade era difundida, sobretudo, pelo cinema e televisão. O corpo humano, principalmente o feminino, tido como sagrado pela moral católica, começava a ser divulgado como um objeto de prazer.

O desapareço à tradição propagandeado pelo mundo moderno concorria contra a Igreja que via o núcleo familiar tradicional se desestruturar e seus fiéis aderirem a outras religiões ou mesmo ao ateísmo, principalmente, em virtudes do crescimento do comunismo e dos ideais marxistas. A secularização ou dessacralização dos costumes católicos nos 1950 quando já não era uma realidade em certos locais já estava em cursos em outros. “*Tornavam-se agora permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e religião, mas também pela moral consuetudinária, a convenção e a opinião da vizinhança*” (HOBSEBWM, 1995, p. 317).

Um dos pilares fundamentais da moral católica desde os seus primórdios foi o que Hobsbawm (1995) chamou de família nuclear ocidental clássica – ou seja, um casal, casado formalmente, com seus filhos, na qual as relações sexuais deveriam ser um privilégio exclusivo dos conjugues e cuja autoridade masculina (patriarcalismo) era predominante em relação à feminina e a de seus descendentes – que no decênio de 1950 já encontrava em processo de decadência, representando um gravíssimo problema para a Igreja Católica.

Todavia, mesmo nos anos 1950 já era nítido um grande abalo no modelo de casamento ocidental. O número de pessoas que optavam pelo divórcio começava a subir e até mesmo o interesse em ter filhos começava a diminuir entre os casais – uma consequência do ritmo de vida e trabalho moderno. *“A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governavam a conduta sexual, a parceria e a procriação”* (HOBSEAWM, 1995, p. 316).

Como se tudo isso não bastasse crescia a quantidade de jovens que não desejavam um casamento formal e decidiam viverem sós e mantendo relações sexuais fora do casamento. E essas mudanças na moral afetaram não somente países majoritariamente não-católicos, mas também aqueles que eram tradicionalmente católicos. De 1950 em diante, Hobsbawm defende que *“[...] na verdade, a mudança espetacular é vista de maneira mais clara em países de moralidade fortemente impositiva, como os católicos”* (HOBSEAWM, 1995, p. 315).

Nesse século XX em constantes mudanças, até os artistas e intelectuais contemporâneos tiveram a necessidade de adequar suas produções às exigências da realidade da época. Pensamos que dentre as diversas inovações o que modernismo, enquanto movimento artístico e cultural, trouxe foi uma tendência de rompimento com o passado, com aquela estética artística consagrada como tradicional. Se até *“[...] os equipamentos menores da vida diária foram rapidamente remodelados pela modernidade”* (HOBSEAWM, 1995, p. 185) a literatura também não poderia escapar e manter-se a mesma em tempos como aqueles. Os intelectuais começaram a cada vez mais escrever nos idiomas vernáculos, ao invés dos idiomas tradicionais. Era preciso romper com o passado. Era preciso redigir textos que fossem de melhor compreensão para a sociedade moderna do século XX.

É interessante observarmos nas palavras do próprio Hobsbawm (1995) a existência da mudança no estilo de escrita dos intelectuais, passando dos idiomas tradicionais para os idiomas nacionais e a dificuldade que os escritores tiveram para tanto, grosso modo, podemos comparar a Igreja Católica a esses intelectuais. Desse jeito, notamos que essas mudanças não se restringiram, por exemplo, somente a possibilidade da Igreja Católica não mais usar o latim nos ritos litúrgicos, mas também envolveu diversas outras línguas e contextos:

Como iriam seus escritores transformar vernáculos falados em idiomas literários flexíveis e compreensíveis para o mundo contemporâneo, como faziam os bengaleses desde meados do século XIX na Índia? Como os homens (talvez, naqueles novos tempos, até as mulheres) iriam escrever poesia em urdu, e não mais no persa clássico até então obrigatório para tais

fins? Em turco, e não mais no árabe clássico que a revolução de Atatürk lançara na lata de lixo da história, junto com o fez e o véu das mulheres? Que iriam fazer, em países de culturas antigas, com relação as suas tradições? Artes que, por mais atraentes que fossem, não pertenciam ao século XX? (HOBSBAWM, 1995, p. 190).

Ressaltamos, contudo, que o Concílio Vaticano II não proibiu a realização de missas em latim, apenas possibilitou que cada autoridade eclesiástica responsável por uma Diocese, normalmente, um bispo, escolhesse se usariam a liturgia em língua vernácula ou se manteria o latim, pois a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, em seu artigo número 36, que fala sobre a língua nos ritos litúrgicos diz:

§ 1. Salvo o direito particular, seja conservado o uso da língua latina nos ritos latinos.

§ 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vernácula pode ser muito útil para o povo, seja na missa, seja na administração dos sacramentos, seja em outras partes da liturgia, dê-se-lhe um lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoestações, em algumas orações e cânticos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes.

§ 3. Observando estas normas, pertence à competente autoridade eclesiástica territorial a que se refere o artigo 22 § 2, consultados, se for o caso, os bispos das regiões limítrofes da mesma língua, decidir acerca do uso e extensão da língua vernácula. Tais decisões deverão ser aprovadas ou confirmadas pela Sé Apostólica.

§ 4. A tradução do texto latino para o vernáculo a ser usado na liturgia, deve ser aprovada pela competente autoridade eclesiástica territorial, acima mencionada.⁷⁵

A Igreja Católica, espertamente, assim, como esses intelectuais da época, percebeu que não poderia continuar “fechada ao passado” em um mundo que era instigado a rompê-lo cada vez mais. Havia a necessidade de “desvelar” sua doutrina das complicações teóricas, para que o homem comum pudesse compreendê-la mais eficazmente, assim como algumas correntes literárias fizeram, e a partir daí, pudesse optar por seguir ou não a doutrina católica. Assim, “[...] ficava cada vez mais claro que o século XX era o do homem comum e dominado pelas artes produzidas por e para ele” (HOBSBAWM, 1995, p. 191).

Esse “novo mundo” obrigava a Igreja a escolher quais rumos seguir: se manter apegada ao passado ou se abrir a modernidade? Era fundamental repensar sua “redação” tradicional. Punir para converter não surtiria mais efeito em um mundo que cada vez mais

⁷⁵ Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. 1962. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 49.

dava liberdade às pessoas. Junto com esse “mundo novo” surgiu a possibilidade, ou até de fato uma necessidade, de a Igreja Católica trilhar um caminho diferente daquele escolhido no Concílio de Trento quando se fechou para o “nascente” Mundo Moderno e suas instituições.

Por meio de Rivas Gutierrez (1991, p. 21), observamos que, a partir do Renascimento Cultural do século XIV e da difusão dos valores culturais desse movimento pelo mundo, grosso modo, denominados de valores modernos, a Igreja Católica passou a se distanciar e negar esses novos valores culturais. Essa ruptura entre a religião católica e a cultura moderna viria a se aprofundar com a aparição de outros fenômenos como a Reforma Protestante, o Iluminismo, o Positivismo, o Liberalismo e os Socialismos. Sem, até então, compreender profundamente a cultura moderna e suas instituições, a postura oficial da Igreja Católica, perante grande parte dos valores modernos, seria marcada por condenações e atitudes beligerantes:

Não se trata de uma simples inimizade, mas de uma profunda ruptura que adquire a modalidade de uma verdadeira tensão dialética. A sociedade civil e sua cultura consideram a Igreja como o lugar dos atrasos, inimiga do progresso. Simultaneamente, a Igreja, incapaz de distinguir o joio do trigo, responde, condenando em parte a cultura do mundo moderno e suas instituições (RIVAS GUTIERREZ, 1991, p. 21).

A partir de Marc Venard (1995), analisamos que o Concílio de Trento (1545-1563), gestado nesse processo de distanciamento e negação da cultura moderna pela Igreja Católica, não viria para estabelecer diálogos ou propor tolerância, mas para condenar, principalmente, a Reforma Protestante e refutar suas teses:

O Concílio de Trento, ao invés, abre o novo tempo do catolicismo como confissão nascida no seio de uma cristandade dividida. [...] Resposta tardia ao drama da revolta de Lutero, o concílio de Trento deverá dar uma definição a todos os pontos controvertidos do dogma católico e reformar as práticas e, sobretudo, o espírito da velha Igreja, tendo em vista melhor equipá-la para o confronto com as suas jovens rivais (VENARD, 1995, p. 318).

Para Rivas Gutierrez (1991), apenas com o advento da Encíclica *Rerum Novarum* e, consequentemente, da Doutrina Social da Igreja Católica (DSI), no pontificado de Leão XIII (1878-1903), foi que oficialmente o catolicismo romano buscou promover esforços em prol de uma reconciliação com a cultura moderna, assim, em vez de condená-la, a Igreja

Católica almejaria estabelecer meios, embora com forte resistência de alguns setores, para a evangelização das pessoas da “cultura moderna”. Daí em diante, a Igreja Católica começaria a timidamente cultivar a tolerância com os valores e instituições aceitas pela cultura moderna, como a democracia, que seria gradativamente aceita no meio católico (RIVAS GUTIERREZ, 1991, p. 23). Esse processo culminaria na realização do Concílio Vaticano II em 1962.

Conforme Rivas Gutierrez (1991), a Doutrina Social da Igreja Católica surgiu a partir da constatação da injusta situação de miséria vivida pelo proletariado europeu no século XIX⁷⁶ e buscou levar as classes sociais (operários e patrões) a manterem a concórdia entre si a fim de promover a ordem social e o bem-estar geral⁷⁷. É importante esclarecer que com isso a Igreja Católica não defendia que os pobres se resignassem com sua condição social e econômica, mas pelo contrário, estimulava-os que se organizassem para juntos alcançarem plenamente seus direitos e também defendendo que esses direitos fossem realmente respeitados pelos ricos a fim de se promover a colaboração entre as classes sociais. A Doutrina Social da Igreja Católica viria a negar tanto o Liberalismo quanto os Socialismos, que defendiam a luta de classes, e advogar que a propriedade privada fosse estendida a todos os homens gerando uma “desproletarização” dos trabalhadores. O lastro central dessa doutrina encontra-se na defesa da Justiça Natural, posteriormente chamada de Justiça Social, somada à solidariedade entre as pessoas:

[...] Existe uma justiça anterior e superior à meramente legal, que pode ser mesquinha, converter-se em objeto de manipulação ou, legalmente ser uma injustiça. Esta justiça natural ou superior, de que fala Leão XIII passará a se chamar, mais adiante, de Justiça Social. Em conjunto com a solidariedade constituirá o núcleo mais expressivo do espírito da Doutrina Social da Igreja (RIVAS GUTIERREZ, 1991, pp. 26-27).

⁷⁶ “Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada”. Cf. Papa Leão XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários**. 1891.

⁷⁷ “O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital”. Cf. Papa Leão XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários**. 1891.

Podemos considerar que Leão XIII, principalmente, através da Encíclica *Rerum Novarum*, preparou o catolicismo para iniciar um diálogo mais eficaz com a cultura moderna, ainda que com algumas limitações em pontificados subsequentes, no século XX e também, buscou reaproximar a fé católica dos grupos sociais menos favorecidos, sobretudo, dos operários, através da promoção da justiça social. Doravante, para os católicos “[...] *fazer justiça passou a ser condição ‘sine qua non’ e o campo de verificação do autêntico amor cristão*” (RIVAS GUTIERREZ, 1991, p.28)

Ressaltamos que esse processo de diálogo da Igreja Católica com a modernidade não se constituiu numa via única de progresso, pois também existiram momentos, anteriores ao Concílio Vaticano II, em que não se privilegiou o diálogo com os valores modernos. Através do historiador Ney de Souza (2013, p. 66) vimos, por exemplo, que no pontificado de Pio X (1903-1914), no qual, apesar de alguns avanços nesse processo que levaria a realização do Vaticano II, como uma reforma litúrgica, houve em contrapartida uma rejeição de tendências democráticas e parlamentaristas, além da rejeição da ciência moderna. Para Ney de Souza, Pio X “[...] *reprimiu a reconciliação da doutrina católica com a ciência e o conhecimento moderno (modernismo). Fez uma espécie de caça formal à heresia contra todos os teólogos reformistas, de maneiras especial, aos exegetas e historiadores*” (SOUSA, 2013, p. 66).

Dos pontificados seguintes e anteriores a João XXIII, que contribuíram para a Doutrina Social da Igreja Católica de modo mais relevante, Rivas Gutierrez (1991) destacou também os papas Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958).

Uma das principais contribuições de Pio XI para a Doutrina Social da Igreja Católica foi o princípio da subsidiariedade, que visa proteger a sociedade da intervenção abusiva do Estado (ditaduras), sem, contudo, entregar a atividade econômica totalmente a iniciativa privada, de forma que o Estado deva auxiliar, dentro de suas competências, na realização do bem comum para a sociedade. Além disso, Pio XI também aperfeiçoou a ideia de Justiça Natural, que passou a ser chamada de Justiça Social, cuja função seria agir como um princípio regulador da atividade econômica que visasse o bem comum e a justa distribuição.

Já no pontificado de Pio XII destacamos enquanto contribuições para a Doutrina Social da Igreja a abordagem sobre os Direitos Humanos – tendo apoiado a criação da ONU em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 –, a incorporação do ideal democrático de governo ao pensamento social católico – como forma de garantir a dignidade

da pessoa humana – e o direito natural de todas as pessoas fazerem uso dos bens materiais para satisfazerem suas necessidades, como algo anterior ao direito da propriedade privada, essa ideia seria aprofundada no Concílio Vaticano II no princípio universal de destinação dos bens. Ademais, Pio XII foi o primeiro papa a utilizar a expressão “Doutrina Social da Igreja” e, tendo sido também o primeiro pontífice romano a ter sua coroação transmitida via rádio, destacou-se no uso desse meio de comunicação de massa para transmitir seu ensinamento social, produzindo discursos e mensagens de rádios em vários momentos festivos como Pentecostes e Natal. Consideramos que o uso que Pio XII fez do rádio para seu ensinamento social tinham um alcance maior e era mais acessível para os homens de sua época que as encíclicas sociais.

Como observamos, o Concílio Trento, em meados do século XVI, propôs o confronto para com as demais igrejas cristãs oriundas da Reforma Protestante. E essa postura de combate e condenação somente seria oficialmente deslegitimada pelo Concílio Vaticano II, em meados do século XX. Contudo, evidenciou-se que esse processo de reconciliação da Igreja Católica com a modernidade foi amadurecendo a partir dos primórdios da Doutrina Social da Igreja no final do século XIX, até atingir seu clímax no Concílio Vaticano II.

Frente ao exposto, e servindo-nos das categorias de análise histórica “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006a), consideramos que o acontecimento do Concílio Vaticano II representou para a Igreja Católica o surgimento de um novo horizonte de expectativas, pois, as mudanças em seu “espaço de experiência” ocorridas, sobretudo no século XX, influenciaram a adoção de “novas” práticas sociais a partir do Vaticano II.

Segundo Reinhart Koselleck (2006a), o tempo histórico pode ser formado da tensão, ou diferença, que se tem no tempo presente, entre as categorias “espaço de experiência”, que equivale ao passado, e “horizonte de expectativa”, que equivale ao futuro. Ambas têm que existir ao mesmo tempo, diferentemente, de categorias alternativas como guerra e paz ou trabalho e ócio que implicam oposição e a vigência de uma provoca a exclusão da outra.

Para Koselleck (2006a, pp. 309-310), entende-se por “experiência” tanto as elaborações racionais quanto as formas inconscientes de comportamento, pessoais e interpessoais⁷⁸, que se têm no presente sobre um dado acontecimento do passado, dito de

⁷⁸ Segundo Koselleck (2006a, pp. 309-310) “[...] na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”.

outra maneira, a “experiência” remete a ideia que possuímos do passado no tempo presente, mas que pode ser alterada no futuro, em função da leitura ou recordação que os tempos vindouros farão de um determinado evento do passado. Já por “expectativa”, Koselleck entende tudo o que se pode esperar do futuro no tempo presente, o futuro presente, aquilo que ainda não é ou aquilo que ainda não foi experimentado e somente pode ser prognosticado, pessoal ou interpessoalmente.

Koselleck (2006a, p. 311) demonstrou que não se pode medir cronologicamente a “experiência”, porque ela é composta por vários estratos de tempos anteriores misturados que se encontram presentes de forma simultâneas, contudo, apesar disso a “experiência” pode ser relacionada ao evento que lhe deu origem. Além disso, ele defendeu que os prognósticos, obviamente acerca do futuro, que são elaborados no tempo presente são de certa forma limitados pelo que já foi experimentado no passado. Todavia, a partir de novas experiências – novos acontecimentos históricos ou, simplesmente, uma maneira diferente de se observar e compreender uma experiência antiga⁷⁹ – é possível no tempo presente rever as expectativas, anteriormente elaboradas, e esperar que elas sejam confirmadas, ou não, no futuro, mas, nunca se deve esperar que as coisas acontecerão iguais as experiências passadas ou as expectativas futuras, já que passado e futuro nunca chegam a se coincidir, pois “[...] *o futuro nunca é o resultado puro e simples do passado histórico*” (KOSELLECK, 2006a, p. 312).

De forma geral, percebe-se que a introdução de uma nova experiência tende a possibilitar o surgimento de perspectivas futuras diferentes das anteriormente elaboradas, seja pessoal ou interpessoalmente. E a partir dessas considerações de Koselleck, e também conforme o que analisamos sobre os antecedentes do Concílio Vaticano II, evidenciou-se que as grandes transformações provocadas pela modernidade na sociedade ocidental, desde meados do século XIX, produziram uma “nova experiência” para a Igreja Católica que a partir daí pode começar a elaborar perspectivas diferentes – não negando mais a modernidade no todo, mas buscando aproveitar o que essa oferecia de bom e poderia ser utilizado para a evangelização – para seu relacionamento com a sociedade moderna.

⁷⁹ Koselleck exemplificou o que nós denominados de maneira diferente de se observar e compreender algo: “Os acontecimentos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências baseadas neles podem mudar com o correr do tempo. As experiências se superpõem, se impregnam uma das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas” (KOSELLECK, 2006a, p. 313).

A fim de melhor compreendermos isso, atentemo-nos ao conceito de modernidade⁸⁰ Koselleck (2006a, p. 314), segundo o qual entende-se por Era Moderna aquele período no qual a diferença entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” que uma sociedade possui aumenta tão rápido, e em tão pouco tempo, através do progresso técnico e tecnológico que antes mesmo que seja possível se adaptar a uma nova experiência já surge uma nova, e logo em seguida outras, de forma, em alguns casos, a romper o modo de vida de alguns povos em uma mesma geração, ou seja, “[...] *só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a se distanciar cada vez mais das experiências já feitas até então*” (KOSELLECK, 2006a, p. 314).

Alguns prognósticos eram possíveis de serem feitos, antes dessas sucessivas mudanças ocorridas em curto espaço de tempo, porque as mudanças na sociedade eram mais lentas, permitindo que se experimentasse repetidas vezes uma mesma coisa e gerando estabilidade nas previsões futuras. Contudo, muitos prognósticos tornaram-se inviáveis e inseguros – quando observados a partir dessas novas experiências –, passando a serem constantemente revistos e produzindo novos horizontes de expectativas.

Assim, a tensão provocada com a recusa da Igreja Católica para a aceitação do nascente mundo moderno, que conforme Koselleck (2006a, p. 315) foi fruto do Renascimento e da Reforma (Protestante) durante o Concílio de Trento, teve como resultado uma experiência contrária ao que se pretendia porque as Igrejas protestantes, que antes do Vaticano II eram vistas como rivais, continuaram a existir e o catolicismo a perder fiéis para outras Igrejas, mais rapidamente a partir do século XX, conforme já discutimos nesta seção através de Hobsbawm (1995).

Essa experiência contrária – nova experiência – ao que a Igreja Católica havia prognosticado alcançar com a negação da modernidade levou a um distanciamento maior entre as experiências que essa instituição religiosa tinha, no passado de Trento, e a realidade que ela experimentava já em meados do século XIX, quando já havia grandes inovações tecnológicas e se inicia o que chamamos de processo de secularização da moral judaico-cristã. O choque dessa “experiência contrária”, que diminuiu a influência do catolicismo na sociedade ocidental, promoveu a desvinculação do tempo presente da Igreja Católica, enquanto instituição religiosa, que ainda era vinculada aos princípios condenatórios de Trento,

⁸⁰ Ressaltamos que apenas neste parágrafo utilizamos o termo modernidade e seus derivados relacionados ao conceito de modernidade de Koselleck.

para uma fase em que, aos poucos através da Doutrina Social da Igreja Católica, foi se buscando estabelecer a aceitação e o diálogo com a modernidade.

Torna-se evidente que o Concílio Ecumênico Vaticano II pode ser compreendido como o grande marco que oficializou a mudança do posicionamento institucional que a Igreja Católica possuía, desde o Concílio de Trento (1545-1563) e que foi continuado no Concílio Vaticano I (1869-1870), para com a modernidade e seus valores.

O *Aggionarmento* da Igreja Católica e uma nova Teologia

*“Caros filhinhos, ouço as vossas vozes. A minha é apenas mais uma, mas condensa a voz do mundo inteiro. Todo mundo está aqui representado”*⁸¹. Eis que com essas palavras que expressam a partilha de um sentimento positivo em relação a renovação da Igreja Católica no Concílio Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, após presidir a celebração da cerimônia de abertura daquele Concílio Ecumênico, o papa João XXIII, com as janelas do Vaticano abertas ao mundo, improvisou um discurso sob a lua, desejando a paz: *“parece que até a lua está com pressa esta noite - observai-a lá no alto, está contemplando este espetáculo. É que encerramos uma grande jornada de paz. Sim, de paz: Glória a Deus e paz aos homens de boa vontade”*.⁸²

Segundo Beozzo (2005), desde o anúncio, em 1959, da vontade de João XXIII de realizar um Concílio Ecumênico se tornou público o interesse daquele pontífice em promover um *aggionarmento* no Código de Direito Canônico, e para tanto, era essencial que essa renovação encontrasse um elo de ligação com as exigências espirituais do período.

Conforme já analisamos, a partir do Concílio Vaticano II uma das principais falas da Igreja passa a ser a misericórdia e o diálogo, em vez de uma simples condenação de “erros”, e ocorre uma releitura e reinterpretação do evangelho de acordo com aquela nova realidade, sem, todavia, renegar a doutrina e tradição cristã. A Igreja Católica decidiu aos poucos por se aproximar da sociedade moderna e “se atualizar”, buscando meios para transmitir a sua doutrina sob aquelas novas circunstâncias, tornando-a mais acessível e compreensível. Esse

⁸¹ **João XIII: O Discurso da Lua.** Rádio Vaticano, 14/05/2014. Disponível em: < http://br.radiovaticana.va/storico/2014/05/14/joão_xxiii_o_discurso_da_lua/bra-799279 >. Acesso em 01/01/2017.

⁸² Ibid.

processo de atualização também implicava em um maior esforço em prol de um diálogo fraterno, que estabelecesse um caminho para a retomada da unidade dos cristãos.

Com o intuito de aprofundarmos nossa compreensão sobre esse *aggionamento* a partir do Concílio Vaticano II, selecionamos e analisamos partes das Constituições produzidas por esse Concílio Ecumênico: a *Sacrosanctum Concilium*, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*. Ressaltamos que, devido à complexidade, extensão e riqueza de detalhes e especificidades sobre vários temas presentes nesses documentos, nosso estudo abarcou somente as características gerais dessas Constituições, que verificamos essenciais para o entendimento de suas propostas.

A análise da *Sacrosanctum Concilium*⁸³, demonstrou-nos que as propostas do Concílio Vaticano II para com a reforma e incremento da liturgia católica pautaram-se no esforço de adaptar e dar um novo vigor a tudo aquilo que era passível de mudança, de acordo com as exigências e necessidades da época, e que poderia contribuir para levar os homens a reconciliar-se com a Igreja, sem negligenciar a tradição católica, e ao mesmo tempo desenvolver melhores condições para que os fiéis pudessem participar conscientemente e plenamente dos ritos litúrgicos e sacramentais:

21. A Santa mãe Igreja, para permitir ao povo cristão o acesso mais seguro à abundância de graças que a liturgia contém, deseja fazer uma acurada reforma geral da liturgia. Na verdade, a liturgia compõe-se de uma parte imutável, porque de instituição divina, e de partes suscetíveis de mudanças. Estas, com o passar dos tempos, podem ou mesmo devem variar, se nelas se introduzirem elementos que menos correspondem à natureza íntima da própria liturgia, ou se estes se tenham tornado menos oportunos. Nesta reforma, porém, o texto e as cerimônias devem ordenar-se de tal modo, que de fato expressem mais claramente as coisas santas que eles significam e o povo cristão possa compreendê-las facilmente, à medida do possível, e também participar plena e ativamente da celebração comunitária.⁸⁴

Convém ressaltar que essa adaptação proposta pela *Sacrosanctum Concilium*, além de não romper com a tradição litúrgica, não facilitaria o acréscimo de novos elementos. Estes somente seriam aceitos se após uma investigação na liturgia se encontrasse uma justificativa adequada, demonstrando a extrema cautela da Igreja Católica para a introdução de algo novo:

⁸³ Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. 1962. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 33-100.

⁸⁴Ibid., pp. 43-44.

23. Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da liturgia que devem ser revistas. [...] Finalmente, não se introduzam inovações, a não ser que utilidade autêntica e certa da Igreja o exija, e com a preocupação de que as novas formas como que surjam a partir das já existentes.⁸⁵

A busca pela simplicidade e harmonia promoveria um grande revigoramento na liturgia, por isso, a partir de então, entende-se que as cerimônias devem ser “[...] *claras na brevidade e evitem as repetições inúteis; devem adaptar-se à capacidade de compreensão dos fiéis e não precisar, em geral, de muitas explicações*”⁸⁶. E, para tanto, percebemos que a autorização do uso dos idiomas vernáculos foi essencial, pois, conforme já discutimos nesta seção, a língua latina, assim como muitos outros idiomas clássicos, não era de fácil compreensão para todas as pessoas e seu uso nos ritos litúrgicos poderiam dificultar a plena compreensão dos fiéis. Possibilitar a plena compreensão dos ritos litúrgicos pelos fiéis era um dos principais intuitos da *Sacrosanctum Concilium*:

48. Por isso, a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não assistam a este mistério de fé como estranhos ou expectadores mudos, mas participem na ação sagrada, consciente, piedosa e ativamente, por meio de uma boa compreensão dos ritos e orações [...].⁸⁷

Nesse sentido, Jean Delumeau (2000) também enfatizou que a *Sacrosanctum Concilium*, entre todas as três Constituições do Vaticano II, foi a que mais afetou o dia a dia dos católicos, sobretudo porque “[...] *restaurou no culto o uso da língua viva, chamando os fiéis, além disso, a uma participação mais ativa na missa*” (DELUMEAU, 2000, p. 278).

Evidenciou-se, assim, que a busca pela adaptação dos ritos litúrgicos expressa pela *Sacrosanctum Concilium* tinha como preocupação central os fiéis, ou seja, os homens e mulheres do século XX. Seria com o propósito de melhor situá-los, com relação a celebração dos ritos litúrgicos e sacramentais, que o Vaticano II propôs revisar a liturgia para retirar dela os excessos que dificultassem aos leigos compreender sua real natureza e finalidade.

⁸⁵Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. 1962. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 44.

⁸⁶ Ibid., p. 48.

⁸⁷ Ibid., p. 53.

Ao analisarmos a *Lumen Gentium*⁸⁸ observamos que seu foco é explicar a natureza e missão universal da Igreja Católica. Para tanto, defende que todos os homens e mulheres são filhos, embora adotivos, de Deus. Esses filhos teria o dever de permanecer unidos em Deus, em Cristo e no Espírito Santo para anunciar e implantar o reino de Deus já na Terra:

[...] a Igreja, enriquecida pelos dons do seu fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar em todas as gentes o reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e início deste reino.⁸⁹

Jesus Cristo é considerado o mediador único para se alcançar a verdade e graça, ou seja, o único caminho de salvação, e, a Igreja de Cristo, estaria representada na Terra pela Igreja Católica. Entretanto, o próprio documento reconhece a possibilidade de haver elementos de santificação e verdade fora da Igreja:

Esta Igreja, como sociedade constituída e organizada neste mundo, subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, ainda que fora do seu corpo se encontrem realmente vários elementos de santificação e de verdade, que, na sua qualidade de dons próprios da Igreja de Cristo, conduzem para a unidade católica.⁹⁰

A Igreja enquanto corpo de Cristo, que a comandaria enquanto a cabeça, estaria em comunicação, por meio do Espírito Santo, com os seus membros, a humanidade no geral, que tem responsabilidade conjunta no anúncio da mensagem de salvação de Cristo. O documento enfatiza que embora a Igreja Católica seja considerada santa também é composta por homens, que são passíveis de cometerem pecados, necessitando constantemente renovar-se e purificar-se, o que condiz com a proposta de *aggionamento* do Vaticano II, que também identificamos na já analisada Constituição *Sacrosanctum Concilium*,: “[...] a Igreja que reúne em seu seio os pecadores, é ao mesmo tempo santa, e sempre necessitada de purificação, sem descanso dedica-se à penitência e à renovação”.⁹¹

No tocante à salvação da humanidade, a *Lumen Gentium* explica que a proposta de salvação de Deus para os homens não os atinge individualmente, mas em conjunto, enquanto

⁸⁸ Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 101-197.

⁸⁹ Ibid., p. 105.

⁹⁰ Ibid., p. 111.

⁹¹ Ibid., p. 111.

povo de Deus, formado pelos que acreditam em Cristo. Esse povo de Deus não se refere exclusivamente ao povo de Israel, mas abrangeria todos os povos, através da aliança nova feita por Cristo com a humanidade. Além disso, esse povo ao ser batizado receberia o denominado sacerdócio comum de todos os fiéis e deveria exercê-lo, testemunhando Cristo em toda a parte, principalmente, com as ações cotidianas:

[...] o único povo de Deus estende-se a todos os povos da terra, dentre os quais vai buscar os seus membros, cidadãos de um reino de natureza celeste e não terrena. De fato, todos os fiéis espalhados pelo mundo mantêm-se em comunhão com os demais no Espírito Santo [...].⁹²

Sendo um único povo de Deus, mas representado por diferentes povos, a Igreja Católica propôs a valorização daquilo que viesse a considerar bom, nas peculiaridades de cada povo:

[...] a Igreja ou povo de Deus, instaurando este reino não subtrai nada ao bem temporal de cada povo, antes, pelo contrário, fomenta e assume as possibilidades, os recursos e o estilo de vida dos povos, naquilo que têm de bom, e, ao assumi-los, purifica-os, consolida-os e eleva-os. [...]. Por fora desta catolicidade, cada parte contribui com os seus dons peculiares para as demais e para toda a Igreja, de modo que o todo e cada parte crescem por comunicação mútua e pelo esforço comum em ordem a alcançar a plenitude na unidade.⁹³

Em outro momento, a *Lumen Gentium* retoma a discussão sobre a salvação do povo de Deus, afirmando a necessidade de todos se vincularem à Igreja Católica para se alcançarem a salvação e, também que, aquelas pessoas que mesmo tendo o conhecimento que a Igreja Católica foi fundada por Deus, através de Jesus Cristo, recusam-se a participarem dela não poderão se salvar. Contudo, o documento esclarece que não basta estar incorporado a Igreja Católica para se salvar, pois é necessário perseverar na caridade. A Igreja Católica também se reconhece unida aos cristãos não-católicos que veneram a Bíblia, com sincero zelo religioso, e acreditam em Deus e em Cristo. Já com relação aos não-cristãos, isto é “ [...] *aqueles que ainda não receberam o Evangelho*”⁹⁴, como judeus, muçulmanos e seguidores de outras religiões – que não tiveram conhecimento do Evangelho de Cristo em suas vidas –, esses

⁹² Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 119.

⁹³ Ibid., pp. 119-120.

⁹⁴ Ibid., p. 122.

também podem vir a serem salvos, desde que a graça os leve a viver cumprindo a vontade de Deus. Evidencia-se, assim que, embora a Igreja Católica admita a possibilidade de salvação fora de si, ela continua se considerando a principal via de acesso a graça divina e a salvação:

Aqueles que ignoram sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, mas buscam a Deus na sinceridade do coração, e se esforçam, sob a ação da graça, por cumprir na vida a sua vontade, conhecida através dos ditames da consciência, também esses podem alcançar a salvação eterna. Nem a divina providência nega os meios necessários para a salvação àqueles que, sem culpa, ainda não chegaram ao conhecimento explícito de Deus, mas procuram com a graça divina viver retamente. De fato, tudo o que neles há de bom e de verdadeiro, considera-o a Igreja como preparação ao Evangelho e como dom daquele que ilumina todo o homem para que a afinal tenha a vida.⁹⁵

Mais adiante, a *Lumen Gentium* apresenta uma discussão sobre a hierarquia do clero católico, principalmente, sobre os bispos os quais, segundo o próprio documento, enquanto sucessores dos apóstolos de Jesus Cristo, devem se constituir de maneira colegial, como um grupo estável⁹⁶. De acordo com esse documento, os bispos por herdarem, na consagração episcopal, os dons do Espírito Santo, transmitido dos apóstolos e de seus colaboradores, tem o ofício de ensinar e governar, sendo que tais deveres “[...] *não podem exercer-se senão em comunhão hierárquica com a cabeça e com os membros do colégio*”⁹⁷. Essa cabeça refere-se ao Sumo Pontífice da Igreja Católica, o papa.

Em seguida, a *Lumen Gentium* reconhece que, embora apenas o Pontífice Romano tenha o poder pleno, supremo e universal sobre a Igreja e tenha a prerrogativa de convocar Concílios, presidi-los e confirmá-los, os bispos enquanto ordem reunida que representa os apóstolos de Cristo, através do consentimento papal, também são detentores de um poder supremo e pleno sobre a Igreja. Logo, “*o poder supremo, que este colégio possui sobre toda a Igreja, é exercido de modo solene no Concílio Ecumênico*”⁹⁸.

Evidencia-se que o Concílio Vaticano II, através da *Lumen Gentium*, permitiu uma maior autonomia aos bispos em relação aos órgãos da Cúria Romana. Logo, os bispos passaram a responder em nome de suas igrejas locais, regionais, nacionais e até continentais. Acerca disso a *Lumen Gentium* afirma que “[...] *as conferências episcopais podem hoje*

⁹⁵ Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 124.

⁹⁶ Ibid., p. 127.

⁹⁷ Ibid., p. 131.

⁹⁸ Ibid., p. 133.

desenvolver uma ação variada e fecunda, para que o espírito colegial encontre aplicações concretas”⁹⁹. A partir daí vimos surgirem conferências de bispos, por exemplo, na América Latina, estimulados pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Para Beozzo (2005) “*essa nova condição do episcopado expressou-se plenamente na realização e nos resultados da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968*” (BEOZZO, 2005, p. 54). Portanto, também a Igreja Católica do Brasil, em conjunto com as Igrejas Católicas da América Latina, deixou a “marginalidade” em relação à Igreja Romana e passaram a ser coparticipantes globais na instituição.

A *Lumen Gentium* além de ter estendido os poderes do colegiado episcopal sobre a Igreja, também estendeu a infalibilidade papal aos bispos, quando reunidos com o papa ou com sua autorização. Essa Constituição afirma que “*a infalibilidade prometida à Igreja, pertence também ao corpo episcopal quando, junto com o sucessor de Pedro, exerce o magistério supremo*”¹⁰⁰. Como se percebe, a partir de então, ainda que sendo necessário o consentimento papal, o colegiado de bispos passou a gozar de maiores poderes na Igreja.

Por fim, destacamos nessa análise da *Lumen Gentium*, a importância que é conferida aos leigos a partir de então. Segundo essa Constituição, os leigos, mesmo enquanto realizam tarefas temporais, são capazes de testemunhar a ressurreição de Jesus Cristo, orientando-se pela consciência cristã, nos locais e circunstâncias mais variadas, onde os sacerdotes dificilmente conseguem estar presentes, e, devem contribuir para a evangelização e santificação do mundo, e si de mesmos, das mais distintas formas possíveis na vida familiar e social. Assim, o apostolado leigo ganha maior legitimação e permissão oficial, o que facilita a sua contribuição na missão de salvação da Igreja Católica:

Além deste apostolado, que pertence a todos os fiéis sem exceção, os leigos podem ser chamados de diversos modos a uma colaboração mais imediata com o apostolado da hierarquia [...]. Têm, além disso capacidade para serem destinados ao exercício de determinados ofícios eclesiais, com um fim espiritual. Pesa ainda sobre todos os leigos o encargo glorioso de trabalhar para que o plano divino da salvação atinja cada vez mais lugares. Abram-se-lhes, pois, todos os caminhos para que, segundo as forças e as necessidades dos tempos, participem também eles, ardorosamente, na tarefa salvadora da Igreja.¹⁰¹

⁹⁹ Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 136.

¹⁰⁰ Ibid., p. 138.

¹⁰¹ Ibid., p. 151.

Jean Delumeau (2000) também sintetizou as contribuições da *Lumen Gentium* enfatizando a relevância doutrinal desse documento por apresentar uma nova ideia de Igreja como povo de Deus, que compartilha responsabilidades, e não apenas enquanto hierarquia:

A constituição *Lumen Gentium* (Luz das nações), promulgada em novembro de 1964, foi o documento doutrinal mais importante do Vaticano II. A Igreja católica renunciou, por meio desse texto, a dar de si mesma uma definição apenas hierárquica, piramidal e institucional. Ela se apresenta, ao contrário, como um “povo” reunido por Deus, no qual todos os fiéis têm sua responsabilidade (DELUMEAU, 2000, pp. 278-279).

Assim, percebe-se que a Igreja é apresentada como reino de Deus, composto por todos os povos, os quais são chamados – inclusive os fiéis leigos que devem exercer o sacerdócio comum no dia a dia, testemunhando o evangelho com ações práticas – a contribuírem com suas especificidades para o desenvolvimento do reino de Deus, valorizando bastante a atuação dos leigos, inclusive incentivando-a, no anúncio do evangelho de Jesus Cristo:

[...] os sagrados pastores reconheçam e tornem efetivas a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja; aproveitem de bom grado o seu conselho prudente, confiem-lhes tarefas para o serviço da Igreja, e deixem-lhes liberdade e campo de ação; animem-nos mesmo a empreender outras obras por iniciativa própria. Considerem atentamente, diante de Deus, com paternal afeto, as iniciativas, as propostas e os desejos manifestados pelos leigos.¹⁰²

O objetivo da *Gaudium et Spes*¹⁰³ era, após já se ter discutido mais densamente a noção de Igreja na *Lumen Gentium*, examinar a presença e a atividade da Igreja Católica em diálogo constante com aquele tempo presente, que passava por profundas e rápidas transformações tecnológicas, sociais, psicológicas, morais e religiosas. Para tanto, verifica-se a condição do homem no “mundo de hoje” a fim de se elaborar respostas que satisfaçam as inquietudes mais profundas do coração dos homens e de que se abram caminhos para evitar as tensões e os desequilíbrios, entre as gerações familiares, que a Igreja Católica considerava presentes em mundo cada vez mais industrial e urbano, cuja influência da mentalidade

¹⁰² Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 157.

¹⁰³ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 539-661.

científica, no modo de pensar das pessoas, chegava a obter um espaço maior que as tradições morais e religiosas:

[...] é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado a cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e futura, e da relação entre ambas. É por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático. [...]. A humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra. Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas repercutem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa.¹⁰⁴

É relevante enfatizarmos que a preocupação da Igreja Católica com relação a sociedade moderna não se restringia a assuntos religiosos, mas, principalmente, aos temas sociais, pois se por um lado o mundo moderno experimentava grande progresso tecnológico, por outro ainda existia muita fome, miséria, analfabetismo e tantos outros males que afligiam, sobretudo, os países menos desenvolvidos economicamente:

[...] vai crescendo a convicção de que o gênero humano não só pode e deve aumentar cada vez mais o seu domínio sobre as coisas criadas, mas ainda, que lhe compete estabelecer uma ordem política, social e econômica, que sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmar e desenvolver a própria dignidade. Daqui vem a insistência com que muitos reivindicam aqueles bens de que, com uma consciência muito viva, se julgam privados por injustiça ou por desigual distribuição. [...]. Os povos oprimidos pela fome interpelam os povos mais ricos. As mulheres reivindicam, onde ainda a não alcançaram, a paridade de direito e de fato com os homens. Os operários e os camponeses querem não apenas ganhar o necessário para viver, mas desenvolver, graças ao trabalho, as próprias qualidades; mais ainda, querem participar na organização da vida econômica, social, política e cultural. Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos, têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efetivamente a todos. Subjacente a todas estas exigências, esconde-se, porém, uma aspiração mais profunda e universal: as pessoas e os grupos anelam por uma vida plena e livre, digna do homem, pondo ao próprio serviço tudo quanto o mundo de hoje lhes pode proporcionar com tanta abundância.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 542-543.

¹⁰⁵ *Ibid.*, pp. 548-549.

Dessa forma, acompanhando a proposta de *aggionamento*, presentes nas duas Constituições que já analisamos, podemos também defender que, além disso, a *Gaudium et Spes* representou o ápice do desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja Católica no Concílio Vaticano II. Essa Constituição levaria a sociedade moderna a refletir que, embora muitas coisas pudessem se transformar rapidamente, havia valores fundamentados no Evangelho de Jesus Cristo que nunca mudariam e, por isso, ela advogaria em favor da dignidade da pessoa humana, da justiça social, sobretudo, através de uma melhor destinação dos recursos materiais a todos.

Acerca da dignidade da pessoa humana, a *Gaudium et Spes*, considerando a necessidade de socialização e interdependência humana, demonstrou a importância de se aperfeiçoar o diálogo fraterno e sincero – ainda que com pessoas que tenham pensamentos distintos dos nossos nas áreas social, política e/ou religiosa –, pautado no respeito mútuo pela liberdade, dignidade espiritual e também aos direitos e deveres universais e invioláveis dos seres humanos. Nesse sentido, a valorização e respeito pela dignidade da pessoa humana foi algo tão relevante para o Concílio Vaticano II, que a Igreja Católica por meio da Declaração *Dignitatis Humanae*¹⁰⁶ proclamou o direito de todos os seres humanos a liberdade religiosa, embora com algumas limitações, chegando a defender que a liberdade religiosa se tornasse um direito civil:

2. Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido, dentro dos devidos limites, de proceder segundo a mesma, em particular e em público, só ou associado com outros. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, qual a palavra revelada de Deus a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa, na ordem jurídica da sociedade, deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil.¹⁰⁷

De volta a *Gaudium et Spes*, observamos que o progresso tecnológico deveria implicar em benesses para todos e que cada ser humano deveria ser solidário com os mais necessitados, tornando-se o seu “próximo”. Assim, a Igreja Católica defende uma mudança de

¹⁰⁶ Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 411-429.

¹⁰⁷ Ibid., pp. 413-414.

mentalidade, com foco no amor e respeito à dignidade humana, e reformas sociais, para que sejam acessíveis a todas as pessoas aquilo de que necessitam para gozarem de uma vida realmente digna:

É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa. A ordem social e o seu progresso devem, pois reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário [...].¹⁰⁸

Ao passo em que busca salvaguardar a dignidade humana, a Igreja Católica é enfática em rejeitar todas as coisas, que segundo seu juízo, atentam contra uma vivência humana digna:

[...] são infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrária, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes, ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador.¹⁰⁹

Para a *Gaudium et Spes* não se pode almejar promover a dignidade humana sem que haja uma igualdade fundamental entre os homens, enquanto filhos de Deus e remidos por Cristo, baseada na aplicação da justiça social, pois ainda que as pessoas tenham algumas diferenças, quanto a capacidade físicas e outras, todas são convidadas a superarem “[...] qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião”¹¹⁰.

¹⁰⁸ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 568-569.

¹⁰⁹ Ibid., p. 570.

¹¹⁰ Ibid., p. 571.

A fim de que cada um se esforce para contribuir com suas atividades diárias, no serviço de anunciar Deus e na tarefa de desenvolver o bem comum dos seres humanos, seja através de instituições temporais públicas ou privadas, de modo que se garantam os direitos humanos básicos em qualquer regime político e também que se reduzam as desigualdades sociais e econômicas. Assim, reforça-se que a solidariedade humana deve ser estruturada numa índole comunitária que visa continuar na Terra as obras de Cristo. Ademais, o valor da atividade humana encontra-se na vontade de Deus, de forma que trabalhar em prol do bem comum, buscando melhorar as condições de vida dos outros, ou até mesmo em qualquer atividade ordinária, deve ser lastreada no amor e caridade recíproca, para que conduzam o ser humano a salvação, porque servir aos outros homens equivale a servir ao próprio Cristo. Logo, os serviços temporais, desde os mais simples aos mais complexos, glorificam a Deus e são vias salvíficas, o que preenche as atividades cotidianas humanas de um sentido religioso mais profundo:

O Cristão que descuida os seus deveres temporais, falta aos seus deveres para com o próximo e até para com o próprio Deus, e põe em risco a sua salvação eterna. A exemplo de Cristo que exerceu as tarefas de operário, alegam-se antes os cristãos por poderem exercer todas as suas atividades terrenas unindo numa síntese vital todos os seus esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos com os valores religiosos, sob os quais tudo se ordena para a glória de Deus.¹¹¹

Com o intuito de contribuir com a glória de Deus, a *Gaudium et Spes* recomendou que os católicos buscassem levar o testemunho de Cristo das mais variadas linguagens possíveis naquele tempo, adaptando sempre que possível a mensagem cristã e sua doutrina a compreensão dos fiéis das mais diversas culturas, tal como a Igreja Católica fez ao longo de sua história:

Ela aprendeu, desde os começos de sua história, a formular a mensagem de Cristo por meio dos conceitos e línguas dos diversos povos, e procurou ilustrá-la com o saber filosófico. Tudo isto com o fim de adaptar o Evangelho à capacidade de compreensão de todos e às exigências dos sábios. Esta maneira adaptada de pregar a palavra revelada deve permanecer a lei de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada nação a possibilidade de exprimir a mensagem de Cristo segundo a sua maneira própria, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos. Para aumentar este intercâmbio,

¹¹¹ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 589-590.

necessita especialmente a Igreja, sobretudo hoje, em que tudo muda tão rapidamente e os modos de pensar variam tanto, daqueles crentes ou não-crentes que, vivendo no mundo, conhecem bem o espírito e conteúdo das várias instituições e disciplinas. É dever de todo o povo de Deus e sobretudo dos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra de Deus, de modo que a Verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada de um modo mais conveniente.¹¹²

Entendemos que essa proposta de adaptação da mensagem cristã, as mais variadas linguagens, dialoga com o que verificamos na *Sacrosanctum Concilium*, todavia, percebemos que a *Gaudium et Spes* ao se referir as “várias linguagens do nosso tempo” buscou ir além da adaptação da liturgia, aos idiomas nacionais, e dialogou também com um outro documento do Concílio Vaticano II, o Decreto *Inter Mirifica*¹¹³ que tratou de normas morais para o uso dos meios de comunicação social, como a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão, e outros, a fim de evitar os abusos e o mau uso desses instrumentos, que apesar de serem considerados “maravilhas”¹¹⁴, também seriam capazes de corromper, sobretudo, a juventude, pois “[...] a sua força de sugestão que chega a ser tão grande que os homens, sobretudo se insuficientemente preparados, dificilmente poderão percebê-la, dominá-la e, se for o caso, rejeitá-la”¹¹⁵.

Percebemos que na *Inter Mirifica* há uma preocupação da Igreja Católica com a possível influência negativa desses meios de comunicação para moral, mas prefere não se posicionar contrária ao seu uso por valorizar o direito de todos os seres humanos a informação, então, apenas cobra das autoridades públicas que controlem a transmissão de conteúdos nocivos à moralidade pública e alerta aos pais que evitem espetáculos que contrariem a fé e os bons costumes em seus lares. Assim, ao desejar melhor instruir os fiéis sobre os perigos das imprensas, que não respeitem a moral, a Igreja Católica se propôs a continuar anunciando a mensagem de Cristo através dos meios de comunicação de massa, estimulando os fiéis a “[...] se habituarem a julgar cristãmente qualquer acontecimento”¹¹⁶. Para tanto, promoveria a criação de emissoras católicas e estimularia a atuação de religiosos e

¹¹² Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 592-593.

¹¹³ Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social. 1963. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 87-100.

¹¹⁴ O termo *Inter Mirifica* pode ser traduzido do latim como “entre maravilhas”.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 89.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 95.

de leigos nessas atividades, os quais deveriam ter, além de uma formação técnica, uma boa instrução a partir dos princípios da Doutrina Social da Igreja:

Primeiramente devem os leigos ser instruídos técnica, cultural e moralmente, multiplicando-se o número de escolas, faculdades e institutos onde jornalistas, cineastas, radialistas, diretores de televisão e os demais interessados possam adquirir uma formação completa, impregnada de espírito cristão, especialmente no campo da doutrina social da Igreja.¹¹⁷

Retornemos a *Gaudium et Spes*, ao cabo, esse documento tratou mais detalhadamente das problemáticas que a Igreja Católica reconheceu como mais urgentes naquele tempo, a título de exemplos citamos: o matrimônio, a família, o amor conjugal, a fecundidade, a cultura, novos estilos de vida, a relação entre fé e cultura, a relação entre cultura humana e ensino cristão, a vida econômica, a vida social, o trabalho humano e suas condições, os bens da terra e sua destinação universal, investimentos e moeda, acesso à propriedade e domínio privados dos bens, a vida pública contemporânea, natureza e fim da comunidade política, a comunidade política e a Igreja, a promoção da paz, a corrida dos armamentos, a construção da comunidade internacional, a cooperação internacional no que diz respeito ao crescimento demográfico, formas de atuação internacional da Igreja e dos cristãos, e outros.

Assim como discutimos, Jean Delumeau (2000) também destacou a *Gaudium et Spes* como um dos documentos mais importantes do Vaticano II, porque apresentou caminhos para a Igreja Católica dialogar com as constantes mudanças do mundo moderno:

A constituição *Gaudium et Spes* (Alegria e esperança), promulgada em dezembro de 1965, foi o texto mais longo e mais significativo do concílio. Levando em conta as mudanças do mundo, a Igreja católica pretendia daí em diante estabelecer o diálogo com ele sobre todas as grandes questões em que entra em jogo o destino dos homens – vida pessoal e familiar, cultura, economia e política, defesa da paz etc (DELUMEAU, 2000, p. 279).

Como se tornou cada vez mais evidente a medida que examinamos esses documentos conciliares, a postura da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II alterou-se bastante; com o *aggionamento* de si mesma, essa instituição religiosa buscou conhecer mais profundamente as vicissitudes da sociedade moderna, não mais para condená-la, mas almejando estabelecer um diálogo prudente e sincero, a fim de ajudar a solucionar vários

¹¹⁷ Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social. 1963. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 96.

problemas sociais, seja com cristãos não-católicos, com os crentes de outras religiões ou com os ateus.

Não obstante os avanços que observamos por meio da proposta de *aggionamento*, percebemos, a partir da leitura do texto de Peter Phan (2013) que a Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II aceitou a modernidade com ressalvas. Com efeito, esse Concílio Ecumênico significou uma reação tardia da Igreja Católica às problemáticas do mundo moderno. Uma resposta necessária, embora tardia porque em meados do século XX, quando essa instituição religiosa acolhia o diálogo com a modernidade, surgia e ganhava cada vez mais aceitação a pós-modernidade, com suas teses relativistas, através da qual se desenvolveria mais tarde o paradigma teológico pluralista¹¹⁸, que em suas várias vertentes concebe a salvação como algo disponível, verdadeiramente, em diversas crenças religiosas e não apenas no cristianismo.

Numa tentativa de desenvolver uma nova reflexão teológica sobre a salvação ainda no Concílio Vaticano II, alguns teólogos católicos abandonaram o caráter etnocêntrico e passaram a conceber a salvação para além da Igreja Católica, levando a Igreja Católica, segundo Peter Phan (2013, p. 7), a negar assim o paradigma teológico exclusivista, representado na máxima latina *extra ecclesiam nulla salus* (fora da igreja não há salvação) de Fulgêncio de Ruspe (476-533). Assim, Karl Rahner apresentou ao mundo católico a sua Teologia Transcendental, associando a antropologia à teologia, o método transcendental de Karl Rahner busca:

[...] responder aos desafios atuais do mundo, tais como o pluralismo cultural, o advento da subjetividade humana e a necessidade da teologia incidir eficazmente na história, Rahner pressupõe a responsabilidade humana no ato da revelação divina. (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 138)

Para Rahner (SOUZA; GONÇALVES, 2013) não se pode fazer teologia sem antropologia porque o ser humano, concebido enquanto “ouvinte da palavra” de Deus que tem consciência de si mesmo, está aberto a experimentar e conhecer o mistério do amor divino e também se encontra livre para responder, positivamente ou negativamente, a mensagem de Deus. Percebe-se que o fato do homem poder experimentar e conhecer o amor de Deus ainda no mundo terrestre o torna responsável pela revelação divina – por isso o caráter

¹¹⁸ Segundo Peter Phan, o pluralismo religioso é “uma ideologia que contesta a reivindicação cristã de que Jesus Cristo é o salvador verdadeiro, único e universal da humanidade e de que a igreja é o sacramento único, universal e necessário de salvação” (PHAN, 2013, p. 5).

antropológico da revelação divina –, que acontece através de uma relação de conhecimento transcendental entre o homem e o próprio Deus, e tendo a opção de recusar se abrir ao mistério divino ele tem direito à liberdade religiosa, sendo responsável pela efetivação da graça divina em sua vida.

A partir disso, a relevância da Teologia Transcendental de Karl Rahner para compreendermos o *aggiornamento* da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II resulta no fato de que, já que o encontro entre o homem e Deus se dá em uma realidade terrestre e também já que o homem tem a responsabilidade e a liberdade nesse diálogo com o mistério do amor divino, não se deve negar e se distanciar do local onde ocorre esse encontro, o próprio mundo terrestre, que conforme observamos na *Lumen Gentium*, representa o germe do Reino de Deus. Assim, tornou-se imprescindível que se promovesse esforços na busca de conhecer mais densamente o próprio mundo e a sociedade moderna da época do Vaticano II, para melhor se entender a fé e o encontro com o mistério do amor divino.

Segundo Peter Phan (2013), a Teologia Transcendental de Karl Rahner pode ser enquadrada na Teologia das Religiões de paradigma inclusivista (PHAN, 2013), que concebe a possibilidade de salvação fora da Igreja Católica, todavia, diferentemente do paradigma pluralista, a salvação inclusivista ainda estaria condicionada a alguma relação com o catolicismo, como os chamados “cristãos anônimos”, conforme já analisamos na *Lumen Gentium*. Portanto, notamos que, embora tardiamente e com limitações expostas, a Igreja Católica empenhou-se em renovar-se à luz da tradição do Evangelho de Cristo e estabelecer um diálogo mais eficaz com o mundo moderno no Concílio Vaticano II.

III

O BRASIL NO CONCÍLIO VATICANO II



Parte da delegação de bispos brasileiros que viajou à Roma para participar do Concílio Vaticano II.¹¹⁹

No domingo de 7 de outubro de 1962, concentrava-se em um aeroporto brasileiro a delegação de bispos da Igreja Católica do Brasil, vestida com as tradicionais batinas pretas, estava de malas prontas para o embarque, em um avião especial, DC-8, da *PANAIR do Brasil*, com destino a cidade do Vaticano, em Roma, onde iria participar de um Concílio Ecumênico, que se iniciaria na quinta-feira de 11 de outubro de 1962. Acompanhando a comitiva, também estava presente o então monsenhor Luciano Duarte, enquanto repórter da revista *O Cruzeiro*.¹²⁰

Um membro do episcopado católico brasileiro, que participaria do Concílio Vaticano II, o arcebispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, antes de viajar a Roma, destacou a alegria por ter o privilégio de vivenciar aquele grande evento conciliar, juntamente com os

¹¹⁹ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 828.

¹²⁰ Para descrever esse momento de partida da delegação episcopal brasileira a Roma nos baseamos nos seguintes documentos: A semente, 11.10.1962, p. 3; na crônica “A grande meta do papa João XXIII – Renovação da Igreja” de Luciano Duarte disponível em: DUARTE, Carmen Dolores Cabral. (org.). **Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 1999, p. 62.; e também em fotografia do acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 828.

demais bispos católicos, provenientes de várias partes do mundo, demonstrando expectativas positivas em relação ao que o Vaticano II estabelecerá para a Igreja Católica.¹²¹

A fim de obtermos uma melhor compreensão da atuação do episcopado brasileiro, ao longo do II Concílio Ecumênico do Vaticano, torna-se necessário situarmos a experiência histórica da Igreja Católica do Brasil naquele período. E, para tanto, é relevante analisá-la como uma instituição, conforme observamos em Scott Mainwaring (2004), e que enquanto tal, sempre buscou encontrar, ou mesmo abrir caminhos, para a própria manutenção, frente às transformações existentes nas sociedades nas quais esteve inserida.

Os Concílios Ecumênicos e a Igreja Católica do Brasil: de Trento ao Vaticano I

A Igreja Católica é uma instituição religiosa milenar, cuja sede administrativa é a Cidade do Vaticano, na Europa, local onde reside o seu sumo pontífice, o papa. Contudo, devido ao longo processo de expansão do cristianismo, essa instituição também está presente em outros continentes, distribuída pelo território de diversas nações independentes.

A respeito da presença da Igreja Católica fora da Europa, Renato Cancian (2011) defendeu que a história dos países da América Latina está diretamente ligada a chegada dessa instituição religiosa, pois com o início do processo de colonização europeia na região, simultaneamente começou o processo de implementação e institucionalização da Igreja Católica, que tornaria o catolicismo a religião oficial da maioria dos países latino-americanos.

Segundo Cancian (2011), no período colonial (1500-1822), a Igreja Católica do Brasil estava totalmente subordinada às estruturas políticas impostas por Portugal. “*Neste período não se pode falar da existência de uma organização religiosa autônoma com status de Igreja pelo fato de suas fracas estruturas estarem organicamente atreladas às estruturas políticas coloniais*” (CANCIAN, 2011, p. 13). Essa subordinação devia-se ao regime de Padroado, acordo realizado entre a Igreja Católica e Portugal, antes do início da colonização portuguesa da América:

Por este acordo, o Estado colonizador garantia a implantação e expansão da fé cristã em todos os territórios conquistados; em troca, a Igreja Católica Romana concedeu a Coroa prerrogativas de controle sobre as igrejas e ordens religiosas católicas sediadas nos territórios coloniais. [...] ele dava respaldo legal para o controle do Estado sobre a Igreja de modo que era de

¹²¹ Ver: A Cruzada, 6.10.1962, p. 1.

direito e responsabilidade da Coroa a administração dos dízimos e subvenções para criar e manter em funcionamento igrejas, paróquias, conventos, mosteiros, escolas, sustentar o clero e as atividades missionárias (CANCIAN, 2011, p. 14).

Nessa época, a Igreja Católica promoveu o Concílio de Trento (1545-1563), que deveria ter sido o primeiro Concílio Ecumênico que a Igreja Católica do Brasil conseguiria participar, porque nos eventos conciliares anteriores essa instituição religiosa ainda não existia no que seria o atual território brasileiro.

Todavia, a Igreja Católica do Brasil, que passou a ter seu primeiro bispo, Dom Pedro Sardinha em 1552, durante o andamento do Concílio de Trento, não enviou representantes para participar das discussões conciliares de Trento¹²², porque o rei de Portugal solicitou, de acordo com as prerrogativas do regime de Padroado, ao papa a dispensa do episcopado brasileiro naquele evento conciliar, provavelmente, motivado pelos altos custos, tanto para transportar um bispo do Brasil à Itália (BEOZZO, 2005, p. 58), quanto para financiar seu alojamento e alimentação na cidade de Trento (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 24).

Para Cancian (2011), a relação entre a Igreja Católica e o Estado não foi alterada com a independência política do Brasil em 1822. Manteve-se o Padroado e o catolicismo romano permaneceu como religião oficial do país. “*O Imperador foi considerado a autoridade eclesiástica suprema com poderes para nomear o clero oficial e arbitrar sobre leis e decretos papais e conciliares para que pudessem ter vigência no país (o chamado beneplácito)*” (CANCIAN, 2011, p. 16).

Naquele momento a Igreja Católica realizou o Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870), e a Igreja Católica do Brasil pode enviar, pela primeira vez, representantes de seu episcopado a um Concílio Ecumênico. Segundo Beozzo (2005, p. 58), o Brasil contava com 12 dioceses e 11 bispos¹²³, todavia apenas 7 bispos brasileiros puderam viajar para Roma e acompanhar a abertura daquele evento conciliar, isso de um total de 744 padres conciliares. O restante do limitado episcopado brasileiro, seja por problemas de saúde, pela idade avançada ou outras circunstâncias, não compareceu ao Concílio Vaticano I.

¹²² “Embora no início do Concílio (1545) ainda não contasse com nenhum bispo, poderia ter participado em seguida, após a criação do bispado da Bahia, em 28 de janeiro de 1550, e a vinda do seu primeiro bispo. Entretanto nem Dom Pedro Fernandes Sardinha, bispo de Salvador entre 1552 e 1556, nem seu sucessor, Dom Pedro Leitão (1558-1573), o segundo bispo do país, participaram de Trento”. Cf. BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.p. 57.

¹²³ Isso porque na época a diocese de São Paulo encontrava-se vacante em função do falecimento do bispo Dom Sebastião Pinto do Rego em 1968. Cf. BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.p. 57.

O governo imperial brasileiro pretendia manter o catolicismo sobre seu controle, reduzindo a influência do clero e do Vaticano nos assuntos políticos nacionais. Embora, nessa época, o Vaticano tenha buscado ampliar o controle sobre o catolicismo brasileiro, partes das elites políticas brasileiras e, também, do próprio clero brasileiro, se posicionaram contra esse projeto. Somente em 1874, quando surgiu um atrito na relação entre Igreja e Estado, a Questão Religiosa¹²⁴, foi que o clero brasileiro começaria a mudar sua opinião.

Contudo, a Igreja Católica do Brasil e o Estado no Brasil apenas se separariam com a Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891, que transformou o Brasil em um Estado laico. Daí, em diante, se iniciou a romanização do catolicismo brasileiro, através da qual, houve uma reaproximação da Igreja Católica do Brasil com Roma e a autoridade papal.

De acordo com Cancian (2011), observamos que a separação entre Igreja Católica e Estado ocorreu no Brasil a partir de 1889, com a proclamação da República e com a Constituição de 1891, que inaugurou um Estado laico no país. Houve o fim do padroado, o casamento religioso perdeu importância para o casamento civil e a educação também foi laicizada. Porém, o Estado brasileiro permitia o culto ao catolicismo, a diferença básica era que, a partir daí ele foi equiparado a todas as outras religiões praticadas no Brasil. Em face disso, um ano após a proclamação da República, o Estado parou de financiar o clero católico. A Igreja Católica necessitaria desenvolver estratégias de expansão do catolicismo pelo Brasil, doravante sem contar com o apoio e subsídio governamental. Mas, como a organização eclesiástica da Igreja Católica do Brasil estava precária a solução, mais viável encontrada para melhorá-la, foi à reaproximação com o Vaticano, ou seja, a “romanização”.

Até o período em que esteve vinculada ao Estado, a Igreja Católica do Brasil oficialmente não havia se aproximado dos grupos menos favorecidos, ou marginalizados socialmente, embora houvesse exceções a esse posicionamento dentro do clero brasileiro, e, mesmo após o início desse novo período, essa instituição religiosa persistiu em manter uma postura conservadora, optando por uma maior aproximação com as elites dominantes. Todavia, a partir de meados do século XX a Igreja Católica do Brasil começou a enfrentar um

¹²⁴ Como motivos da Questão Religiosa, observamos, além da prisão de bispos influentes no Brasil, a existência de duas outras razões que nos ajudam a melhor compreendê-la. Primeiro o interesse do papa Pio IX (1846-1878) de obter mais poder temporal que os Estados, conforme a doutrina do ultramontanismo, mesmo nos locais onde o Padroado era vigente, tendência que havia sido reafirmada no Concílio Vaticano I (1869-1870). E segundo a publicação do documento *Syllabus*, pelo papa Pio IX em 1864, que condenava a maçonaria por se declarar anticatólica. O problema era que tanto o D. Pedro II quanto alguns membros da elite e do clero brasileiro eram declaradamente maçons. Dessa forma, tanto o ultramontanismo quanto o *Syllabus* rivalizavam com os interesses do governo imperial brasileiro. Ver: CANCIAN, Renato. **Igreja católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

dilema, pois havia se aproximado bastante das elites dominantes, que agora estavam aos poucos se distanciando da mesma, devido à crescente secularização da moral judaico-cristã, que conforme abordamos na seção anterior, também se desenvolvia no Brasil. O novo caminho encontrado, por alguns padres e bispos, foi buscar uma maior aproximação com a população carente através da defesa de uma maior justiça social no Brasil.

“Novas ideias nos levam a Roma...”: a Igreja Católica do Brasil e a justiça social

Enquanto uma instituição religiosa e social (MAINWARING, 2004), a Igreja Católica sempre buscou a sua preservação atentando-se para a realidade em que esteve inserida, questionando-a e elaborando propostas para solucionar os empecilhos a sua sobrevivência institucional. A partir dessas “propostas”, que equivalem aos pronunciamentos institucionais, e do que definitivamente é colocado em prática por essa instituição religiosa, consideramos que ao longo do tempo se produziram discursos, significações através das quais se pode obter uma leitura da realidade vivida pela instituição em um dado período.

Baseando-se em Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007), entendemos os discursos como algo produzido com a intenção de alterar o comportamento alheio ou comover o público, diferencialmente de um pronunciamento que seria apenas a exposição de uma opinião. Analisamos também que cada discurso tem um contexto de produção e se dirige a um público receptor em específico, cabendo ao historiador identificá-los a fim de compreender o discurso. Em face disso, pensamos que se o contexto de produção do discurso oficial da Igreja Católica era a realidade europeia da época, também o seu público receptor, ou público alvo, seria especificamente o povo europeu. Tornando-se evidente que não necessariamente aquilo que fosse adequado ao contexto europeu serviria, ou se aplicaria, à realidade brasileira.

Contudo, justamente por terem como alvos contextos diferentes existiria a possibilidade de algumas diretrizes causarem mais impacto em uma realidade que em outra. Então, tornou-se imprescindível que evidenciássemos a diferença entre a realidade da sede institucional, ou seja, no Vaticano, em Roma, associado ao contexto histórico europeu, através do qual e para o qual são pensadas e tomadas as decisões da Igreja Católica, e a realidade da Igreja Católica do Brasil, que apresenta características bastante particulares do contexto histórico brasileiro.

Qual era a realidade da Igreja Católica em sua sede institucional e também no Brasil em meados do século XX, no período anterior ao Concílio Vaticano II? E até que ponto as particularidades da realidade brasileira interferiam nas orientações do Vaticano para a Igreja Católica do Brasil? Colocar essas indagações foi fundamental para entendermos os caminhos do clero brasileiro naquela época anterior ao Concílio Vaticano II e, para tanto, tivemos que recuar até o final do século XIX, quando o Papa Leão XIII (1878-1903), publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, o que, conforme já analisamos na seção anterior, serviu de base para a Doutrina Social da Igreja Católica, cujo objetivo principal era diminuir a miséria vivida pelos operários europeus no século XIX.

Nesse sentido, observamos através de Nascimento Filho (2008) que no final do século XIX a Europa já era bastante urbanizada e industrializada, sendo que as teorias marxistas e ateístas ao serem difundidas numa sociedade industrial, cujos operários eram muito explorados, poderiam significar um maior perigo à Igreja Católica e, para evitar isso, a Igreja começaria aos poucos a defender a justiça social, especialmente através de encíclicas papais. Contudo, enquanto os Papas elaboravam suas encíclicas, com maior foco para a realidade europeia, que era urbana e industrial, a realidade brasileira se encontrava bastante diferente, pois enquanto na primeira metade do século XX, Rio de Janeiro e São Paulo já eram os principais centros urbanos e industriais do país, o restante dos brasileiros ainda vivia predominantemente no campo, segundo MOREIRA (2003), até os anos 1950, “a maior parte da população nacional, cerca de 70%, vivia em zonas rurais” (MOREIRA, 2003, p. 190). Isso somente começaria a mudar a partir da década de 1960.

Ademais, a situação de miséria em que vivia grande parte dos brasileiros estimulava a muitas pessoas, especialmente os moradores das regiões menos desenvolvidas industrialmente, como o Norte e Nordeste, a migrarem para a região Sudeste, onde se concentrava a maioria do parque industrial nacional, em busca de uma vida melhor, porém, sem garantias de oportunidades de empregos e de obter moradias dignas.

Atentos a realidade local, alguns sacerdotes, ao perceberem que essa migração desordenada, rumo aos principais centros urbanos e industriais brasileiras, propiciava um crescimento de favelas, por falta de estruturas nesses locais para acolher os migrantes, e, até mesmo, da criminalidade urbana, em decorrência da ausência de vagas de trabalho ou de cargos com remuneração insuficiente para prover o sustento familiar básico, passaram a defender uma maior justiça social no Brasil, baseando-se na Doutrina Social da Igreja. No

entanto, esse posicionamento, em prol das causas sociais, não era unânime no clero brasileiro. (AZZI, 2008).

Para AZZI (2008), no Brasil, em meados do século XX, já se verificava a influência do modernismo literário e artístico nas peças de teatro, nas novas tendências musicais e nos meios de comunicação de massa, como o Rádio, o Cinema e a Televisão, que iniciou suas transmissões no Brasil na década de 1950 e trouxe novos hábitos de vida, como a vida noturna em espécies de casas de *shows*. Aos poucos a influência desses elementos contribuíram para a secularização da tradição judaico-cristã no Brasil, semelhantemente ao que analisamos no restante do mundo ocidental na seção anterior, e a Igreja Católica experimentava uma crescente perda de fiéis para outras religiões, como o protestantismo e o espiritismo, principalmente nos centros urbanos.

Esse processo, de secularização da tradição judaico-cristã, ganhou mais força no Brasil a partir dos anos 1950 com o projeto de modernização e industrialização capitalista no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo Moreira (2003, p. 160), o presidente JK buscou ampliar o parque industrial brasileiro, gerando mais empregos, e também o mercado consumidor nacional, permitindo que a classe média consumisse produtos que anteriormente eram obtidos no Brasil apenas via importação:

Em fins da década de 1940 e princípios da década de 1950 as transformações da economia brasileira eram bem mais visíveis. A indústria já podia ser considerada o “carro chefe” do desenvolvimento e a agricultura voltada para o mercado nacional, em termos de crescimento, era mais dinâmica do que aquela direcionada para a demanda. Contudo, o setor agro-exportador [sic] permanecia, extremamente importante, pois era aquele que trazia divisas ao país – indispensáveis, aliás, para promover a tão desejada industrialização nacional. A ascensão de Juscelino ao poder, em 1956, com uma plataforma abertamente industrialista, confirmava a nova tendência da economia [...]. (MOREIRA, 2003, p. 178).

Segundo Antônio Montenegro (2003), os trabalhadores rurais nordestinos começaram a deixar o campo em meados do século XX porque, além da miséria em que viviam, iniciavam-se alterações nas relações tradições de dominação na zona rural, por meio da introdução de relações capitalistas de trabalho. E, com isso, os patrões se recusariam a manter a tradição de doar sítios para que as pessoas do campo praticassem a agricultura de subsistência. Dessa forma, ganhava força “[...] a possibilidade de mudança para o Recife ou para outros locais de trabalho em face da ruptura do pacto patriarcal, pois os senhores

parecem atender cada vez menos à antiga representação de que suprem a necessidade do trabalhador” (MONTENEGRO, 2003, p. 246).

Ao se conscientizarem, do avanço das relações capitalistas de trabalho na zona rural, os trabalhadores do engenho Galileia, no Estado de Pernambuco, uniram-se e fundaram uma sociedade assistencialista: a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). A SAPPP obteve apoio do deputado e advogado Francisco Julião, que se destacou na defesa dos trabalhadores rurais frente aos interesses dos latifundiários. Com a sua expansão, pelo Nordeste brasileiro, principalmente, nos Estados de Pernambuco e Paraíba, a SAPPP organizaria congressos rurais para debater a questão agrária na região, recebendo o apoio de militantes e ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que motivou a imprensa a colocar-lhe o apelido de “Ligas Camponesas”.

Em contrapartida, a Igreja Católica do Brasil reagiu ao crescimento de movimentos de tendências comunistas na zona rural. E, logo, surgiriam atividades de prestação de assistência social que se apresentaram como um bloqueio ao crescimento de ideias e/ou movimentos comunistas no espaço rural brasileiro. Um exemplo disso, foi o Sindicalismo Rural Católico, que se constituiu em uma resposta ao sindicalismo de esquerda, que emergia no meio rural. A ação pastoral da Igreja do Brasil na zona rural buscava melhorar as condições de vida dos trabalhos rurais, para diminuir a sua migração para os centros urbanos e industriais nacionais, e também conter o avanço de movimentos revolucionários de viés comunista no campo.

O Movimento de Educação de Base (MEB), que surgiu através de uma parceria entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, também almejava melhorar as condições de vida da população rural. Pode-se dizer que o MEB se desenvolveu a partir do chamado “Movimento de Natal”, desenvolvido por Dom Eugênio Sales, no Rio Grande do Norte. O MEB buscou reduzir o analfabetismo na zona rural e também cuidar da saúde das pessoas do campo.

A partir do MEB surgiram às escolas radiofônicas. Dom José Vicente Távora, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, se reunira com Jânio Quadros, então candidato à presidência da República, que prometera, se eleito, criar o MEB. Na mesma época por meio de um convênio com a CNBB pretendia-se instalar 75.000 escolas radiofônicas pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste em um prazo de até 5 anos. Quando Dom Távora passou a ser bispo da diocese de Aracaju permitiu que se utilizassem as escolas radiofônicas para alfabetização em Sergipe. *“A diocese de Aracaju, para onde fora transferido como bispo D. José Távora,*

auxiliar do Rio de Janeiro, abriu também espaço para a experiência das escolas radiofônicas” (AZZI, 2008, p. 135).

Já que a realidade brasileira era distinta da europeia, seria preciso que a Igreja Católica do Brasil adaptasse o discurso expresso pelo Vaticano, que se encaixava melhor naquela realidade predominantemente urbana e industrial europeia que na realidade rural brasileira. Como verificamos, se na Europa o problema era o abuso dos patrões ou empresários com seus funcionários, no Brasil a injustiça social e a miséria recaíam mais sobre a responsabilidade do poder público, já que se tratava de um país rural, onde muitas pessoas padeciam com a seca.

A partir do conceito de práticas e representações de Roger Chartier (1990), observamos que as representações são expressas por discursos, socialmente construídos, que moldam a forma de pensar de uma sociedade em certo período, e entendemos que a Igreja do Brasil ao perceber que a miséria e a falta de cuidados por parte dos governantes brasileiros para com os pobres levava muitos moradores da zona rural, principalmente os nordestinos, a migrarem para os centros urbanos e industriais localizados na região Sudeste e, concomitantemente, o surgimento de movimentos de esquerda com tendências comunistas e ateístas, resolveu adotar uma nova postura para com a população carente, para que, dentre outros fins, também permanecesse garantido seu espaço de atuação enquanto uma instituição religiosa no Brasil.

No Nordeste, a Igreja Católica passou a realizar ações sociais em prol dos oprimidos e necessitados, como a prestação de serviços de assistência em saúde, educação, defesa de terra, entre outros. Essas ações sociais tornaram-se bem-sucedidas graças ao trabalho dos leigos, que mesmo em um período anterior ao Concílio Vaticano II, já tinham sido autorizados pelo Papa Pio XI (1922-1939) a atuar no Brasil devido à relativa escassez de vocações sacerdotais locais (SOUZA, 2004). Logo, surgiram no país diversos movimentos leigos, instruídos, no dizer de Isaías Nascimento Filho (2008), sob uma perspectiva do “amor por completo”, na qual, caridade era sinônimo de justiça social e, portanto, era melhor lutar e/ou trabalhar por melhorias sociais na vida das pessoas carentes que simplesmente dar esmolas.

Baseando-se nessas exposições, analisamos que, grosso modo, algumas práticas que foram utilizadas pela Igreja Católica do Brasil, ou mesmo por Igrejas de outros países, que também almejavam mudanças ou transformações na instituição como um todo, já seriam consideradas uma prévia do *aggiornamento* que somente se concretizaria no Vaticano II.

Sabemos que as liturgias das missas, oficialmente, somente puderam ser realizadas em línguas vernáculas após o Concílio Vaticano II. E somos tentados a imaginar o impacto que uma notícia divulgada no jornal *A Cruzada* em 1955 – anos antes do anúncio do Vaticano II – causou na sociedade sergipana ao informar que na Holanda alguns bispos experimentaram usar a sua língua nacional, ao invés do latim, em ritos litúrgicos:

Os bispos católicos da Holanda resolveram editar um ritual para a província eclesiástica dos países baixos usando a língua vernácula e modernizando diversas cerimônias na liturgia de sacramentos e sacramentais. Assim na administração do batismo, da extrema-unção, nas orações e bênçãos do casamento, dos enterros e exéquias deverá ser usada o mais possível a língua vernácula. As cerimônias receberão formas mais modernas e adaptadas à mentalidade e compreensão do homem de hoje, sendo assim, próprios para significar aos fiéis o sentido da ação litúrgica.¹²⁵

Para Dom Helder Câmara¹²⁶, desde o Congresso de Assis (1956), já havia a intenção de se viabilizar a utilização de ritos litúrgicos nos idiomas vernáculos. Câmara, ao falar sobre as prováveis mudanças na “Santa Missa”, que estavam em debate no Vaticano II, mencionou:

Em lugar da Epístola e Evangelho em latim, Sagrada Escritura lida em vernáculo, diretamente ao povo e explicada em homilia. Já era voto do Congresso Litúrgico de Assis (1956), retomado na Semana Internacional “Missão e Liturgia” (Holanda, 1959) e na Semana Internacional “Missão e Catequese” (Mônaco, 1960).¹²⁷

A partir do que já analisamos na seção anterior das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Koselleck (2006a), podemos argumentar que essas práticas desenvolvidas no Brasil, e também em outros locais do mundo, já apresentavam o que Koselleck (2006b, p. 100) chamou de apelo ao futuro, que seria uma expressão/conceito que trata de algo, como um modelo organizacional, que ainda não se encontra no presente atual, mas que já pode ser experimentado através da formulação na linguagem.

A exemplo, vejamos o que Koselleck (2006b) comentou sobre a Revolução Francesa. *“Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na*

¹²⁵ Cf. *A Cruzada*, 26.02.1955, p.1.

¹²⁶ Cf. 3ª Circular, Roma, 17 de outubro de 1962. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). **Dom Helder Câmara - Circulares Conciliares Volume I – Tomo I**. Pernambuco: Editora Cepe - Companhia Editora de Pernambuco. (Digital).

¹²⁷ Cf. 3ª Circular, Roma, 17 de outubro de 1962. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). **Dom Helder Câmara - Circulares Conciliares Volume I – Tomo I**. Pernambuco: Editora Cepe - Companhia Editora de Pernambuco. (Digital).

linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los” (KOSELLECK, 2006b, p. 102). Percebemos que tanto nesse exemplo, quanto no nosso estudo, os conceitos passavam a não serem mais expressos apenas pelos “espaços de experiências” disponíveis, já que doravante extrapolavam os limites da experiência adquirida e começavam a se basear no que estava por se realizar, ou seja, numa expectativa futura.

A partir disso, a adoção dessas práticas não ocorreu porque a Igreja Católica em alguns locais estava à frente do então tempo presente, mas justamente porque nesses locais – e inclusive nos demais locais onde essas práticas não foram usadas – ela se encontrava em plena sintonia com as transformações que ocorriam em seu “espaço de experiência” e buscou aos poucos a pôr em prática, em certos locais, algumas dessas mudanças em caráter experimental, através da aplicação de princípios de sua Doutrina Social, conforme discutimos na seção anterior. De forma que essas “novas” práticas funcionavam como pequenos testes para verificar o impacto que a legitimação de tais mudanças poderia causar na sociedade ocidental no século XX, e por isso, apresentavam um apelo ao futuro, ou seja, a um novo “horizonte de expectativas” que apenas se realizaria com a oficialização dessas práticas pela Igreja Católica.

Percebemos que a diferença entre essas práticas, anteriores e as posteriores ao Concílio Vaticano II, seriam a oficialização, presente nas últimas, após serem concedidas pela hierarquia da Igreja Católica. “*Neste sentido, as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo de novo*” (MAINWARING, 2004, p. 63). Pois, conforme defendeu Scott Mainwaring (2004), em uma instituição bastante hierarquizada, como a Igreja Católica, qualquer decisão ou prática que não fosse instituída “de cima”, ou seja, do sumo pontífice, não teria legitimidade e não seria oficialmente reconhecida. Assim, “*a mudança iniciou-se a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula*” (MAINWARING, 2004, p. 63).

No entanto, não se pode negar o pioneirismo e a importância do trabalho, tanto de leigos quanto de padres ou bispos antes do Concílio Vaticano II, para que a Igreja Católica amadurecesse a ideia de promover tais mudanças. E sendo o Nordeste, a região brasileira que mais sofria com a seca e a miséria, de lá surgiram vários leigos, padres e bispos que adotaram esse “novo perfil”, baseando-se na perspectiva do “amor por completo”, que defendia a justiça social tal qual vinha sendo proposto pela Doutrina Social da Igreja Católica:

Na segunda metade do século, parte dos bispos brasileiros, na sua maioria nordestinos, mais envolvidos com a situação de miséria, fome e exploração

do seu rebanho, foi mais incisiva nas ações baseadas na justiça, para gerar mudanças concretas, de forma autônoma em relação ao governo [...]. (NASCIMENTO FILHO, 2008, p. 19)

Do episcopado brasileiro, um representante nordestino que se destacou na luta em prol da justiça social foi Dom Helder Câmara, cujos esforços foram decisivos para o surgimento de movimentos pastorais e missionários no Brasil, antes mesmo do Concílio Vaticano II.

Dom Helder nasceu no Ceará, Fortaleza, em 1909. Em 1952, Helder Câmara foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro e no mesmo ano atuou decisivamente para conseguir a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que muito colaboraria para a mudança de visão da Igreja Católica do Brasil em relação aos grupos populares. Em outubro de 1952, fundou-se a CNBB, tendo como primeiro secretário geral o próprio Dom Helder, que por meio da CNBB, organizou projetos que objetivavam evitar a migração da população carente brasileira, sobretudo a nordestina, para os grandes centros urbanos.

Não tardaria muito para que vários bispos brasileiros se envolvessem cada vez mais com os problemas sociais e passassem a desenvolver projetos sociais, que tinham como público alvo as camadas mais carentes da população brasileira. Inclusive, uma parcela desses bispos defendeu a Reforma Agrária, como uma medida para reduzir as injustiças sociais no meio rural, contudo essa posição não era consensual entre os bispos, sobretudo, entre os do Sul e Sudeste. Mas, evidencia-se que *“em síntese, a instituição católica mostra-se mais sensível às transformações sociais que estão ocorrendo no país, procurando paulatinamente assumir uma atitude de serviço em favor do próprio povo”* (AZZI, 2008, p. 125).

Além de parte do clero católico, alguns grupos de religiosos e de leigos se engajaram em prol de uma maior justiça social para o povo brasileiro, empenhando-se no desenvolvimento de trabalhos pastorais, sobretudo, em comunidades carentes e favelas. Isso ocorria, por volta da década de 1950/1960, quando o Brasil passava por mudanças políticas e sociais, tanto na zona urbana quanto na zona rural, que motivavam debates sobre o destino político nacional.

Segundo Jorge Ferreira (2011), a geração de brasileiros dos anos de 1950/1960 era:

Uma geração de homens e mulheres que, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras

demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade (FERREIRA, 2011, p. 15).

Paulatinamente, aumentava-se o interesse episcopal pelas causas sociais. Assim, o clero procurou meios de se aproximar dos estudantes universitários, operários urbanos e outros grupos, o que possibilitou a criação de várias organizações católicas como: a Juventude Estudantil Católica (JOC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Após observarmos o momento histórico pelo qual a Igreja Católica passava no Brasil voltamos nossas atenções para a participação do episcopado brasileiro no Vaticano II.

Reunidos na *Domus Mariae*: o episcopado brasileiro durante o Concílio Vaticano II

Como já discutimos anteriormente, a participação do episcopado brasileiro foi inexistente no Concílio de Trento e bastante limitada, apenas 7 bispos, durante o Concílio Vaticano I. Entretanto, essa situação seria alterada drasticamente no Concílio Vaticano II.

Na abertura do Concílio Vaticano I em 1869, a Igreja Católica do Brasil teve uma representação com um peso proporcional muito limitado, em relação aos demais episcopados. Contudo, a situação se alterou bastante na abertura do Concílio Vaticano II em 1962, quando o Brasil possuía 204 bispos, o que segundo Beozzo (2005), dava ao país o terceiro maior episcopado do mundo, atrás somente italiano e estadunidense.

Com o anúncio do Concílio Ecumênico pelo papa João XXIII em 25 de janeiro de 1959 era necessário que se comesasse os preparativos para um evento de tal importância o mais rápido possível. Logo, ao dia 17 de maio de 1959, João XXIII instituiu a Comissão ante preparatória do Concílio Ecumênico, sob o comando do cardeal Domenico Tardini.

João XXIII desejava ouvir de cada um dos bispos, espalhados pelo mundo, uma opinião a respeito dos temas que deveriam ser discutidos no Concílio. Então, Tardini enviou cartas para os bispos e também para outras autoridades eclesiásticas, como prelados e teólogos, a fim de consultá-los para elaborar a agenda conciliar, contendo os principais temas que deveriam ser discutidos no evento. Uma exigência solicitada era que cada resposta fosse escrita em latim.

Segundo Beozzo (2005), para o Brasil foram enviadas um total de 167 cartas. Contudo, somente 132 bispos responderam à consulta papal. Assim, esse autor supôs que algumas cartas possam ter sido extraviadas, mas, no tocante as que foram entregues, houve certa resistência, por vários motivos, de alguns bispos para respondê-las. Devemos lembrar que como o Concílio Vaticano II ainda não tinha sido realizado os poderes dos bispos eram mais limitados que na atualidade, fato que talvez possa ter reprimido alguns, que optaram por não manifestar sua opinião; além disso, devemos considerar a dificuldade de se escrever uma carta em latim, ainda que fosse uma língua estudada nos seminários. Como nem todos os bispos haviam respondido, Tardini enviou-lhes uma segunda carta, que encorajou alguns a mudarem de postura e contribuírem com suas opiniões à consulta temática da agenda conciliar. Porém, mesmo assim, houve bispos que escreveram em outros idiomas em vez do “latim” que foi solicitado:

Alguns dos bispos brasileiros exprimem perplexidade por estarem sendo consultados em negócio de tanta monta e confessam sua incapacidade de opinar sobre a futura agenda conciliar. Outros simplesmente não respondem ou fazem depois da segunda carta que lhes vem de Roma (...). Outros se desculparam por não terem respondido antes, pois a exigência de resposta em latim os havia inibido (BEOZZO, 2004, pp. 132-133).

Se para alguns bispos, à primeira vista, responder à carta com suas “humildes e simples opiniões” não contribuiria com as discussões conciliares, para outros, aquela oportunidade não poderia ser desperdiçada. Assim, Dom Helder Câmara expôs suas preocupações com a pobreza e a miséria tanto no Brasil, sobretudo no Nordeste, quanto no restante no Mundo. “*A resposta de dom Helder vem toda ela voltada para a questão de como organizar a sociedade de modo a superar tanto a pobreza quanto as desigualdades entre pessoas e nações [...]*” (BEOZZO, 2004, pp. 133-134). Ao se concluir a fase ante preparatória, em 5 de junho de 1960, fez-se um levantamento das opiniões emitidas pelos bispos.

A etapa seguinte, a fase preparatória, iniciou-se a partir do documento *Motu proprio Superno Dei nutu* emitido por João XXIII, o qual formou as comissões e os secretariados para preparar o Concílio. “*Sobre as fases antepreparatória [sic] e preparatória pesou um manto de estrito segredo, fazendo com que a opinião pública e mesmo o episcopado mundial ficassem à margem do processo*” (BEOZZO, 2004, p. 135).

Na fase preparatória para o Concílio Vaticano II foram instituídas 11 comissões, sendo uma central, e três secretariados. Dentre as dez comissões tivemos a Teológica, a dos Bispos e

governo das dioceses, a para a disciplina do clero e do povo cristão, a dos Religiosos, a da disciplina dos sacramentos, a da Sagrada Liturgia, a dos estudos e dos Seminários, a da Igreja Oriental, a das Missões e a do Apostolado Leigo. Já dentre os três secretariados tivemos o dos meios modernos de divulgação do pensamento, o para a união dos cristãos e o para a parte econômica e técnica do Concílio.

Todavia, mesmo possuindo o 3º maior episcopado católico do mundo, poucos representantes brasileiros tiveram a honra de serem escolhidos para comporem as comissões preparatórias ou secretariados. Para Beozzo:

O número diminuto e o silêncio imposto aos trabalhos dificultam a recuperação da contribuição que possam ter dado os dez brasileiros envolvidos nessa etapa preparatória, fossem eles membros das comissões ou consultores, bispos ou teólogos (BEOZZO, 2004, p. 137).

Observamos quais as autoridades do clero brasileiro que foram nomeados membros dos organismos preparatórios e suas ocupações naquela época. Segundo Beozzo (2004), da Comissão central, na subcomissão do Regulamento, participou Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (RJ). Da Comissão Teológica, participou Dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre (RS). Da Comissão da Disciplina dos Sacramentos participou Dom Antônio Alves de Siqueira, arcebispo auxiliar de São Paulo (SP) e da Comissão Litúrgica participou o Mons. Joaquim Nabuco. Ou seja, o terceiro maior episcopado teve apenas quatro membros presentes nas comissões preparatórias – sem contar ainda que um não fosse bispo, mas um Monsenhor –, a maioria dos membros dessas comissões eram provenientes da Europa – 636 integrantes, representando 75,09 % do total (BEOZZO, 2004, p. 136).

Vejamos quais as autoridades que foram nomeados consultores dos organismos preparatórios e suas ocupações naquela época. Segundo Beozzo (2004), da Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses participaram Dom Helder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro e Dom Geraldo Fernandes Bijos, bispo de Londrina (PR). Da Comissão da Disciplina dos Sacramentos participou Dom Afonso M. Ungarelli, prelado *nullius* de Pinheiro (MA). Da Comissão Teológica participou frei Boaventura Kloppenburg, OFM – Ordo Fratrum Minorum ou Ordem dos Frades Menores. Da Comissão das Igrejas Orientais participou padre Estevão Bentia, professor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da

Assunção em São Paulo e, por fim, do Secretariado da Imprensa e do Espetáculo participou Dom José Vicente Távora, bispo de Aracaju (SE).

Ao longo das quatro sessões conciliares, que ocorreram a partir da abertura do Concílio Vaticano II, em 11 de outubro de 1962 até o seu encerramento em 8 de dezembro de 1965, o número de bispos brasileiros que participaram das aulas conciliares apresentou oscilações, em parte devido ao crescimento do episcopado brasileiro, que ao final do evento conciliar atingiria a marca de 227 membros, e também devido às crises políticas que a América Latina e o Brasil enfrentavam.

Segundo Beozzo (2004, p. 139), na 1ª sessão participaram 173 de um total de 204, na 2ª sessão participaram 183 de um total de 220, na 3ª sessão participaram 167 de um total de 221, e, na última sessão participaram 192 de um total de 227 bispos. Notamos que houve uma diminuição na presença de bispos brasileiros na 3ª sessão, inaugurada em 14 de setembro de 1964, período posterior ao golpe civil-militar que aconteceu no Brasil em 1964. Ao que nos parece, o clima de tensão política interferiu na participação dos bispos nessa terceira sessão.

Devemos considerar que mesmo o Brasil sendo um país laico, desde a promulgação da Constituição Republicana de 1891, o governo do presidente João Goulart (1961-1964) patrocinou o transporte da delegação católica brasileira para Roma. Porém, com o golpe civil-militar em 1964, tornou-se necessário que o episcopado brasileiro, a partir da terceira sessão conciliar, ou financiasse as próprias viagens ou realizasse um acordo com os generais militares. A opção escolhida foi à última, assim, Dom Helder Câmara negociou com o Marechal Castelo Branco a continuidade do acordo:

Havia, nesse sentido, troca de favores entre o Estado e a Igreja, dentro dos quais se insere a ida, às expensas do erário público, dos bispos para o Concílio. Essas relações definidas na Constituição de 1934, e depois na de 1946, como de “cooperação para o bem comum”, beiravam por vezes uma certa promiscuidade, distante do ideal republicano de separação entre Igreja e Estado, prejudicial à laicidade do Estado e à autonomia da Igreja [...] (BEOZZO, 2005, p. 155).

O episcopado brasileiro inaugurou durante o Concílio Vaticano II a prática de intervir em conjunto por escrito, formando uma colegialidade de bispos. Essa prática permitiu ao episcopado brasileiro manter a articulação e coesão em sua argumentação durante todo o Concílio. Para tanto, destacamos o fato de o episcopado brasileiro ter sido alojado no espaço

Domus Mariae (Casa de Maria), no qual desenvolveram iniciativas de discutir certos temas fora das aulas conciliares, em espécies de órgãos informais do Concílio:

O episcopado brasileiro soube, ao longo do Concílio, intervir nos debates de quase todos os esquemas, de maneira bastante preparada, amadurecida e articulada, exprimindo-se coletivamente em proporções que variavam de dois terços a quatro quintos dos seus membros (BEOZZO, 2004, p. 159).



Bispos brasileiros a caminho de uma aula conciliar, entre os presentes Dom Helder Câmara.¹²⁸

No geral, Beozzo classificou a participação brasileira no Vaticano II como modesta, ao menos em sua quantidade. Pois, de maneira geral os bispos brasileiros não intervieram tanto nas aulas conciliares, somente registraram-se 64 intervenções orais brasileiras. Já os bispos europeus obtiveram a hegemonia nas intervenções com 1330 de um total de 2234 intervenções orais. Não obstante, devemos lembrar-nos das intervenções escritas apresentadas ao secretariado do Concílio, as quais o episcopado brasileiro utilizou bastante, reunindo em uma mesma intervenção escrita a assinatura de vários bispos brasileiros e, em alguns casos, até de bispos de outras nacionalidades o que aumentava o peso e relevância de suas intervenções. É importante ressaltar que as intervenções escritas “[...] só se tornaram disponíveis e publicamente conhecidas anos depois, quando da publicação das atas do Concílio, por mandato de Paulo VI” (BEOZZO, 2004, p. 142).

Para alguns bispos, o Concílio Vaticano II constituiu-se numa verdadeira universidade, na qual puderam aprender bastante e, principalmente, sofrer uma reciclagem em seus

¹²⁸ Imagem disponível em: < <https://fratresinunum.files.wordpress.com/2011/05/bispos-brasileiros-no-cvii.jpg> > Acesso em 07/02/2017 às 19 horas e 36 minutos.

conhecimentos. O episcopado brasileiro pode “*participar de uma ampla e profunda experiência de reciclagem bíblica, teológica, pastoral, mas também social, política e cultural, por intermédio das ‘conferências da Domus Mariae’ [...]*” (BEOZZO, 2005, p. 59).

Nos seus dez primeiros anos de existência a CNBB (1952-1962) não foi capaz de definir um Plano Pastoral de Conjunto (PPC) para a Igreja Católica do Brasil, apenas desenvolveu um Plano de Emergência em 1962. Não obstante, a partir da convivência do episcopado brasileiro na *Domus Mariae*, surgiu uma visão em comum, através das discussões realizadas naquele espaço e também das discussões conciliares. O episcopado brasileiro conseguiu elaborar o seu primeiro PPC na VII Assembleia Geral da CNBB, realizada em Roma no ano de 1965, durante a última sessão do Concílio Vaticano II.

IV

SERGIPE NO E A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

Considerando a história recente da Diocese de Aracaju, surgida em 1910, e, posteriormente elevada a Arquidiocese em 1960, temos que ponderar que de um grupo pequeno composto por um total de quatro bispos¹²⁹ que participaram das aulas conciliares apenas um único não esteve presente em todas as quatro sessões¹³⁰. É certo que suas intervenções nas aulas conciliares também foram restritas e nessa parte o episcopado sergipano não se destacou do restante do Brasil. Contudo, é essencial lembrarmos o período preparatório ao Concílio Vaticano II. Já citamos na seção anterior que somente 10 representantes brasileiros foram nomeados para trabalharem na fase preparatória do Concílio Vaticano II, sendo 4 escolhidos como membros e 6 como consultores das comissões ou secretariados. Dentre esses 10 escolhidos, estava o arcebispo de Aracaju Dom Távora, que atuou como consultor no Secretariado da Imprensa e do Espetáculo. Uma edição do jornal *A Cruzada* destacou esse fato em sua capa:

Nossa Arquidiocese acaba de ser honrada, ante distinção excepcional com que o Santo Padre João XXIII acaba de nomear o nosso Arcebispo Metropolitano Dom José Vicente Távora para uma das Comissões preparatórias do próximo Concílio Ecumênico que se realizará em Roma.¹³¹

Dom Távora já recebera destaque por seus trabalhos jornalísticos, antes mesmo de ser Bispo de Aracaju. Além dele, a figura do então monsenhor Luciano José Cabral Duarte também ganhou notoriedade em suas atuações nos campos religioso, educacional, social e cultural – conforme já discutimos na primeira seção deste trabalho.

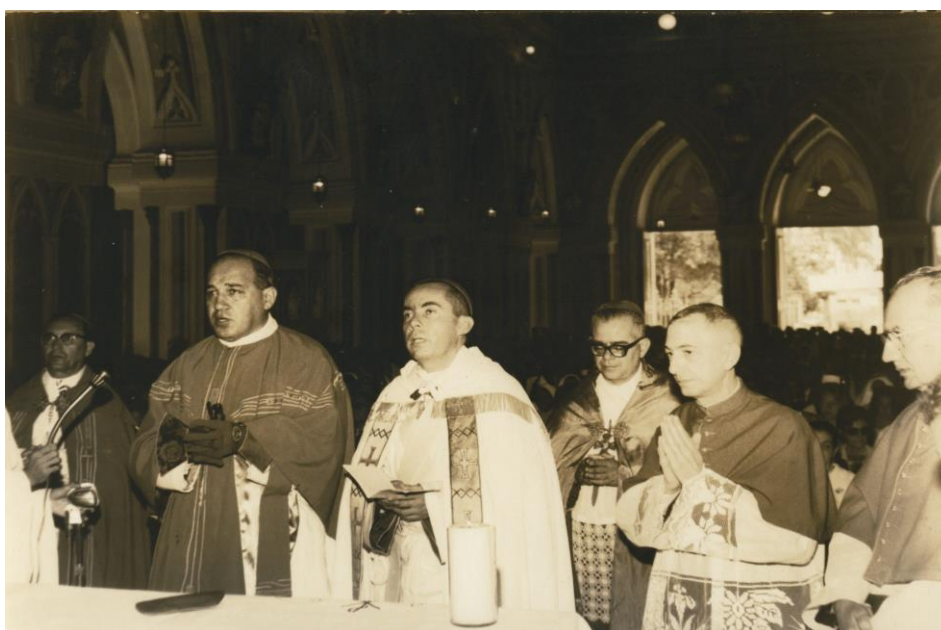
Dom Távora e, o futuro, Dom Luciano, que a partir de 1966 seria nomeado, por Paulo VI, bispo auxiliar da arquidiocese de Aracaju, foram escolhidos pela revista *O Cruzeiro* para serem seus correspondentes durante o Concílio Vaticano II:

¹²⁹ Os quatro bispos que representaram Sergipe ao longo do Concílio foram: Dom José Távora (Arcebispo de Aracaju), Dom Nivaldo Monte (Bispo auxiliar de Aracaju), Dom José Bezerra Coutinho (Bispo de Estância) e Dom José Brandão de Castro (Bispo de Propriá).

¹³⁰ Contudo, deve se considerar o fato de que este bispo em questão, Dom Nivaldo Monte, ainda não era bispo auxiliar de Aracaju na época da primeira sessão conciliar e, portanto, não poderia ter participado da mesma já que esta se encerrou em 8 de dezembro de 1962 e ele apenas foi sagrado bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju em 21 de julho de 1963. Cf. *A Semente*, 11.10.1962, p.4.

¹³¹ Cf. *A Cruzada*, 26.11.1960, p.1.

Para a cobertura jornalística do Concílio Ecumênico, “O Cruzeiro” enviou a Roma dois representantes, que, além de integrarem a comitiva da Igreja Católica do Brasil, foram investidos das funções de repórteres, com credenciais desta Revista. São eles: Monsenhor Luciano Duarte, diretor da Faculdade de Filosofia de Aracaju, formado em Teologia e Filosofia pelo Colégio Pio Latino de Roma, e Dom José Vicente Távora, Bispo de Aracaju, membro do Secretariado para Assuntos de Imprensa do Concílio Ecumênico. Será através das reportagens desses dois sacerdotes que os leitores de “O Cruzeiro” ficarão a par dos trabalhos do grandioso conclave, que monopoliza a atenção do Mundo nestes dias.¹³²



Sagração episcopal de Luciano Duarte na Catedral Metropolitana de Aracaju, entre os presentes Dom Távora.¹³³

Buscamos ao longo desta seção analisar a participação de Luciano Duarte enquanto repórter no Concílio Vaticano II, por meio de suas publicações na revista *O Cruzeiro*, e também as ressonâncias das orientações conciliares em e para a Arquidiocese de Aracaju através do jornal *A Cruzada*.

Sergipe às vésperas e durante o Concílio Vaticano II

Na segunda metade do século XX ocorreram novas mudanças na Igreja Católica em Sergipe. Segundo Isaías (NASCIMENTO FILHO, 2008, p. 81), a criação da arquidiocese de

¹³² Cf. Concílio Ecumênico. In: Revista *O Cruzeiro*. 3/11/1962. Disponível em: DUARTE, Carmen Dolores Cabral. (org.). **Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 1999, p. 35.

¹³³ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 2661.

Aracaju já era um ideal de Dom José Thomaz. Todavia, foi somente no bispado de Dom Távora, enquanto o mundo vivia a fase preparatória (5 de julho de 1960 – 11 de julho de 1962) para o Concílio Ecumênico Vaticano II, que houve a criação da Arquidiocese de Aracaju, em 2 de julho de 1960, quando se fundou a Província Eclesiástica de Aracaju:

Sergipe católico foi sacudido por um frêmito de entusiasmo, ao ouvir pelo meio dia do último sábado, 2 do corrente, através de uma cadeia radiofônica formada por todas as quatro emissoras sergipanas, a notícia alvissareira, dada pessoalmente por S. Excia. Revma. D. José Vicente Távora, de que, a partir daquele momento, pela graça de Deus e por decreto de Sua santidade o Papa João XXIII, gloriosamente reinante, estava fundada a nova Província Eclesiástica de Aracaju, com a criação oficial das Dioceses de Propriá e Estância e a elevação da diocese de Aracaju à categoria de Arquidiocese.¹³⁴

Para que a Diocese de Aracaju fosse elevada à categoria de Arquidiocese era imprescindível que antes se concretizasse as instalações das dioceses de Estância e Própria, o que somente veio a ocorrer em outubro de 1960. Assim, o núncio apostólico, Dom Armando Lombardi foi escolhido como representante do papa João XXIII para visitar Aracaju e promover a solenidade de criação da Arquidiocese. “No dia 14 de outubro, [...] o referido Núncio, [...] instalou a Província Eclesiástica de Aracaju e deu posse a Dom José Vicente Távora como seu primeiro Arcebispo Metropolitano” (NASCIMENTO FILHO, 2008, p. 86).

Observamos como *A Cruzada* noticiou os fatos, dando ênfase à alegria do povo sergipano, a cobertura do evento via rádio e também a maneira como o povo aracajuano “reagiu” naquele momento histórico:

Recebido com honras de Estado, o representante do Papa foi saudado pelo Prefeito da cidade, Senhor José Conrado de Araújo, que disse da satisfação de todos os sergipanos, em receber tão alto dignitário da Igreja Católica. [...] Com uma cobertura radiofônica, todo o trajeto, desde o Aeroporto, até o Palácio Olímpio Campos, foi transmitido, por meio dos diversos postos de transmissão, especialmente instalados. [...] Podemos dizer, que o povo de Aracaju, acorreu em massa, para ver o seu querido Bispo, Dom José Vicente Távora, ser elevado à dignidade de Arcebispo, o primeiro da Capital sergipana, sonho que todos sustentavam, de há muito e que agora se tornava realidade. Aracaju já não aparentava aquele aspecto de província. Agora, poderíamos dizer com toda ênfase, que Aracaju, era a Capital de Sergipe. Aracaju era um Arcebispado.¹³⁵

¹³⁴ Cf. *A Cruzada*, 09.07.1960, p.1.

¹³⁵ Cf. *A Cruzada*, 22.10.1960, p.1.

O núncio apostólico, Dom Armando Lombardi, instalou no dia 15 de outubro de 1960 a Diocese de Estância e no dia 16 de outubro de 1960 a Diocese de Propriá. Vale ressaltar que na época somente a Diocese de Propriá teve seu bispo empossado junto com sua instalação – Dom José Brandão de Castro –, já que monsenhor Francisco de Assis Portela renunciou ao cargo o bispo da Diocese de Estância. Assim, somente em 16 de abril de 1961 é que a Diocese de Estância teve seu primeiro bispo, Dom José Bezerra Coutinho.

Após analisarmos a implantação da Arquidiocese de Aracaju observamos o período entre 1945 e 1964 a fim de entender as novidades que chegaram em Sergipe, que inserido no contexto histórico brasileiro, mesmo apresentando suas peculiaridades, não deixou de experimentar os impactos da modernidade. Por mais que durante a primeira metade do século XX o clero católico tivesse se esforçado para fazer prevalecer o catolicismo romano na sociedade sergipana, a partir desse período tanto a secularização quanto a aceitação e prática de outras religiões ganharam mais força e, assim como o restante do mundo católico, a Igreja Católica de Sergipe também ansiava por mudanças de acordo com os “novos tempos”.

Nessa mesma época o rádio alcançava o seu “lugar de sol” ou mesmo de “relógio” em Sergipe. Em 1939 surgiu a Rádio Aperipê, posteriormente chamada de Difusora, que funcionava como uma rede oficial, mas que tinha um raio de ação limitada. Tempos depois, em 1953, nascia a Rádio Liberdade, cuja função era de atuar como um mecanismo de oposição ao governo. Logo, essa última “[...] *empenhada em ganhar ouvintes, representou um marco para os meios de comunicação de Sergipe, afetando os hábitos do sergipano*” (DANTAS, 2004, p. 164). O rádio mais que nenhum outro dos meios de comunicação da época ganhava espaço no cotidiano dos sergipanos, que aos poucos passavam a condicionar suas atividades diárias, incluindo o lazer, em função da programação das rádios – como a transmissão de partidas de futebol, rádionovelas, programas de auditório, entre outros.

Em tempos nos quais os modernos meios de comunicação permitiam cada vez mais o acesso a informações e lazer em Sergipe, como a Igreja Católica, que desde a criação da Diocese de Aracaju em 1910 vinha se empenhando em se romanizar, combatendo os elementos do catolicismo popular e impedindo o avanço tanto sincretismo religioso quanto de outras religiões, poderia continuar mantendo seus fiéis se estes ainda não podiam ter uma participação ativa nas missas, já que ainda eram celebradas em latim. Essa preocupação não era exclusiva do clero sergipano, conforme já discutimos, todo o mundo católico a enfrentava.

Recordamos que o rádio não exigia um público letrado como os jornais e revistas científicas, o que possibilitava mesmo aos analfabetos o acesso a informações, tanto locais quanto nacionais. Assim, ao desconsiderarmos o posicionamento político de cada rádio, percebemos uma contribuição para o desenvolvimento de um senso crítico das camadas mais populares da população sergipana. E não tardaria para que a Igreja Católica “respondesse” aos “sinais” dos tempos modernos, anteriormente ao Concílio Vaticano II, sendo que em 1959 a Rádio Cultura iniciava suas transmissões:

[...] a Rádio Cultura de Sergipe apresenta-se com um programa de ação especificamente educativo [...]. De começo irá receber ajuda do Governo Federal para introdução entre nós, do sistema de escolas radiofônicas, através das quais irá exercer um papel verdadeiramente revolucionário no meio sergipano. Trezentas unidades escolares serão inicialmente disseminadas por todo o interior do Estado, indo levar a alfabetização aos sítios mais afastados dos meios urbanos [...]. Por outro lado lançará uma campanha de distribuição de rádios cativos, alimentados com pilhas, de custo acessível a uma larga percentagem de família [sic] rurais, [...] com programas instrutivos que irão operar inclusive proveitosa modificação nos hábitos de trabalho e de vida, dos habitantes do campo. [...]. A indústria e o comércio que produz e vende artigo de consumo acessível [sic] à classe modesta do interior, poderão alcançar agora, com os seus anúncios radiofônicos, u’a [sic] multidão enorme de ouvintes que antes escapavam grandemente ao chamado “efeito de demonstração”, isto é, não sofriam o estímulo ao consumo, que a propaganda desperta.¹³⁶

Para Ibarê Dantas (2004, p. 164), a Rádio Cultura “[...] *embora ligada à Diocese, tinha orientação bastante secularizada*”. Isso até a própria Igreja Católica admitia, contudo deixava claro qual seriam as “limitações” de atuação dos não-católicos em suas transmissões:

A Rádio Cultura de Sergipe é uma Sociedade Anônima, da qual a Arquidiocese é a maior acionista, por isso se constituindo num instrumento de ação da Igreja em Sergipe. Mas sendo da Igreja ela é de todos inclusive dos que não se dizem católicos que até podem utilizar o seu microfone para difundir elementos gerais da arte e da cultura, desde que respeitem os princípios doutrinários que a enformam [sic] e para cuja propagação nasceu.¹³⁷

Vimos que mesmo apresentando essa “orientação secularizada” a Rádio Cultura apresentava um projeto em sintonia com planos educativos da então Diocese de Aracaju de

¹³⁶ Cf. A Cruzada, 25.07.1959, p.3.

¹³⁷ Cf. A Cruzada, 26.11.1960, p.3.

difundir o catolicismo em Sergipe e também de possibilitar o progresso e o desenvolvimento do homem rural, como era do agrado de Dom Távora:

[...] D. José Távora propôs-se e realizou a instalação dessa Emissora como etapa importantíssima do seu programa para a penetração em tôdas [sic] as camadas humanas do Estado, levando a todas elas através da radiofonia, ao lado dos elementos gerais de uma cultura sadia sob tôdos [sic] os aspectos, a mensagem vibrante do Evangelho, o fermento regenerador do cristianismo. [...] D. José Távora como homem de fé sabia que as bênçãos [sic] protetoras de Deus não faltariam à nova rádio que se lançava a tão altos objetivos de combate contra todas as formas de ignorância, [...] difundindo entre tôda [sic] a população os elementos salutares da arte e os princípios vitais de uma autêntica cultura cristã.¹³⁸

Com o rádio, a música também recebia mais atenção dos sergipanos que aos poucos começavam a experimentar novos ritmos musicais, alguns até internacionais. O teatro também se desenvolveu em Sergipe, na época houve a criação do auditório do Colégio Atheneu em 1954 para receber apresentações teatrais e/ou concertos musicais. Não obstante, depois do rádio consideramos o que maior destaque no sentido de trazer novos valores culturais dos “tempos modernos” para os sergipanos foi o cinema. *“Ao todo, chegamos aos anos sessenta com 45 casas de exibição de filmes, a maioria das quais situadas no interior do Estado”* (DANTAS, 2004, p. 166). E mais uma vez a Igreja Católica não permaneceu como mera espectadora dos “sinais” dos tempos modernos, sendo que logo entrou em funcionamento o Cinema Vera Cruz associado à Diocese de Aracaju, também anteriormente ao Concílio Vaticano II. Além disso, realizava críticas a exibição de conteúdos impróprios para menores em certos cinemas locais:

Ainda uma vez voltamos a advertir os proprietários de cinema desta Capital e pedir providências ao Sr. Juiz de Menores contra a exibição de “traielers” [sic] de filmes proibidos para menores nas sessões de cinematográficas de censura livre. [...] Ainda esta semana recebemos queixa por exibição de um dêstes [sic] traielers [sic] impróprios, num dos principais cinemas da cidade [...]. Os interesses da moral devem permanecer muito acima de quaisquer outros interesses particulares e a formação da juventude deve ser preservada a todo custo contra a influência dos espetáculos deletérios.¹³⁹

Quando observamos a preocupação da Igreja Católica quanto à introdução dessa gama de novos valores culturais, em todo o mundo, percebemos que além dos problemas da

¹³⁸ Cf. A Cruzada, 26.11.1960, p.3.

¹³⁹ Cf. A Cruzada, 17.09.1960, p.3.

incompreensão dos fiéis da liturgia em latim, devemos ressaltar a popularização, crescimento e uma maior “liberdade” para a prática de outros credos. No caso de Sergipe, tivemos os cultos afro-brasileiros, espíritas e evangélicos como exemplos da popularização de outros cultos religiosos. “[...] em 1960, havia nada menos do que 60 terreiros registrados na Secretaria de Segurança Pública em Aracaju” (DANTAS, 2004, p. 166). Pode-se dizer que a relação do povo com os ritos desses outros credos era mais próxima na época do que a relação dos católicos com seus ritos litúrgicos considerados mais “complexos” em função do uso do latim. “Quanto aos demais grupos religiosos, pode-se dizer que os católicos persistiram hegemônicos, mas os protestantes avançaram bastante” (DANTAS, 2004, p. 166). Outro fato interessante de se observar foi que nessa época surgiram constantes críticas ao espiritismo em algumas edições do jornal *A Cruzada*.

É certo que esses outros cultos religiosos que citamos tinham, grosso modo, uma estrutura menos hierarquizada que o catolicismo e, assim, ganhavam cada vez mais aceitação na população sergipana, o que aliado com as propagandas seculares das rádios e o estilo de vida *Hollywoodiano*, difundido através do cinema, contribuía para que a sociedade sergipana experimentasse uma perda dos tradicionais valores morais do catolicismo. Assim, “[...] enquanto em 1960, havia 98 igrejas católicas (excluídas as capelas), os protestantes já dispunham de 46 templos. Os espíritas, por sua vez, já contavam com 13 centros pelos idos de 1961” (DANTAS, 2004, p. 167).

Para Riolando Azzi (2008), durante os anos 1950 era possível notar que os hábitos de vida noturna se desenvolviam progressivamente no Brasil. E observamos que isso também ocorria no cotidiano sergipano, pois houve uma expansão das opções de lazer noturno que favoreceu bastante a secularização dos costumes católicos, principalmente, no tocante a visão da sexualidade. Segundo Ibarê Dantas, “[...] nos clubes, nas boites [sic], nos bares, nas ruas, intérpretes da música popular animavam as noites de Sergipe” (DANTAS, 2004, p. 165). Dantas ainda mencionou que grupos musicais que se apresentavam em Aracaju tocavam “[...] tanto canções brasileiras quanto estrangeiras, inclusive americanas (swings, blues e jazz), que iam se tornando populares no país em face da influência dos filmes produzidos em Hollywood (EUA)” (DANTAS, 2004, p. 165).

Novamente a partir de Azzi (2008), notou-se que a sexualidade recebeu uma nova dimensão, sobretudo, em função de sua divulgação nos meios de comunicações de massa, como o Rádio e a Televisão que iniciava suas transmissões no Brasil naquela década. Além

do rádio e da TV, percebemos em Aracaju a influência da introdução de revistas com conteúdo pornográfico nesse processo de secularização da moral católica. Observamos uma nota numa edição do jornal *A Cruzada* de 1959 quanto à venda dessas revistas em Aracaju e pudemos analisar que para a Igreja Católica era papel das autoridades governamentais zelar e manter os princípios morais, tal pedido seria reforçado, conforme já analisamos na seção 2, no Decreto *Inter Mirifica*, que abordou os meios de comunicação social¹⁴⁰ :

A Polícia precisa coibir os abusos que estão sendo cometidos por vendedores de revistas nesta capital, que expõem nas suas bancas, abertas as páginas com as cenas mais inconvenientes, certo tipo de revista proibida para menores de 18 anos. Justamente por serem proibidas à vista de menores (pelos seus objetivos francamente imorais deviam ser proibidas para todas as idades), elas não podem ficar expostas daquela maneira, mostrando cenas degradantes vividas em ambientes condenáveis do último carnaval e numa exposição ostensiva que fere frontalmente o pudor das nossas famílias, sendo ainda veículo de perigosa sugestão para os nossos adolescentes.¹⁴¹

“Nos bastidores do Concílio Vaticano II”: Luciano Duarte, padre e repórter

Nesse panorama geral, a sociedade sergipana recebera a notícia que se realizaria em Roma um novo Concílio Ecumênico. Houve uma matéria de jornal explicando o funcionamento de um concílio para o público em geral¹⁴². Sabendo que do Vaticano II participariam somente os Bispos sergipanos – tanto o arcebispo metropolitano de Aracaju, quanto seu futuro bispo auxiliar a partir de 1963 e também os outros dois bispos das dioceses de Estância e Propriá cujos nomes já citamos no decorrer desta seção – e o mons. Luciano, este último na função de repórter. Ao pensarmos dessa forma concluiríamos que os leigos em geral nada poderiam fazer para contribuir com o andamento de tal evento que aparentava estar reservado apenas a alta hierarquia da Igreja Católica. Contudo, a partir de notícias do jornal *A Cruzada* notamos que essa maneira de pensar estava errada, e percebemos que a sociedade sergipana “participou” da forma lhe foi possível do Concílio Ecumênico, sendo que por ilação consideramos que o restante dos leigos do Brasil e, possivelmente, do mundo todo também.

¹⁴⁰ Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social. 1963. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 87-100.

¹⁴¹ Cf. *A Cruzada*, 28.03.1959, p.3.

¹⁴² Cf. Como é um concílio ecumênico, *A Cruzada*, 14.01.1961, p.3.

Afinal, como poderia a sociedade sergipana contribuir com o Concílio Vaticano II? A resposta para esse questionamento apenas pode ser percebida se compreendermos que para o catolicismo o papel da oração, mesmo dos leigos, é fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos da Igreja Católica. Tal fato tornou-se mais evidente para nós depois da eleição do Papa Francisco após um conclave em 13 de março de 2013. Pois, durante a realização de todas as sessões de conclave os representantes da Igreja Católica convocavam seja através de TV, Rádio, ou Internet aos fiéis para que rezassem pelo sucesso do conclave, e mesmo após ser eleito papa, o próprio Francisco pediu aos fiéis que lhe dedicasse orações antes de abençoá-los pela primeira vez como papa. Assim, *A Cruzada* destacou que estudantes sergipanos participaram de uma missa com orações pelo Concílio Ecumênico:

Na Matriz de São José, desta Capital, foi celebrada por promoção da JEC feminina do Colégio Patrocínio de São José, uma Missa Solene pelo Concílio Ecumênico, na qual tomaram parte centenas de alunas de catorze colégios e educandários de Aracaju. O oficiante do ato, que teve início às 16 hs. [sic], foi o Padre Gilson Garcia, tendo os alunos rezado em comum e entoado cânticos impetrando as bênçãos do Céu pelo êxito da grande assembleia conciliar da Igreja.¹⁴³

Em 11 de outubro de 1962, a data de abertura do Concílio Vaticano II, também foi criado o Boletim *A Semente*¹⁴⁴. *A Semente* foi um boletim informativo tanto social quanto religioso distribuído mensalmente e gratuitamente, ao menos em seus primeiros anos de existência, aos moradores das redondezas da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, a Catedral Metropolitana de Aracaju¹⁴⁵. Através desse periódico, os paroquianos da Catedral de Aracaju recebiam diversas notícias, inclusive acerca do andamento do Concílio Vaticano II.

Em Sergipe, também aconteceram outras atividades para comemorar a abertura do Concílio Vaticano II, como o toque simultâneos dos sinos das igrejas católicas, ao meio dia de 11 de outubro de 1962, para anunciar o início das atividades conciliares e a celebração de missas solenes, conforme já mencionamos anteriormente:

Ao meio dia de hoje, conforme pedido expresso de Roma dirigido a todo o globo, os sinos das Igrejas católicas bimbalarão festivamente, anunciando o início do Concílio Ecumênico. Em tôdas [sic] as paróquias do mundo serão

¹⁴³ Cf. *A Cruzada*, 13 e 14.10.1962, p.5.

¹⁴⁴ Cf. *A Semente*, 11.10.1962, p.1.

¹⁴⁵ Cf. *A Semente*, 11.10.1962, p.3.

celebradas Missas pelo êxito desta grande iniciativa religiosa que marcará tempos novos para o mundo cristão e a Igreja.¹⁴⁶

A Semente buscou convocar os fiéis católicos a manterem suas orações pelo Concílio Vaticano II em vários momentos, como na capa da edição de 3 de novembro de 1962, ao apresentar um modelo de oração intitulada “Oração pelo Concílio”. Em um trecho dela, ratificamos a ideia da importância da oração conjuntos dos fiéis no catolicismo para o sucesso das atividades conciliares:

Mestre e Consolador cheio de doçura – iluminai os espíritos de nossos Bispos – que, respondendo com solicitude ao Soberano Pontífice – se reunirão em Concílio. Fazei que êste [sic] Concílio produza frutos abundantes – que à luz e a força do Evangelho se difundam sempre [sic] mais na sociedade humana – que a religião católica e a atividade missionária cresçam de vigor, - e que, enfim, a doutrina católica da Igreja seja sempre mais conhecida – e os costumes cristãos se aprimorem sempre mais.¹⁴⁷

Além dessas iniciativas, também foi realizada uma Semana de Estudos sobre o Concílio Ecumênico Vaticano II, de 21 a 27 de outubro de 1962, na Catedral Metropolitana de Aracaju¹⁴⁸. O evento reuniu fiéis católicos de várias paróquias e através da colaboração de membros da Ação Católica houve palestras sobre os diversos aspectos fundamentais de um Concílio Ecumênico. No encerramento desse evento foi realizada uma Oração Comunitária pelo sucesso do Vaticano II. Observamos como *A Semente* relatou esse acontecimento:

[...] a efetivação da sessão de estudos através de palestras sôbre [sic] o Concílio proferidas pelos membros da A. Católica drs. Paulo Almeida Machado e Jorge Montalvão e Pe. Claudionor de Brito Fontes, Cura da Sé Metropolitana. Os oradores focalizaram diferentes aspectos da extraordinária assembléia [sic] conciliar que ora se realiza na Cidade Eterna sob a presidência do Santo Padre, procurando introduzir os católicos no conhecimento dos objetivos e da estrutura do Concílio.¹⁴⁹

Em outra oportunidade, *A Semente*, em uma edição de 5 de outubro de 1963, quando os bispos sergipanos iriam participar da 2ª sessão do Concílio Vaticano II, estimulou os fiéis católicos a rezarem em conjunto, na primeira quinta-feira de cada mês, pelo bom andamento

¹⁴⁶ Cf. *A Semente*, 11.10.1962, p.4.

¹⁴⁷ Cf. *A Semente*, 03.11.1962, p.1.

¹⁴⁸ Cf. *A Semente*, 03.11.1962, p.3.

¹⁴⁹ Cf. *A Semente*, 03.11.1962, p.3.

dos trabalhos conciliares. Essa oração mensal seria um meio dos fiéis católicos ajudarem, embora indiretamente, ao Concílio Ecumênico:

A paróquia da Catedral convoca todos os fiéis em cada 1.^a quinta-feira de cada mês, para recitarem uma oração comunitária pelo Concílio Ecumênico, diante do Senhor Sacramentado. Será uma forma piedosa de todos os fiéis darem sua contribuição espiritual nos trabalhos conciliares.¹⁵⁰

Apesar de não dispormos de mais fontes para analisar a ocorrência de mais eventos ou missas relacionadas ao Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Aracaju, é admissível considerarmos que existiram em Sergipe iniciativas de várias outras paróquias semelhantes às que foram realizadas na Catedral de Aracaju, como desenvolvimento de palestras e orações.

Infelizmente, dispomos de pouquíssimas fontes para relatar os trabalhos desenvolvidos pelos bispos sergipanos nas aulas conciliares. Através de leituras de Beozzo (2005), que elaborou uma série de fichas com os principais dados de cada um dos bispos brasileiros que participaram do Vaticano II, comprovamos as informações que citamos no início deste capítulo sobre apenas Dom Nivaldo, dentre os quatro bispos sergipanos que participaram do concílio, não ter presenciado a todas as quatro sessões conciliares. E baseando-se na mesma documentação soubemos que houve intervenções de alguns dos mesmos bispos nessas aulas conciliares. Não dispomos das fontes necessárias, como as atas conciliares, para verificarmos como foram, e sobre o que tratavam essas intervenções¹⁵¹. Todavia, entendemos que tanto Dom José Vicente Távora quanto Dom José Bezerra de Castro realizaram alguma intervenção nas assembleias daquele Concílio Ecumênico.

O que dispomos para comentar a participação de Dom Távora no Vaticano II são matérias da revista *O Cruzeiro* que o mencionam e as mensagens que o próprio enviava a população sergipana através do jornal *A Cruzada* antes de viajar para as sessões conciliares. Para melhor compreendê-lo, analisamos brevemente parte de sua trajetória sacerdotal.

Dom Távora foi nomeado bispo de Aracaju em 27 de novembro de 1957, tendo sua recepção em Aracaju no dia 22 de março de 1958 quando assumiu o comando da Diocese.

¹⁵⁰ Cf. A Semente, 05.10.1963, p.4.

¹⁵¹ A título de elucidação do que afirmamos, vemos que na ficha de prosopografia de D. Távora, na qual temos o referido campo a respeito das intervenções nas aulas conciliares da seguinte maneira: “Intervenções [3] AS *Appendix Prima* 412 (*Adde* AS II/3, 552 pp *ante caput* IV); AS II/2, 199; AS II/3, 549-552”. In.: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 480.

Como já citamos, posteriormente, elevaram-no a posição de arcebispo com a criação da Arquidiocese de Aracaju em 1960.



Dom José Vicente Távora.¹⁵²

Ressaltamos a sua grande amizade com Dom Helder Câmara que influenciou bastante sua atividade episcopal, pois os dois tinham projetos de intervenção social semelhantes. Isaías afirma que os dois bispos mantinham um forte diálogo, sendo que na maioria das vezes Dom Távora inspirava com seus pensamentos os projetos de Dom Helder, que foi um dos líderes do episcopado brasileiro durante o Vaticano II, assim poderíamos supor que Dom Távora contribuiu bastante no Concílio Ecumênico através de seu amigo Dom Helder considerando que este foi um dos bispos brasileiros que mais se destacou durante o evento:

Dom Helder me confidenciou que Dom Távora intuía as coisas. Ele era como uma “antena do Espírito Santo”. Sempre que lhe vinha inspiração, os dois a partilhavam, isso desde os tempos em que eram padres no Rio de Janeiro, não importando a hora do dia ou da noite. Dom Távora era a antena e ele, Dom Helder, o alto-falante, dizia. [...] Lendo há poucos dias as correspondências que Dom Helder escrevera durante o Concílio [...] percebi que fazia questão de não aparecer como autor de várias iniciativas da corrente progressista presente com toda força nas audiências conciliares. Sempre atribuía os feitos aos amigos (NASCIMENTO FILHO, 2008, pp. 27-28).

¹⁵² Imagem disponível em: < http://arquidiocesedearacaju.org/images/bispoanterior/dom_jose_vicente_tavora.jpg
> Acesso em 07/02/2017 às 19 horas e 41 minutos.

Dom Távora demonstrou uma preocupação tanto espiritual quanto social com o povo sergipano. Tornou-se conhecido como “o bispo dos operários” devido ao seu envolvimento na promoção de grupos com a Ação Católica, cujo objetivo era preparar os leigos para a missão de auxiliar os padres e os bispos em trabalhos pastorais de evangelização do povo. Além disso, Dom Távora contribuiu bastante para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB) em 1961, através de acordos com o governo federal, e próprio presidente Jânio Quadros. Ibarê Dantas afirmou sobre o MEB que “[...] *nenhum movimento, até então em Sergipe teve tanta influência, no sentido de proporcionar uma nova consciência aos trabalhadores rurais*” (DANTAS, 2004, p. 168). Lembramos que o mesmo autor comentou que naquele contexto, “[...] *os movimentos culturais imbricavam-se cada vez mais com as questões sociais e políticas*” (DANTAS, 2004, p. 167)

Segundo Ibarê Dantas (2004), Dom Távora conviveu em harmonia com as várias vertentes políticas de sua época, ao que nos parece isso ocorreu antes dos militares assumirem o controle do Brasil. Para Dantas (1997), após o que consideramos o golpe civil-militar de 1964, houve uma divisão interna na Igreja Católica em Sergipe. A chamada ala progressista, chefiada pelo arcebispo Dom Távora passou a ser perseguida pelos militares. Contudo, segundo Ibarê Dantas (1997), se para Dom Távora ocorria um retrocesso político através de intervenção dos militares no governo do Brasil, para o seu bispo auxiliar Dom Luciano, considerado mais conversador, e o bispo de Propriá Dom José Brandão¹⁵³, a nova ordem se apresentou simpática a princípio.

Ao nos debruçarmos sobre uma mensagem que Dom Távora deixou antes de partir para participar da 1ª Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, percebemos sua emoção e satisfação por ter a honra de viver uma experiência única como aquela, como também sua expectativa acerca do que seria realizado em Roma:

É um privilégio que nos concede a Providência Divina. Um Concílio Ecumênico não se repete muitas vezes, através da vida da Igreja. Dentro de um século, talvez, só uma geração o atinja. [...] Vamos os Bispos do mundo inteiro, sob a presidência do Papa, orar juntos, estudar somando conhecimentos e experiências fraternalmente, pensando na paz para a terra, na justiça para os homens, na elevação de todos os que sofrem, gemem, têm fome e sede [sic], a planos de dignidade e de bem estar espiritual e social. Vamos abrir horizontes [sic] novos de apostolado para os leigos, marcando,

¹⁵³ Segundo Ibarê, D. José Brandão de Castro “(...) posteriormente se manifestaria intrépido defensor das causas dos trabalhadores rurais e dos índios”. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 13.

bem nitidamente, o lugar dêstes [sic] na Igreja. Buscaremos encontrar os meios mais fortes e realistas para sacralizar, santificar, evangelizar, em profundidade, as famílias, a profissão, a escola, as estruturas temporais, enfim. Nosso grande ideal será abrir as fronteiras dos tempos novos em que os homens fiquem mais perto de Deus, seus íntimos cumpridores de sua Lei, de sua Vontade, executores do Evangelho. [...] Eu parto para Roma, carregando, no meu espírito, a humildade de quem tem pouco que dar e a esperança que anseia muito receber. Neste estado de alma, despeço-me de todo o meu rebanho espiritual – nosso querido povo – os católicos e os não católicos – para os quais e para cujas famílias invoco as mais eleitas bênçãos de Deus.¹⁵⁴

Luciano Duarte também participou do Vaticano II à sua maneira. Enquanto monsenhor descreveu algumas das atividades do Concílio Ecumênico Vaticano II, narrando os principais momentos daquele evento, discutindo temas polêmicos para a sociedade daquele período, entrevistando várias personalidades – inclusive representantes de outros credos cristãos –, e também enfatizando certos assuntos que considerava fundamentais, ou “palpitantes” em suas próprias palavras¹⁵⁵, que estavam sendo debatidos nas sessões conciliares. Ainda relatou algumas das atividades cotidianas dos Bispos Brasileiros, inclusive na *Domus Mariae*, como também momentos que em que esteve muito próximo a Dom Távora e a Dom Helder Câmara.



Monsenhor Luciano Duarte entrevistando Dom Helder Câmara, durante o Concílio Vaticano II.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Cf. A Cruzada, 06 e 07.10.1962, p.1.

¹⁵⁵ DUARTE, Luciano. A Grande Meta do Papa João XXIII: Renovação da Igreja. Revista *O Cruzeiro*. 17/11/1962. Disponível em DUARTE, Carmen Dolores Cabral. (Org.). **Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 1999, p. 56.

¹⁵⁶ Imagem disponível em: Acervo Iconográfico do Instituto Dom Luciano Duarte, nº. 845.

Dentre suas principais atividades como repórter, destacamos as entrevistas que realizou com vários ilustres que participaram do Vaticano II. Houve entrevistas com o Pastor Roger Schutz da comunidade protestante Taizé; com o Arcipreste Vitalj Borovoy que era um representante da Igreja Ortodoxa Russa; com Dom Helder Câmara; com o padre Haering a respeito do polêmico tema do controle de nascimento; com Dom Angelo Rossi que era presidente da CNBB; com o mons. Zoa que era um representante da Igreja Católica vindo da África; com professor Jean Guilton sobre a polêmica possibilidade de existência de vida em outros planetas além da Terra; e também com o Patriarca de Constantinopla Atenágoras I.

Através dos textos produzidos pelo mons. Luciano Duarte vários sergipanos tiveram acesso as principais discussões que ocorriam naquele Concílio Ecumênico, bem como ao que não era discutido, como o final do celibato, que era um dos pontos que algumas pessoas esperavam que fosse amplamente discutido. Durante o Vaticano II, houve a problemática do uso *Clergyman*, espécie de terno para uso quando os sacerdotes não estivessem em celebrações litúrgicas como as missas, em vez do uso da batina por parte dos bispos brasileiros, entre outros assuntos que o repórter Luciano Duarte abordou.

“Ecos do Concílio Vaticano II na *Cruzada*”: a implantação conciliar em Sergipe

Tanto a nível nacional, quanto a nível local, em Sergipe, houve dificuldades para a implantação das orientações conciliares. A nível nacional, Márcio Leitão (2003) mencionou algumas das principais dificuldades encontradas: como a não aceitação do vernáculo por grupos conservadores, os abusos de alguns padres que chegaram “[...] *ao absurdo de quebrar igrejas, pintar igrejas escondendo os afrescos e obras de artes renomadíssimas [...], tudo isso sob o pretexto de uma autêntica reforma litúrgica*” (LEITÃO, 2003, p. 260), as dificuldades de se associar a reforma do Vaticano II com o catolicismo popular brasileiro, os problemas e comodismo gerados pela missas irradiadas ou televisivas, as dificuldades com as traduções dos textos litúrgicos que deveria ser traduzidos igualmente pelo Brasil e Portugal, e também as dificuldades de se elaborar cânticos em vernáculos com profundidade teológica.

O episcopado sergipano aprendeu no Concílio Vaticano II qual deveria ser o novo norte para a condução de seus trabalhos espirituais e, após a conclusão das atividades do Concílio Vaticano II em Roma, Dom Távora regressou a Sergipe em 22 de dezembro de 1965

e afirmou, em uma missa solene realizada na Catedral Metropolitana de Aracaju, que o Concílio Ecumênico começava na Arquidiocese a partir do momento seu retorno – o que entendemos se referir ao início do processo de aplicação do Vaticano II em Sergipe – e que aquela missa concelebrada por ele e outros 12 sacerdotes já representava a chegada dos valores do Vaticano II naquele território:

[...] Agradecendo ao final da missa, a carinhosa recepção que tivera, Dom José Vicente Távora falou comovido do seu amor à sua Arquidiocese e do seu intuito de dar por ela a própria vida. Disse que o Concílio começa na Arquidiocese com o retorno do arcebispo e a própria missa que acabava de ser concelebrada já era o início do Concílio. Disse mais que a Igreja procura renovar-se em todos os tempos para salvar os homens de todas as épocas e realizará ainda outros concílios no futuro. “A Igreja não se intimida com o progresso e sempre que fôr [sic] necessário ela fará revisão de seus métodos para melhor adaptar-se à marcha do mundo”.¹⁵⁷

Percebemos que, a partir dali, caberia a Dom Távora se dedicar, conjuntamente com diversos colaboradores membros do clero ou leigos, para promover a correta aplicação das orientações conciliares, pois é certo que o Concílio Vaticano II não se resumiu apenas ao que foi discutido e/ou decidido nas sessões conciliares na Europa. Já que aplicar as discussões conciliares à realidade sergipana foi uma tarefa árdua para a qual Dom Távora demonstrou bastante empenho promovendo novas ações pastorais, “*elaborou comissões de Catequese, Liturgia, Ecumenismo, Religiosas e Leigos*”. (NASCIMENTO FILHO, 2008, p. 110).

Atendendo à solicitação de Paulo VI, Dom Távora iniciou o Jubileu Extraordinário em Sergipe, de 1 de janeiro de 1966 até 29 de maio de 1966, com a finalidade de se realizar um movimento espiritual pós-conciliar para a implantação do Concílio Vaticano II em todas as dioceses de diferentes regiões do mundo. De acordo com *A Cruzada* havia “[...] *um grande desejo de se conhecer o Concílio nas suas características íntimas e na sua aplicação aos nossos próprios meios*”¹⁵⁸.

Em carta enviada aos seus arquidiocesanos em 1 de janeiro de 1966, divulgada na edição de *A Cruzada* em 9 de janeiro de 1966, Dom Távora já alertava aos fiéis católicos da responsabilidade comum que todos teriam de se empenharem para que a Arquidiocese de Aracaju de adaptasse o mais rápido possível à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II:

¹⁵⁷ Cf. *A Cruzada*, 24.12.1965, p.1.

¹⁵⁸ Cf. *A Cruzada*, 09.01.1966, p.1.

Encerrado, em Roma, [...] o Concílio Vaticano II, trouxemos conosco, ao regressar, como uma responsabilidade comum – minha e vossa – o compromisso de reabrir, em nossa Arquidiocese, a grande reunião ecumênica que congregou, durante quatro anos, os bispos do mundo inteiro. [...] Este trabalho se concretizou em leis, diretrizes e normas, destinadas à renovação da vida e da mentalidade do povo de Deus, naquilo que for necessário. Não se contam as vezes [sic] que o Santo Padre e os Padres Conciliares falaram numa necessária e desejada renovação cristã, adotadas aos nossos tempos. Também a nós nos toca esse ideal. Somos uma parte do povo de Deus e seria esquisito, senão inaceitável, ficarmos a margem desse ideal que visa não só as pessoas, mas também as instituições, como paróquias, organizações diocesanas, laicato católico, evangelização, religiosos, clero, catequese, cooperação social e tantos outros aspectos de nossa vida católica.¹⁵⁹

Para que os sergipanos pudessem se conscientizar sobre as novas determinações que a assembleia conciliar trouxe para a Igreja do mundo moderno, seria imprescindível a promoção de cursos de formação para leigos, religiosos e inclusive membros do clero¹⁶⁰. Observamos em *A Cruzada*¹⁶¹ que com o objetivo de melhor formar os leigos e alguns grupos religiosos, para auxiliar o clero no processo de implantação das orientações do Concílio Vaticano II em Sergipe e evitar o risco de interpretá-las equivocadamente, foram promovidos encontros e cursos em 1966, nos quais se discutiu alguns documentos conciliares:

Durante a semana de 25 a 31 de julho passado as religiosas da Congregação de Santa Teresinha estiveram reunidas no “Instituto Dom Fernando Gomes” séde [sic] central da comunidade para estudarem os documentos conciliares do Vaticano II, *Lumen Gentium*, sobre [sic] a Igreja e o que se refere a renovação das Religiosas e seu horizontes de apostolado pastoral.¹⁶²

Como fatos relevantes acerca desses eventos de formação, que foram registradas em algumas edições de *A Cruzada*, destacamos a constante presença de Dom Távora, que esteve presente tanto no evento já citado das religiosas da Congregação de Santa Terezinha¹⁶³ quanto em um encontro de estudos realizado pela Assembleia Arquidiocesana de Aracaju¹⁶⁴. Neste

¹⁵⁹ Cf. *A Cruzada*, 09.01.1966, p.3.

¹⁶⁰ Sobre os cursos e os eventos de formação acerca do Concílio Vaticano II, é razoável acreditarmos que foram muito relevantes na época, sobretudo porque os documentos conciliares haviam sido promulgados inicialmente em latim, sendo posteriormente traduzidos de forma oficial, e o acesso, principalmente dos leigos, a cópias desses documentos não era tão fácil como atualmente, quando podemos encontrá-los traduzidos em compêndios ou, inclusive através da página oficial do Vaticano na internet.

¹⁶¹ Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.4 e 03.09.1966, p.1.

¹⁶² Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.4.

¹⁶³ Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.4.

¹⁶⁴ Cf. *A Cruzada*, 03.09.1966, p.1.

último evento, Dom Távora compartilhou com o público presente suas preocupações com relação a possíveis distorções na interpretação dos documentos conciliares, o que nos demonstrou a relevância da organização desses eventos de formação sobre o Vaticano II:

Esteve reunida, no Centro de Treinamento, no dia 8 de agosto, p.p. [sic] para um dia de estudo, a Assembléia [sic] Arquidiocesana que é composta dos leigos cristãos mais atuantes da Igreja, em Sergipe. Tendo comparecido um número razoável de leigos e sob a presidência do Exmo. Sr. Arcebispo Dom José Vicente Távora que abriu os trabalhos, foi abordado, nesta ocasião, o tema da “Igreja Sinal de Salvação” que esteve a cargo do teólogo da Arquidiocese Frei Edgar OFM. O Arcebispo, na abertura dos trabalhos, falou aos presentes sobre [sic] certas infantilidades que se cometem na apreciação dos documentos pontifícios e na sua aplicação imediata. Este trabalho do Concílio é um trabalho a longo prazo, é um esforço [sic] que exige muita reflexão e mudança na vida das pessoas que são convocadas. Exige-se sobretudo amadurecimento espiritual. Os leigos devem se engajar neste trabalho com uma participação consciente, participação sem conscientização não vale, conscientização sem mudança, sem espírito de assumir é inútil, concluiu Dom Távora. [...] Esta série de conferências sobre [sic] os documentos pontifícios visa sobretudo conscientizar os leigos, para uma ação coerente com as novas determinações do Concílio Vaticano II.¹⁶⁵

Além disso, mencionamos também a presença da francesa Marie Louise Momet¹⁶⁶, que foi a primeira mulher a participar como observadora de um Concílio Ecumênico. A respeito disso, Beozzo (2004) relatou que após ter sido permitido a participação de um “auditor” leigo, o brasileiro Bartolo Perez, militante da JOC no Brasil e também presidente da JOC internacional, na segunda sessão do Concílio Vaticano II, não demoraria muito para que as mulheres conquistassem também o direito de participarem das sessões conciliares:

Na sessão seguinte foi a vez de as mulheres religiosas serem admitidas como “auditrices” e, finalmente, na quarta e última sessão, quando se discutia a presença da Igreja no Mundo de Hoje, mulheres, presidentes das grandes associações católicas internacionais e casais foram admitidos na categoria das “auditrices-auditores” (BEOZZO, 2004, p. 127).

A *Cruzada*, destacou em nota na capa de sua edição de 3 de setembro de 1966, a viagem de Marie Louise Momet a Aracaju para palestrar, no auditório da Ação Católica de Aracaju, sobre a temática do Concílio Vaticano II e o Apostolado dos Leigos:

¹⁶⁵ Cf. A Cruzada, 03.09.1966, p.1.

¹⁶⁶ Cf. A Cruzada, 27.08.1966, p.3.

[...] Chegará hoje a esta capital, a grande educadora francesa, Mademoiselle Marie Louise Monnet [sic]. Ela é a primeira mulher em todo o mundo que participou de um concílio da Igreja, na qualidade de auditora e, em Aracaju, amanhã fará importante palestra sobre [sic] o tema “Testemunho de uma Auditora do Vaticano II”. O local da palestra será o auditório da Ação Católica, podendo participar da mesma toda [sic] pessoa [sic] interessada.¹⁶⁷

Por fim, entendemos que Dom Távora também incentivou a vinda de colaboradores para ajudar a divulgar e a implantar as decisões do Concílio Vaticano II em Sergipe. Para tanto, assinou em 1967 o primeiro *Plano de Pastoral de Conjunto da Arquidiocese de Aracaju* (NASCIMENTO FILHO, 2008), o qual, infelizmente, não tivemos acesso.

Luciano Duarte, após ser nomeado bispo titular da diocese africana de Gadiaufala e bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju em 14 de julho de 1966 (MORAIS, 2008, p. 320), também buscou desenvolver atividades relacionadas a implantação do Concílio Vaticano II em Sergipe, além de continuar atividades que já observamos na primeira seção deste trabalho.

Em entrevista ao jornal *A Cruzada*, na edição de 6 de agosto de 1966, Dom Luciano Duarte divulgou as principais metas para seu trabalho pastoral de bispo auxiliar de Aracaju:

Meu plano de trabalho pastoral, fundamentalmente, é o de integrar-me todo com o pensamento, os projetos e a ação pastoral do sr. Arcebispo de Aracaju. Creio que este [sic] é o primeiro dever de um Bispo-Auxiliar, como é o meu caso. Isto, entretanto, não impede que eu possa apresentar alguma idéia [sic] ou sugestão ao sr. Arcebispo, junto de quem trabalharei. [...] Nessa perspectiva de colaboração, já lhe apresentei uma idéia [sic] que ele [sic] aceitou muito feliz. É a de realizarmos, no próximo ano, Congressos do Vaticano II, em toda [sic] a Arquidiocese, e, se os srs. Bispos de Estância e Propriá aceitarem, também naquelas Dioceses. Penso que, no Brasil, estamos diante de um grande perigo: é o “engavetamento” dos documentos extraordinários do Concílio Vaticano II. Todo mundo elogia o Concílio, mas ninguém lê suas Constituições e seus textos. [...].¹⁶⁸

Como se pode perceber, Dom Luciano Duarte buscou mostrar-se obediente ao arcebispo de Aracaju, que era seu superior na hierarquia católica, afirmando adequar seu trabalho de ação pastoral aos projetos de Dom Távora, sendo que quando fosse possível lhe oferecia sugestões, como foi o caso da ideia de realizar Congressos para que fosse estimulado o estudo dos documentos conciliares do Vaticano II. Ainda que alguns historiadores, como Ibarê Dantas (1997), defendam que houve uma divergência quanto ao comportamento ou o perfil desses dois bispos, observamos que essa proposta de realizar Congressos do Vaticano II

¹⁶⁷ Cf. *A Cruzada*, 03.09.1966, p.1.

¹⁶⁸ Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.11.

– e mesmo outras que ambos compartilhavam, como a defesa da adoção do diaconato permanente de homens casados¹⁶⁹ – se encontrava em sintonia com as ações desenvolvidas e/ou apoiadas por Dom Távora, como eventos e cursos para conscientizar os fiéis católicos sobre a importância do Concílio Vaticano II para a Igreja Católica.

No decorrer da mesma entrevista em *A Cruzada*, o bispo auxiliar de Aracaju também explicou seu posicionamento com relação aos problemas sociais brasileiros, afirmando ser adepto dos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, que já discutimos na segunda seção deste trabalho, e defender o equilíbrio, em vez de adotar uma posição radical de direita ou de esquerda, como via para que a sociedade pudesse alcançar uma verdadeira justiça social:

Doutrinariamente, minha posição é a de todos os Bispos: a adesão total aos ensinamentos sociais da Igreja, tais como estão na encíclica “*Rerum Novarum*” de Leão XIII, na “*Quadragesimo Anno*” de Pio XI, e na “*Mater et Magistra*” de João XXIII. Praticamente, minha atitude continuará a ser a mesma, que já tenho manifestado. Esforço-me, com todo afinho, em busca de uma posição de equilíbrio, neste terreno de areias movediças. E penso que esse [sic] equilíbrio se compõe de dois elementos. O primeiro, que é o principal, é a insistência positiva para que, no ritmo mais urgente que permitam as condições concretas, nossa sociedade caminhe para uma organização, que tenha como alma verdadeira justiça social para todas [sic] as classes. Outro elemento é a vigilância contra os dois extremos, igualmente perniciosos, das radicalizações de direita e de esquerda. Não me preocupo muito com a opinião de não-católicos a meu respeito. Os radicais só querem a vizinhança da Igreja para servir-se dela na linha de seus interesses [sic]. E, num tempo de confusão como o nosso, a clareza das posições e as fronteiras claras, no meu entender, são um grande benefício para a comunidade católica.¹⁷⁰

Buscando desenvolver a justiça social, conforme a Doutrina Social da Igreja Católica, Dom Luciano Duarte desenvolveria, a partir de 1968, um projeto social que visava melhorar as condições de vida dos camponeses da região do Vale do Cotinguiba no Estado de Sergipe, tratou-se da PRHOCASE ou Promoção do Homem do Campo de Sergipe. A PRHOCASE de modo geral promoveu uma experiência reforma agrária, sem viés de marxismo, que consistia na criação de fazendas comunitárias para que os trabalhadores rurais tivessem uma vida mais digna e pudessem completar suas rendas. Segundo o historiador Magno Francisco de Jesus:

É importante ressaltar o modo pelo qual foi pensada a reforma agrária da PRHOCASE. A ideia consistia na compra de fazendas, na divisão em lotes e,

¹⁶⁹ Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.11.

¹⁷⁰ Cf. *A Cruzada*, 06.08.1966, p.11.

consequentemente, na distribuição entre os camponeses, para que pudessem cultivar produtos que auxiliassem no sustento da família. (SANTOS, M., 2015b, pp. 59-60).

No tocante, a implantação das orientações do Concílio Vaticano II, pelo que analisamos não houve grande divergências de posicionamento entre o Arcebispo Dom José Távora e o bispo auxiliar Dom Luciano Duarte. Com base no que observamos da trajetória de vida de Luciano Duarte, na primeira seção, e da trajetória de vida de Dom Távora, nesta quarta seção, consideramos ambos se empenharam, com suas particularidades, nesse processo. Por exemplo, ambos concordavam com a renovação da Igreja Católica para com algumas necessidades da sociedade moderna, como a proposta de uma participação mais ativa dos fiéis nas missas, como o incentivo aos trabalhos de leigos, como a defesa da justiça social baseada na Doutrina Social da Igreja Católica, como a adoção dos idiomas vernáculos nos ritos litúrgicos, de acordo com a proposta da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, e outros.

Ambos, Dom Távora e Dom Luciano, eram agentes do campo religioso bastante prestigiados em Sergipe. A diferença é que Dom Távora, embora fosse o Arcebispo era um “estrangeiro” em Aracaju, não conseguindo a mesma mobilidade ou diálogo entre os campos religioso, social, educacional e intelectual que Dom Luciano possuía na sociedade aracajuana, apesar que, nessa época, Dom Távora tinha mais prestígio a nível nacional que Dom Luciano por seus trabalhos no MEB. Dessa forma, quando Dom José Távora chega a Aracaju e se torna seu 3º bispo em 1957, o então pe. Luciano Duarte já apresenta um sólido tecido social local, que viria a se expandir mais a nível nacional com suas publicações na revista *O Cruzeiro*. Portanto, verificamos que tanto enquanto padre ou bispo auxiliar de Aracaju, Luciano Duarte possuía uma influência no campo religioso sergipano equiparável a de Dom José Távora, ainda que, sendo o bispo e depois o arcebispo, era a esse último quem cabia, por direito de jurisdição eclesiástica, a tomada das maiores decisões acerca da implantação das orientações do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Aracaju.

Após o falecimento de Dom José Távora em 1970, Dom Luciano Duarte substituiria temporariamente o falecido arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, assumindo a função de Vigário Capitular. E, sendo nomeado arcebispo de Aracaju em 1971 pela bula *Cum Universae Ecclesiae* de Paulo VI (MORAIS, 2008, p. 333), ele teria a missão de dar continuidade ao processo de implantação e preservação do legado conciliar do Vaticano II em Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho analisamos o que significou o Concílio Ecumênico Vaticano II em termos históricos para a sociedade ocidental no século XX porque acreditamos na relevância e atualidade dessa temática para pesquisas históricas. Diante das razões aqui expostas, verificamos que o anúncio do Vaticano II foi uma notícia tão inesperada quanto alguns autores afirmaram – ao menos não deveria ter sido em função de que o estudo que realizamos da sociedade e cultura do início do século XX nos levou a compreender que aquelas mudanças e transformações que o mundo vivia, decorrentes da urbanização e industrialização, ao afetarem a moral e os valores cristãos do mundo ocidental praticamente exigiram se não inovações, mas pelo menos que a Igreja Católica se posicionasse em relação aquilo e escolhesse quais seriam seus rumos dali por diante.

Enquanto uma instituição que via a perda de sua tradicional influência em um mundo “moderno”, que se secularizava ao mesmo tempo em que permitia cada vez mais a coexistência de outros valores e princípios religiosos, era evidente que a Igreja Católica deveria, caso quisesse se perpetuar, elaborar propostas que visassem garantir a sua sobrevivência institucional.

Chamou-nos bastante atenção à postura adotada pelo catolicismo romano a partir do Vaticano II que, depois de ter se recusado dialogar com o nascente mundo moderno na época do Concílio de Trento (1545-1563), resolveu trilhar o caminho do diálogo com a modernidade. Não mais se negou o “novo”, mas se decidiu abraçá-lo de forma a promover uma adequação daquela instituição aos “tempos modernos” do século XX, promovendo o *aggiornamento*, sem abdicar da essência cristã presentes nas sagradas escrituras.

Contudo, vimos que esse *aggiornamento*, consolidado a partir do Vaticano II, já foi esboçado desde os tempos da publicação da encíclica papal *Rerum Novarum*, pelo Papa Leão XIII em 1891, quando a Igreja Católica iniciou o desenvolvimento de sua Doutrina Social e aos poucos autorizou o surgimento de pastorais de leigos para ajudá-la na evangelização, por exemplo, em regiões onde havia carência de vocações sacerdotais. Constatamos também que, antes mesmo do Vaticano II oficializar o uso de línguas vernáculas nos ritos litúrgicos, alguns bispos já realizam experiências, ou testes, adaptando parte da liturgia para os idiomas nacionais, a fim de promover uma maior interação com os seus fiéis.

Ainda que o episcopado brasileiro tenha deixado uma contribuição considerada simples ou modesta durante as aulas conciliares se comparada ao legado de outros países, ressaltamos o valor da importância da experiência adquirida pela Igreja Católica do Brasil no Vaticano II, que juntamente com os leigos de seu país se empenharam em participar ativamente da vivência dos tempos conciliares – embora pouquíssimos leigos tenham sido autorizados a participarem como observadores nas sessões conciliares, os demais atuaram através de orações particulares e/ou celebrações de missas pelo bom andamento do Vaticano II – e obtiveram valiosos ensinamentos – resultantes tanto das discussões em assembleias conciliares quanto de reuniões informais no espaço *Domus Mariae* – que foram posteriormente aplicados juntos com as orientações conciliares no cotidiano brasileiro através da elaboração, por iniciativa da CNBB, de um Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) para a Igreja Católica do Brasil.

Evidenciou-se, também, que Luciano Duarte conseguiu, ainda enquanto padre, o acesso a um dos maiores eventos católicos, o Concílio Vaticano II, que era restrito ao episcopado, porque soube tecer relações sociais profícuas e também por ter conseguido um grande êxito em transferir para outros campos de atuação o prestígio e a eficácia nas ações que desenvolveu no campo religioso católico em Sergipe.

Tornou-se evidente após nossa pesquisa que, se em meados do século XXurgia a necessidade da Igreja Católica promover um maior diálogo com o seu mundo contemporâneo e buscar se adaptar ao novo sem abrir mão de sua essência, tais implicações ainda persistem nos dias atuais – obviamente com questões relacionadas às problemáticas em discussão na atualidade – e que essa instituição ainda sofre com problemas semelhantes aqueles que levaram a realização do Vaticano II, tanto que alguns intelectuais já especularam se o Papa Francisco poderá realizar outras mudanças na Igreja Católica para facilitar o diálogo entre Igreja e sociedade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

3ª Circular, Roma, 17 de outubro de 1962. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). **Dom Helder Câmara - Circulares Conciliares Volume I – Tomo I**. Pernambuco: Editora Cepe - Companhia Editora de Pernambuco. (Digital)

Boletim “**A Semente**”. Boletim informativo sócio-religioso da comunidade da Catedral Metropolitana. Aracaju (SE). 1962-1965.

Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. 1964. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 101-197.

Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 539-661.

Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. 1962. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 33-86.

Correspondências da década de 1960 de Dom Luciano Duarte. Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD). Acervo de documentos do IDLD. Cx 2.

COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Documentos da Igreja)

Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa. 1965. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 411-429.

Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social. 1963. In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 87-100.

DUARTE, Carmen Dolores Cabral. (org.). **Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 1999.

Jornal “**A Cruzada**”. Aracaju (SE). 1959-1970.

Jornal “**Folha de São Paulo**”. 1962.

Jornal “**Folha da Manhã**”. 1959.

Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju, 2º volume.

Livro de Tombo da Cúria Diocesana de Aracaju. Aracaju, n. 1, 03 de janeiro de 1949.

Papa João XXIII. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*: convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II.** 1961. Disponível em < http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_constitutions/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis_po.html > Acesso em 31/07/2014.

Papa João XXIII. *Gaudet Mater Ecclesia*: discurso de João XXIII na abertura do Concílio Vaticano II. 1962. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 29-40

Papa Leão XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários.** 1891. Disponível em < http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html > Acesso em 17/12/2016.

Papa Paulo VI. *Salvete Fratres in Christo*: Discurso de Paulo VI na continuação no Concílio Vaticano II. 1963. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 41-61

VIER, Frei Frederico (org.). **Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983. 16ª Edição.

Catecismo da Igreja Católica. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html >. Acesso em 21/02/2016.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos.** São Paulo: Paulus, 1995.

ALBERIGO, Giuseppe (pref.). Os concílios ecumênicos na história. In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos.** São Paulo: Paulus, 1995, pp. 5-10.

ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos.** São Paulo: Paulus, 1995, pp. 367-390.

ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos.** São Paulo: Paulus, 1995, pp. 393-442.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “A dimensão retórica da historiografia”. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, pp. 223-249.

ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013.

ANDRADE, Péricles. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 45, 2015.

ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. Fundação Oviêdo Teixeira.

ARNS, Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

ARÓSTEGUI, Julio. A análise da temporalidade. In: **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 340-354.

AVELAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: **História da historiografia**, nº 9. Ouro Preto, Ago. 2002, pp. 129-143.

AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social**. Salvador: Edufba, 2002.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. (Cultura & Religião).

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 23-79.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)**. Alagoas: EdUFAL, 2012.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção Alternativas).

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2004, pp. 287-312.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.183-191.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 27-98.

CANCIAN, Renato. **Igreja católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, vol. 5, nº 11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CURTIS A., Kenneth; LANG J., Stephen; PETERSEN, Randy. **Os 100 acontecimentos mais importantes da história do cristianismo: do incêndio de Roma ao crescimento da igreja na China**. Tradução Emirson Justino. São Paulo: Editora Vida, 2003

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

DELUMEAU, Jean. Vaticano II. In: DELUMEAU, Jean; SABINE, Melchior-Bonnet. **De Religiões e de Homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, pp. 273-280.

DILTHEY, Wilhelm. **Os tipos de concepção de mundo**. Lusofia: Press, 1992. Disponível em: < http://www.lusosofia.net/textos/dilthey_tipos_de_concep_ao_do_mundo.pdf > Acesso em 21/12/2016.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. **A conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá – SE**. Recife, 2004. 151 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

- GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção Alternativas)
- HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro F.;
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KLOPPENBURG, Frei Boaventura. Introdução Geral aos Documentos do Concílio. In: VIER, Frei Frederico (org.). **Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983. 16ª Edição.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, pp. 305-327.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, pp. 97-118.
- LEITÃO, Márcio. Implementação da reforma litúrgica no Brasil. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013, pp. 255-279.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 111-154.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MORAIS, Gizelda. **Dom Luciano José Cabral Duarte: Relato biográfico**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo**. São Paulo: Paulinas, 2008.

PAPPON, Thomas. **Conclave surpreende e elege argentino como 1º papa latino-americano**. BBC Brasil, 13/03/2013. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130313_fumaca_branca_tp.shtml >. Acesso em 27/04/2014.

PERRONE, Lorenzo. De Nicéia (325) a Calcedônia (451). In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 11-119.

PHAN, Peter. O pluralismo religioso e a igreja como mistério: a eclesiologia na perspectiva inter-religiosa. **Cadernos Teologia Pública**, ano X, n. 75, 2013.

PRESSE, France. **Papa forma grupo de cardeais para estudar uma reforma da Igreja**. G1, 13/04/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/papa-forma-grupo-de-cardeais-para-estudar-uma-reforma-da-igreja.html> >. Acesso em 27/04/2014.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960 e 1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 93-131. (O Brasil Republicano; v.4)

RIVAS GUTIERREZ, Exequiel. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da igreja progressista em Sergipe: o bispado de Dom José Vicente Távora (1958-1970)**. São Cristóvão, 2011. 124 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Contradições da romanização da Igreja no Brasil: a Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**. Aracaju: Edise, 2016.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. O Sacerdote Artista da Palavra: Dom Luciano José Cabral Duarte e a Academia Sergipana de Letras. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 45, 2015.

SANTOS, Gilvan Rodrigues dos. **Dom Luciano Duarte: nem “hagiografia” nem “demonografia”**. Jornal da Cidade.Net, 29/04/2011. Disponível em: < <http://www.jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/5884/dom-luciano-duarte-nem-hagiografia-nem-demonografia.html#.V98HWhBrjIU> >. Acesso em 18/09/2016.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **A peregrinação a Divina Pastora**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2015.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um grito de angústia: os agricultores de Dom Luciano e a criação da PRHOCASE. In: DUARTE, Carmen Cabral (coordenação). **Memória da PRHOCASE – 1968-1988**. Aracaju: J. Andrade, 2015.

SILVA, Eduardo Augusto Santos. **Sergipe no Concílio Vaticano II (1959-1968)**. São Cristóvão, 2013. 77 p. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2013

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O século XX: entre luzes e sombras. In: **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, pp. 1-25.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Ney de. Antecedentes e evento histórico. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). **As Janelas do Vaticano II: a igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2013.

SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Igreja na história)

THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II. I, Ter acesso à fonte**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015.

TRINDADE, Ashley Francisco de. **Igreja e política: discursos eclesiais no período da ditadura civil-militar no Brasil (1968 - 1974)**. São Cristóvão, 2013. 21 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2013

VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VENARD, Marc. O Concílio Lateranense V e o Tridentino. In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 317-363.